

THEREZA CRISTINA BERTAZZO SILVEIRA VIANA

**PERFIL ANALÍTICO DAS ORGANIZAÇÕES E DAS
LIDERANÇAS DO ASSOCIATIVISMO CIVIL EM
FLORIANÓPOLIS/SC**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora Prof^a Dr^a Ilse Scherer-Warren

FLORIANÓPOLIS

Junho, 2003.

Ao Emilio, com amor, por amor e pelo amor.

AGRADECIMENTOS

O trabalho acadêmico nunca é o resultado do esforço de uma única pessoa, mas sim o somatório da dedicação de um grupo, embora nem sempre este grupo possa ser considerado autor da obra final.

Quero agradecer, portanto, de forma muito especial, aos “co-autores” desta dissertação que direta, ou mesmo indiretamente, colaboraram para a sua conclusão:

Aos membros das associações civis de Florianópolis que dispuseram de seu tempo para que eu pudesse entrevistá-los;

À Prof^a. Ilse Scherer-Warren, que orientou-me com compreensão, carinho, incentivando-me e proporcionando-me formas diferentes de aprendizado no difícil exercício da pesquisa;

Às amigas Karine Goss e Viviane Corrêa que contribuíram com leituras, sugestões e auxílios, estando sempre presentes no que foi preciso;

Aos amigos do NPMS Wivian Weller, Kelly Prudêncio, Carlos Gadea, Imar Queiroz, Ginga Vasconcelos, Viviane Teixeira e Fábio Carminati, pelos encontros alegres e descontraídos;

Aos membros do Núcleo NEPEMOS, em especial, Iara Chaves, Dalila Pedrini, Ana Paula Martins e demais bolsistas, que possibilitaram trocas de experiências, debates, encontros, discussões, formando uma “rede” de pesquisa;

Especialmente aos meus pais Sérgio e Lúcia, às minhas irmãs Anna Paula e Maria Lúcia e ao meu sobrinho Matheus, pelo apoio, pela convivência, pela compreensão e, acima de tudo, pela confiança em meu trabalho;

Ao Emilio pelo apoio, cuidado, amor, paciência e companheirismo que sempre me dedicou;

A todos os amigos, em especial à Elaine Cristina Gavioli, que mesmo ausente esteve presente e à Melissa Santana de Oliveira (formiga), amiga de sempre;

E principalmente a Deus que sempre esteve comigo, mesmo nos momentos em que eu acreditava estar só...

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT.....	ii
LISTA DE GRÁFICOS	iii
LISTA DE TABELAS.....	vi
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I: DESENVOLVENDO CONCEITOS TEÓRICOS	07
1.1. O Conceito de Associativismo Civil e de Associações Civas	07
1.2. A Sociedade Civil Organizada.....	13
1.3. Associativismo Civil e Movimentos Sociais: Diferenças e Semelhanças.....	15
1.4. Pensando a Democracia em Relação ao Associativismo Civil	17
1.5. A Participação e o Associativismo Civil.....	20
1.6. As Formas de Autonomia nas Associações Civas.....	23
1.7. As Redes e Parcerias do Associativismo Civil.....	26
CAPÍTULO II: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	28
2.1. Tipos Ideais de Democracia.....	34
2.2. Tipos Ideais de Participação	34
2.3. Tipos Ideais de Autonomia.....	35
2.4. Tipos Ideais de Redes e Parcerias	36

CAPÍTULO III: UM PERFIL DO ASSOCIATIVISMO CIVIL E SUAS LIDERANÇAS EM FLORIANÓPOLIS..... 38

3.1. Perfil Analítico das Lideranças das Associações Cívicas 41

3.2. Perfil Analítico das Associações Cívicas..... 71

CAPÍTULO IV: OS TIPOS IDEAIS DO ASSOCIATIVISMO CIVIL.. 98

4.1. Análise do Tipo Ideal de Democracia 98

4.2. Análise do Tipo Ideal de Participação..... 107

4.3. Análise do Tipo Ideal de Autonomia 121

4.3.1. Autonomia Financeira 121

4.3.2. Autonomia Organizativa..... 130

4.4 Análise do Tipo Ideal de Redes e Parcerias 141

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 157

BIBLIOGRAFIA..... 163

ANEXOS..... 169

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I: Cargo que os entrevistados ocupam	42
Gráfico II: Tipo de trabalho prestado	43
Gráfico III: Tipo de trabalho por bloco temático	44
Gráfico IV: Idade dos participantes	46
Gráfico V: Tempo de participação na associação	47
Gráfico VI: Relação homem/mulher de acordo com os blocos temáticos.....	51
Gráfico VII: Grau de escolaridade dos entrevistados	54
Gráfico VIII: Grau de escolaridade por bloco temático	55
Gráfico IX: Renda mensal em salário mínimo	57
Gráfico X: Religião dos entrevistados.....	59
Gráfico XI: Atividades exercidas pelos entrevistados.....	60
Gráfico XII: Tempo em horas dedicado as associações	61
Gráfico XIII: Atividades realizadas pelos entrevistados nas associações	62
Gráfico XIV: Benefícios alcançados pelos entrevistados.....	63
Gráfico XV: Filiação em partidos políticos	67
Gráfico XVI: Forma ideal de organização de uma associação civil.....	71
Gráfico XVII: Ano de fundação da associação	78
Gráfico XVIII: Abrangência da atuação da associação	79
Gráfico XIX: Associação possui ou não sede própria por bloco temático	81
Gráfico XX: Tipo de sede que possui.....	82
Gráfico XXI: Objetivos das associações.....	83
Gráfico XXII: Forma de atuação da associação	86
Gráfico XXIII: Material informativos produzido pelas associações	89
Gráfico XXIV: Apoio oferecido pelas associações de acordo com os blocos temáticos ...	91
Gráfico XXV: Tipo de apoio oferecido pelas associações	92
Gráfico XXVI: Tipo de apoio oferecido por bloco temático	93
Gráfico XXVII: Benefícios alcançados pelas associações	95
Gráfico XXVIII: Instância máxima de decisão em relação ao bloco temático	100
Gráfico XXIX: Assuntos decididos em assembleia por bloco temático.....	104

Gráfico XXX: Participação em relação aos blocos temáticos	112
Gráfico XXXI: Motivos da participação por bloco temático	116
Gráfico XXXII: Forma de participação nas associações	118
Gráfico XXXIII: Fonte de recursos das associações	122
Gráfico XXXIV: Fonte de recursos por bloco temático	124
Gráfico XXXV: Relação com partidos políticos de acordo com os blocos temáticos	134
Gráfico XXXVI: Relação com os órgãos públicos de acordo com os blocos temáticos....	138
Gráfico XXXVII: Participação em outras associações.....	142
Gráfico XXXVIII: Participação em outras associações por bloco temático.....	143
Gráfico XXXIX: Redes e parcerias em relação aos blocos temáticos.....	146
Gráfico XL: Parceiros das associações em relação aos blocos temáticos	150
Gráfico XLI: Objetivos das redes e parcerias	152
Gráfico XLII: Objetivos das redes e parcerias por bloco temático	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tempo de participação em associações em geral.....	48
Tabela 2: Relação entre a representação de homens e mulheres nas associações.....	49
Tabela 3: Estado civil dos entrevistados.....	53
Tabela 4: Religiosidade entre os entrevistados	58
Tabela 5: Se a associação possui ou não sede própria	81
Tabela 6: Forma de atuação da associação por bloco temático.....	87
Tabela 7: Instância máxima de decisão	99
Tabela 8: Assuntos decididos em assembléia	103
Tabela 9: Quem deve participar das associações civis	107
Tabela 10: Motivos da participação na associação.....	114
Tabela 11 Sobre como os membros devem contribuir para a associação.....	117
Tabela 12: Para quem a associação presta contas	129
Tabela 13: Relação entre as associações e os partido políticos.....	131
Tabela 14: Tipo de relação que a associação mantém com os partidos políticos	133
Tabela 15: Relação das associações com os órgãos públicos	136
Tabela 16: Tipo de relação das associações com os órgãos públicos.....	137
Tabela 17: Se a associação possui alguma rede ou parceria	144
Tabela 18: As redes ou parcerias desenvolvidas pelas associações	146
Tabela 19: Com quem as associações desenvolvem suas redes ou parcerias	149

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar 108 associações civis sem fins lucrativos de Florianópolis, previamente selecionadas por um sorteio de amostra, buscando apontar algumas características e tendências do associativismo civil local.

Nessa investigação foram privilegiados dois aspectos sobre essa ampla temática: em primeiro lugar, foi feita uma análise descritiva do perfil do associativismo civil local e das lideranças que o compõem e, em segundo, foi feito um estudo explicativo e comparativo das diversas tendências desse associativismo, buscando levantar hipóteses sobre suas atuações e características, a partir dos tipos ideais analisados. Para isso foram construídos tipos ideais a partir dos conceitos de democracia, autonomia, participação, redes e parcerias relacionando-os com o associativismo a fim de identificar quais associações se aproximam e quais se afastam dos tipos ideais.

Nessa perspectiva, a pesquisa pretende aprofundar os estudos sobre as organizações da sociedade civil, partindo da hipótese teórica de que há mudanças na prática da sociedade civil nos últimos anos e que o associativismo civil contribui no processo de consolidação e aprofundamento da democracia.

ABSTRACT

The aim of this work was to analyze 108 civil associations with non-profit targets in Florianópolis, previously selected by random sampling and attempting to indicate some common characteristics and tendencies of the local civil associativism.

This research was focused on two main aspects among a large quantity of topics: First, a descriptive analysis of the local civil associativism profile and its leaderships was made. Second, an explicative and comparative study was carried out on the various tendencies of this associativism in an attempt to form hypotheses about its practices and characteristics compared with the ideal types analyzed. For this task, these ideal types based on concepts of democracy, autonomy, participation networks and partnerships were constructed, relating them with the associativism in an attempt to identify which associations were proximal and which were not proximal to the types.

With this perspective the research had the aim of increasing knowledge about civil society organizations, taking into account the hypothesis that the practices of civil society have changed in recent years and that the civil associativism contributes to the consolidation of democracy.

INTRODUÇÃO

Os debates e pesquisas sobre o associativismo civil vêm ocupando um grande espaço dentro das ciências humanas e sociais durante as últimas décadas. Estes debates trazem diferentes contribuições, não só para os estudos acadêmicos, como também para as análises do papel das associações civis sem fins lucrativos dentro do sistema político.

O processo de fortalecimento da sociedade civil brasileira está ligado, entre outros motivos, à constituição de uma nova ordem institucional marcada pela democratização do país, no período pós ditadura militar, também chamado “Nova República”.

No período anterior ao golpe militar de 1964 as organizações civis tinham, em sua maioria, uma forte ligação com o Estado. Este, por sua vez, constituía-se como articulador inicial e, em vários casos, atuava como órgão de controle dessas mesmas organizações. Durante esse período, as associações que surgiam estavam mais voltadas ao suprimento de carências do que ao controle das políticas e à formulação de demandas. Possuíam também fortes dimensões filantrópicas e assistencialistas diretamente vinculadas aos seus objetivos (Boschi, 1987).

Com o processo de transição política, essas organizações tiveram suas relações com o Estado alteradas, adotando assim, outras formas de interação com o sistema político. Tais formas podem ser observadas através da busca pela autonomia, que passa a ser um fator relevante dentro da vida associativa (Müller, 1992) e da tentativa de diferenciação do sistema político formal (Avritzer, 1998). “A novidade acerca das associações das décadas de 70 e 80 é o fato de que possuem uma orientação ideológica a partir de sua concepção como organizações que visam a abertura de espaços democráticos através de uma interação direta ao nível local” (Boschi, 1987:98).

Neste contexto, a Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Teologia da Libertação desenvolveu igualmente um papel fundamental no incentivo ao surgimento de associações civis, organizações não governamentais e movimentos sociais,. Sendo assim, pode-se dizer que muitas organizações da sociedade civil brasileira nasceram da oposição à ditadura militar e/ou foram influenciadas pelo pensamento social progressista e pela Teologia da Libertação (Bailey, 2000).

Em Florianópolis alguns estudos¹ sobre organizações da sociedade civil identificaram uma forte relação entre a formação das associações civis locais e a abertura do sistema político formal, bem como, com os acontecimentos históricos ocorridos. Observa-se tanto na capital catarinense, quanto em outras localidades, que o processo de democratização do país influenciou o surgimento, de iniciativas da sociedade civil no sentido de organizarem-se através de movimentos sociais, associações civis e organizações não governamentais. Esses movimentos e associações adquiriram força e conquistaram espaço dentro do cenário político local e nacional, tornando-se atores sociais coletivos importantes na constituição de canais alternativos de participação e representação popular.

Foi na década de 80 o período de maior surgimento de formas diversas de organizações da sociedade civil em Florianópolis, com as associações de bairro, grupos identitários e étnicos, associações ligadas a saúde e prevenção de doenças, grupos de mútua-ajuda, associações ambientalistas, entre outras. Essas organizações buscavam romper os vínculos com o Estado e com os órgãos de controle que faziam parte dos conselhos comunitários (Luchmann, 1991).

Na década de 90 crescem, tanto em Florianópolis quanto cenário nacional, organizações que visam ampliar a participação dos cidadãos na esfera pública, na busca de legitimação de novos direitos e na luta pela garantia dos direitos já adquiridos. Caracterizadas por serem organizações não-governamentais, elas trazem um novo perfil nas atuações e novas demandas reivindicativas tais como a questão do respeito à diferença, dos direitos das minorias, da cultura e da identidade.

Muitos estudos e pesquisas sobre associações, federações, ONGs e movimentos sociais foram surgindo para entender, explicar e até mesmo resgatar a memória destas organizações da sociedade civil florianopolitana². A importância de estudar e compreender essas iniciativas de maneira mais ampla, através da análise de uma amostra representativa das associações civis locais, justifica o objetivo desse trabalho, que consiste em traçar um perfil das lideranças e das associações civis de Florianópolis, analisando o fenômeno do associativismo civil a partir das suas características; relacionar o comportamento dos diferentes tipos de associações, através de suas práticas sociais e, através da metodologia dos tipos ideais de Weber, compreender como se dão as relações de democracia, autonomia, participação, redes e parcerias dentro das associações.

¹ Ver Scherer-Warren & Rossiaud (1999) e Luchmann (1991).

Faz-se necessário esclarecer, que este trabalho é parte integrante de uma pesquisa maior, que foi desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisas em Movimentos Sociais (NPMS), intitulada o "Novo Associativismo Brasileiro" cujo objetivo era verificar as mudanças ocorridas no perfil e na dinâmica da vida associativa de quatro municípios brasileiros (Florianópolis, São Paulo, Belo Horizonte e Juiz de Fora), no período de 1930 a 1998.

Através da participação, como bolsista de Iniciação Científica do CNPq no Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS), no desenvolvimento deste projeto, surgiu um interesse particular por este tema. Tal interesse deu origem ao trabalho de conclusão de curso: "Associativismo civil X sistema político: uma relação de autonomia, parceria ou subordinação?" Esse trabalho tinha o objetivo de investigar como algumas associações civis não governamentais, sem fins lucrativos de Florianópolis se relacionavam com os órgãos públicos, com os partidos políticos e com outras associações, a fim de verificar se havia ou não um espaço de luta e participação junto a eles, bem como, o perfil político desta participação. Na monografia foram analisadas 30 associações divididas em 6 recortes temáticos diferentes, sendo 5 associações representantes de cada recorte. Estes recortes temáticos foram subdivididos em 2 grupos distintos, dentro da teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS): 15 associações consideradas representantes dos NMS e 15 dos Velhos Movimentos Sociais (VMS).

No presente trabalho, buscou-se ampliar este estudo utilizando todas as 108 associações civis pesquisadas. Essas associações estão divididas em 16 recortes temáticos, que foram agrupados em 5 grandes blocos temáticos³ a fim de melhor analisar e comparar os diferentes tipos de associações civis. Diferentemente da monografia de conclusão de curso, as associações não serão analisadas a partir da teoria dos NMS, mas sim à luz de outras abordagens teóricas que permitirão direcionar o estudo para outros aspectos.

O objetivo inicial deste trabalho era traçar um perfil das lideranças e das associações civis de Florianópolis a fim de identificar as tendências do associativismo civil local. Com o decorrer da pesquisa, observou-se que algumas questões contidas no questionário poderiam ser trabalhadas de maneira diferenciada da análise do perfil das associações e de suas lideranças. Essas questões referiam-se à democracia interna das associações, à autonomia financeira e organizativa, à participação dos seus membros e as relações de redes e parceiras por elas desenvolvidas. Sendo assim, além da tentativa de traçarmos um perfil das lideranças

² Sobre o assunto ver: Luchmann (1991), Müller (1992), Franzoni (1993), Fantin (1995), Marques (1996), CECCA (1997), Groh (1998) e Scherer-Warren & Rossiaud (1999), dentre outros.

e das associações civis presentes na amostra, analisou-se também a concepção dos entrevistados acerca do associativismo civil, no que diz respeito às problemáticas da democracia, participação, autonomia, redes e parcerias. Para analisarmos o associativismo civil local a partir desses conceitos, foram construídos através de pesquisas bibliográficas, tipos ideais de associativismo civil com o objetivo de verificar quais os tipos de associações se aproximam mais dos ideais e quais os tipos que se distanciam.

É importante ressaltar que o tipo ideal (proposta metodológica de Max Weber) não precisa identificar-se completamente com a realidade empírica, isto é, não tem como objetivo exprimir a “verdade autêntica” do que se está analisando. Ao contrário, ele nos afasta desta verdade por sua própria irrealidade, para que o pesquisador possa melhor dominá-lo intelectual e cientificamente, embora nunca totalmente. Ao criar tipos ideais de associações civis estarão sendo construídas formas de compreensão para o estudo de seus significados e transformações, o que não se relaciona com ideais a serem alcançados.

Para a apresentação da pesquisa e das análises desenvolvidas, este trabalho divide-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata do referencial teórico, que está centrado fundamentalmente nos conceitos de associativismo civil e de associações civis. Para explicarmos esses dois termos foram utilizados como referência teórica o conceito de associativismo civil desenvolvido por Avritzer (1997) e o de associações civis desenvolvido por Scherer-Warren (1999a). Num segundo momento, foi trabalhado o conceito de sociedade civil, que se encontra atrelado ao de associativismo, na medida em que, sem a existência de uma sociedade civil organizada, não seria possível pensar em formas associativas de atuação. Ainda no capítulo I, foi explicitado as diferenças e as semelhanças entre os conceitos de associativismo civil e movimentos sociais, com o objetivo de delimitar o campo de análise dessa pesquisa centrado na idéia de associativismo civil e de associações civis. Finalmente, foram desenvolvidas pesquisas bibliográficas a partir da relação do associativismo civil como os conceitos de democracia, participação, autonomia, redes e parcerias, que representam as bases de análises referentes aos tipos ideais construídos.

No segundo capítulo tem-se a descrição detalhada da metodologia aplicada no desenvolvimento do estudo. Nesse sentido, foi utilizada uma metodologia quantitativa baseada na aplicação de *survey* junto a 108 associações civis previamente selecionadas em uma amostra estratificada. Como referencial teórico para a aplicação dessa metodologia foi

³ Vide metodologia capítulo II.

consultado o trabalho de Earl Babbie⁴, que explica o uso e o método quantitativo da aplicação de *survey*.

Para a construção dos tipos ideais utilizou-se a metodologia de Max Weber explicitada na obra “Economia e Sociedade” (1994) e aplicada na pesquisa que originou o livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo” (2001). Para esta pesquisa foram construídos tipos ideais de democracia (participativa e representativa), participação (cidadã ampla e restrita), autonomia (financeira ampla e restrita; organizativa ampla e restrita) e redes e parcerias (horizontalizada e verticalizada) a fim de verificar que tipos de associações aproximam-se ou afastam-se dos tipos ideais.

O terceiro capítulo compreende as análises dos dados coletados nos questionários aplicados e está subdividido em duas partes: a primeira referente aos entrevistados e a segunda, às associações civis. Sobre os entrevistados buscou-se traçar um perfil das lideranças das associações civis (a maioria dos que responderam os questionários faziam parte da diretoria das associações), com questões direcionadas à sua identificação tais como: a idade, o sexo, a profissão, a renda mensal, a religião e ainda, outras questões relacionadas à participação do entrevistado na associação como: os motivos da participação, os trabalhos realizados, os cargos que ocupam nas associações, o tempo dedicado a elas, entre outras. Posteriormente, na segunda parte do capítulo III foi analisado o perfil das associações civis através de questões sobre os objetivos das associações, o ano de fundação, a abrangência da atuação, os recursos disponíveis, entre outras.

No capítulo IV foram analisadas as questões relacionadas aos tipos ideais, que possibilitou a construção de algumas hipóteses sobre o associativismo civil local. Cabe salientar que as questões contidas no questionário não foram elaboradas visando a construção desses tipos ideais. A possibilidade de estudar o associativismo civil através desses tipos constituiu-se uma tentativa de aprofundamento do trabalho, a fim de melhor problematizar o tema e de buscar uma análise além da verificação do perfil e das tendências do associativismo civil.

Nos dois capítulos correspondentes à análise dos dados (III e IV), foi feito também um trabalho comparativo com a pesquisa desenvolvida por Avritzer (1998) em Belo Horizonte - MG, na tentativa de verificar semelhanças e diferenças entre as tendências do associativismo civil tanto de Florianópolis quanto de Belo Horizonte. Um outro estudo também está sendo desenvolvido em Blumenau, pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em

⁴ Ver Babbie (1999).

Movimentos Sociais (NEPEMOS), a fim de aprofundar a temática e posteriormente estabelecer comparações entre os dois municípios catarinenses.

Cabe salientar que embora essas duas pesquisas (Florianópolis e Belo Horizonte), tenham apresentado em seus resultados especificidades locais, todas seguiram a mesma metodologia o que possibilitou uma melhor comparação através da padronização dos dados coletados.

Através do desenvolvimento deste estudo, buscou-se uma percepção da dimensão das ações coletivas e da participação política através das associações civis de Florianópolis, bem como, fornecer às entidades e aos pesquisadores afins materiais de análises, pesquisas e considerações.

CAPÍTULO I

DESENVOLVENDO CONCEITOS TEÓRICOS

O presente capítulo tem como objetivo situar e delimitar os marcos teóricos fundamentais que nortearão as análises desenvolvidas sobre o associativismo civil e as associações civis sem fins lucrativos de Florianópolis.

Nesse sentido, o primeiro conceito a ser trabalhado é o de associativismo civil e de associações civis, que são as bases analíticas de todo o estudo. Ligado à idéia de associativismo civil temos o conceito de sociedade civil organizada que também será analisado a partir de um breve histórico de algumas correntes teóricas norteadoras. Ainda sobre o associativismo civil, num terceiro momento, buscar-se-á diferenciar aspectos entre os conceitos e práticas dos movimentos sociais em comparação com as associações civis, na tentativa de delimitar um campo de análise diferenciado-o das análises dos movimentos sociais.

Posteriormente, serão trabalhados os conceitos de democracia, participação, autonomia, redes e parcerias, que serão as bases analíticas dos dados coletados através da construção de tipos ideais⁵.

1.1. O Conceito de Associativismo Civil e de Associações Civis

A obra de Alexis de Tocqueville (1979), “A Democracia na América” é considerada um clássico da análise do papel da sociedade civil organizada e do processo de formação das associações civis. Segundo o autor, as associações têm importância singular no processo de fortalecimento da sociedade civil, uma vez que elas rompem com o individualismo, não só presente nas sociedades democráticas, mas também originário destas formas de governo.

Para Tocqueville (op. cit), diferentemente das sociedades aristocráticas, nas formas democráticas de governo o individualismo apresenta-se como uma das características presentes, tanto quanto as formas de agir através de uniões associativas e isso se dão por características intrínsecas às sociedades democráticas. Na explicação do autor, as antigas sociedades aristocráticas baseavam-se na permanência, durante séculos, das gerações em suas

⁵ Vide análise metodológica no capítulo II.

posições sociais. Os indivíduos eram ligados por seus vínculos familiares que os tornavam equivalentes entre si. Já nas sociedades democráticas, houve um rompimento desta lógica. As famílias mudam de faces, de espaço social, de acordo com o passar das gerações. O tempo rompe com os vínculos sociais, com a hereditariedade das posições políticas e sociais, fazendo com que os precedentes de uma geração e os que a seguirão não interfiram na realidade dos que vivem o presente.

Paradoxalmente, se por um lado essa característica da sociedade democrática quebra com os vínculos sociais, produzindo um individualismo social, por outro lado surge o fenômeno da associação, da união das pessoas, do associativismo.

Nas sociedades aristocráticas, os homens não têm necessidade de se unir para agirem porque são fortemente ligados uns aos outros. (...) Entre os povos democráticos, pelo contrário, todos os cidadãos são independentes e fracos; quase nada podem por si mesmos, e nenhum pode obrigar seus semelhantes a servi-lo. Todos caem, portanto, na impotência se não aprendem a ajudar-se livremente. Se os homens que vivem em países democráticos não tivessem o direito nem o gosto de se unir com fins políticos, sua independência correria graves riscos, mas poderiam conservar, por muito tempo, riquezas e luzes; enquanto que, se não adquirissem o uso da associação na vida cotidiana, a própria civilização estaria em perigo (Tocqueville, 1979:287).

Na América Latina os processos de transição para a democracia ocorreram mais tardiamente e, no início, eles se desenvolveram através da criação de instituições políticas muito semelhantes às aquelas existentes na América do Norte, originando uma democratização com traços e tendências liberais (Tocqueville, op. cit). Com o avançar desses processos transitórios surgiram novas práticas políticas e novas ações integradas de grupos da sociedade civil na busca de maior visibilidade dentro do sistema político e social.

Em uma análise feita por Avritzer (1997), o processo de democratização ocorrido na América Latina trouxe mudanças não apenas na relação entre Estado e sistema político, como também, no que se refere às atitudes e às práticas dos atores sociais, manifestadas através de formas associativas de organização, o que nos leva a concluir que o fenômeno do associativismo civil faz-se mais representativo nas sociedades cuja forma de governo é baseado na democracia.

Mas, o que vem a ser o associativismo civil?

Em Bobbio (1998), encontramos o conceito de associacionismo voluntário. Para o autor esse conceito está centrado na idéia de associação voluntária de pessoas “que perseguem interesses mútuos e pessoais ou então escopos coletivos, (...) cujas causas mais destacadas que determinam o desenvolvimento do fenômeno associativo devem ser procuradas no processo de industrialização e de urbanização e na instauração dos regimes democráticos” (Bobbio, 1998:64).

Avritzer (1997), trabalha com o conceito de novo associativismo civil e o desenvolve a partir de três componentes que, segundo ele, podem aparecer concomitantemente ou não em diferentes países da América Latina, são eles: 1) o aumento expressivo no número e no ritmo de constituição de associações civis em diversos países da América Latina, países esses com pouca tradição anterior de associativismo; 2) uma mudança no foco da ação coletiva, partindo de uma ação que privilegia um tipo de ator – o movimento operário – para um movimento na direção da pluralização da ação social e 3) uma mudança na auto-concepção dos atores sociais das suas próprias ações. “Ao mesmo tempo em que se percebe uma diferenciação dos objetivos buscados pelas diferentes associações percebe-se uma capacidade de atuar conjuntamente em questões específicas relacionadas com o aprofundamento da democracia” (Avritzer, 1997:152). Outra característica presente nas associações classificadas dentro do novo associativismo é a capacidade de demarcar um espaço civil distinto do espaço político, numa condição de espaço público autônomo e democrático, através da igualdade entre os membros de uma determinada associação, da transparência das formas de prestação de contas e da autonomia financeira (Avritzer, 1998).

O associativismo civil pode ser considerado então, como a união voluntária de indivíduos que formam associações civis sem fins lucrativos, que são as bases de sustentação desse fenômeno, a fim de buscarem uma melhor visibilidade para suas lutas e reivindicações junto ao poder político e à sociedade como um todo. Essas associações podem ou não apresentar uma nova forma de agir, como propõe Avritzer (op. cit), a partir do surgimento de novos temas como direitos humanos, ecologia, gênero e etnia, os quais segundo o autor são elementos que constituem o novo associativismo civil. Contudo, nem todas as associações civis classificam-se dentro do conceito de novo associativismo. Existem associações cujas características estão presentes nas formas mais tradicionais de organização, que são aquelas com atuações mais localizadas, com objetivos ligados à assistência imediata das necessidades da população e que possuem relações mais estreitas com o Estado.

Cabe então definirmos o que são as associações civis sem fins lucrativos que formam, o fenômeno do associativismo civil. O conceito de associação foi trabalhado por Weber de forma mais abrangente nos seguintes termos:

O termo “associação” está reservado a uma relação social que é fechada para estranhos ou restringe sua admissão por regulamentos e cuja autoridade é imposta pelas ações de indivíduos especificamente encarregados desta função, como por exemplo, um dirigente ou chefe, geralmente incluindo um quadro administrativo (Weber, 1987:93).

Segundo Weber, uma associação só existe se há um grupo de pessoas designadas a agirem de maneira a expressar o verdadeiro significado das leis/regras que governam este grupo, sendo assim, uma associação não existe fora da probabilidade de que um curso de ação orientado desta maneira tenha lugar. “Se não há probabilidade deste tipo de ação por parte de um grupo particular de pessoas ou de um dado indivíduo, há, terminologicamente apenas uma relação social, mas nenhuma associação” (Weber, 1987:94/95).

O campo de análise deste trabalho restringe-se a um único tipo de associação, a associação voluntária. “A associação voluntária é uma associação baseada em acordo voluntário, cujos estatutos são válidos apenas para membros que se associaram por livre decisão pessoal” (Weber, 1987:105).

Mais especificamente e dentro do debate sobre as teorias dos movimentos sociais, para Scherer-Warren, as associações civis sem fins lucrativos são:

formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução comunitária, etc. Inclui-se nessas as associações de moradores, ONGs, grupos de mútua-ajuda, grupos de jovens, mulheres, étnicos, ecologistas e outros (Scherer-Warren, 1999a:15).

O associativismo civil brasileiro tem sido considerado por muitos estudiosos um fenômeno que vem atuando, em sua maioria, na contribuição do crescimento do processo democrático no Brasil. Podemos considerar que no cenário político brasileiro das três últimas décadas surgiram novos atores envolvidos em movimentos sociais, ações coletivas e/ou organizações da sociedade civil. Esses novos atores buscam, na maior parte das vezes, um

maior espaço de luta e reivindicações políticas e sociais através da participação nessas organizações.

Para compreendermos melhor o associativismo civil no contexto atual, faz-se necessário considerar o cenário político do Brasil das três últimas décadas. Neste período surgiram novos atores políticos envolvidos em Movimento Sociais, ações coletivas ou organizações da sociedade civil. Porém, foi a partir da década de 80, com o processo de abertura política, que começou a crescer entre os cidadãos uma necessidade maior de organização e luta por direitos específicos, dando início ao processo de democratização do país.

No processo de democratização há significativas alterações na sociedade civil, uma delas, é o aparecimento de novos atores e intérpretes sociais na luta pelos seus direitos, como os movimentos ecológicos, de mulheres, étnicos, etc. Estes movimentos são uma forma de luta alternativa que substituiu a representatividade falida dos partidos políticos (Scherer-Warren, 1996:19).

No cenário latino-americano, as análises sociológicas das transformações ocorridas após os processos de abertura política partem, em sua maioria, do consenso acerca da importância do papel desempenhado pelas associações civis no processo de democratização. No âmbito nacional, alguns autores Costa (1995), Gohn (1997), Avritzer (1998), e Scherer-Warren (1999a), acreditam que o processo associativo teve sua importância na abertura política desde o final dos anos 70 no Brasil.

Há autores que discordam desta visão e afirmam que em muitos casos existe uma supervalorização do papel democratizador destas ações. Esta supervalorização se dá em dois aspectos: primeiro pela ênfase presente na literatura à proliferação de certos tipos de associações; segundo pelo pressuposto da existência de uma moral superior e uma prática alheia a particularismos e clientelismos como algo inerente à atuação pública destas organizações (Lavallo, 2001).

Dentro destas perspectivas teóricas, há duas visões distintas sobre o papel e a importância da sociedade civil e de suas formas de organizações associativas. Uma privilegia estas iniciativas e considera relevante sua contribuição no processo de democratização e participação política e, a outra, avalia esta visão como uma sobrestimação do papel

associativo. Porém, não há como negar que várias mudanças importantes vêm transformando a ação coletiva e a organização societária no Brasil nos últimos anos.

Em um breve resgate histórico sobre a formação das associações civis no Brasil, feito por Landim (1993), em sua obra “Para além do mercado e do Estado” a autora relata que as primeiras práticas associativas surgidas no cenário brasileiro, ainda no período colonial, foram de natureza eminentemente religiosa. Num segundo momento surgem as associações de mútua ajuda, que contribuem para o crescimento do quadro associativo no Brasil, contudo, essas práticas se caracterizavam por uma homogeneidade e por uma submissão em relação ao Estado.

Uma dupla debilidade permeia o associativismo brasileiro no fim de século (XIX): por um lado ele surge ainda marcado por um forte componente religioso e, pelo outro, começa a se homogeneizar, como um associativismo sindical constituído por poucos atores e associações, antes que houvesse tido a chance de se pluralizar. Ou seja, a pluralidade e a autonomia em relação ao Estado não chegam a se firmar no associativismo brasileiro de fim de século (Avritzer, 1997:159).

Já no século XX, o associativismo civil constrói uma outra identidade coletiva, não mais voltada apenas para fins filantrópicos e assistencialistas e menos atrelada ao Estado. Nas últimas décadas, ele se consolida como espaço de organização e participação política e cidadã. “As formas de associativismo dentro do contexto brasileiro, ao longo das últimas décadas, consolidaram sob a perspectiva interna uma pluralidade, diversidade e heterogeneidade, entretanto sob o ponto de vista do cenário nacional elas vêm se configurando como um campo de ação política” (Ruscheinsky, 1999: 243).

Não ignorando os limites e problemas existentes nas ações coletivas, nem muito menos supervalorizando práticas e organizações sociais, esse trabalho parte da hipótese teórica de que há mudanças na prática da sociedade civil nos últimos tempos e que o associativismo civil contribui no processo de consolidação da democracia. Aliás, a própria democratização não é algo pronto e acabado, mas algo que está constantemente sendo aprofundado e reconstruído. São justamente essas mudanças nas práticas político-sociais e essas iniciativas organizacionais e reivindicatórias surgidas no berço da sociedade civil florianopolitana que se pretende estudar.

1.2. A Sociedade Civil Organizada

Atrelado ao conceito de associativismo civil está o próprio conceito de sociedade civil, uma vez que, sem a existência de uma sociedade civil organizada, não seria possível falarmos em formas associativas de participação.

Este conceito é antigo e polissêmico, isto é, não existe um único conceito que defina sociedade civil, uma vez que no curso do pensamento político dos últimos séculos ele adquiriu significados distintos e, algumas vezes, até antagônicos.

A construção analítica do conceito de sociedade civil, dentro da história do pensamento político, foi amplamente trabalhada por estudiosos e pesquisadores⁶. Sendo assim, retomaremos esse conceito mencionando algumas trajetórias teóricas que perpassam a idéia de sociedade civil, para situarmo-nos dentro desse debate. Esse conceito compõe a análise teórica sobre o associativismo civil e será utilizado nesse trabalho como uma ferramenta para compreendermos a formação das organizações e ações coletivas presentes nesse campo.

No “Dicionário de Política”, Bobbio (1998), constrói a historicidade desse conceito desde os contratualistas clássicos da política, que já trabalhavam a idéia de sociedade civil, até as definições mais contemporâneas de Gramsci. Segundo o autor, Thomas Hobbes foi o pioneiro no desenvolvimento desse conceito, que nasce por contraste com um estado primitivo da humanidade em que o homem vivia apenas pelas leis naturais. Em Rousseau, encontraremos o significado de sociedade civil, como sinônimo de sociedade civilizada e não como sociedade política. Quando descreve no “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” a passagem do “estado de natureza” para a sociedade civil, ele utiliza a expressão “sociedade civil” não no sentido de sociedade política, mas exclusivamente no sentido de “sociedade civilizada”. A sociedade política, segundo Rousseau, surgirá somente após a criação do contrato social, onde haverá uma recuperação do estado de natureza e uma superação da sociedade civil.

Bobbio (op. cit), aponta que foi em Hegel que o conceito de sociedade civil ganhou maior visibilidade dentro do debate político e filosófico. Para ele, este conceito não coincidia nem com a idéia de sociedade civilizada, nem com o conceito de Estado, mas constituía um de seus momentos preliminares. Para o autor, a sociedade civil seria o lugar cuja autonomia deve ser buscada na economia política e onde ocorreria o primeiro momento de formação do

Estado - o Estado jurídico-administrativo - cuja tarefa seria a de regular as relações externas, enquanto o Estado propriamente dito teria a função de realizar a adesão do cidadão à totalidade de que faz parte.

Ao distinguir a sociedade civil do Estado, Hegel quer justamente contrariar as teorias precedentes, muito caras aos jusnaturalistas, que, identificando o Estado com a sociedade civil, isto é, com uma associação voluntária que nasce de um contrato para a proteção externa dos bens de cada indivíduo, não conseguiram aperceber-se da real, efetiva excelência do Estado, em nome do qual os cidadãos são chamados, em tempos mais difíceis, até ao supremo sacrifício da vida (Bobbio, 1998:1208).

Ainda em Bobbio (op. cit), Marx, à luz do conceito de Hegel, propõe algumas mudanças ao conceito de sociedade civil. Para ele, sociedade civil não tem a conotação de instituição intermediária entre a família e o Estado, ao contrário, ela se reduziria ao sistema das necessidades, à economia capitalista, que de forma alguma pode ser considerada uma instituição intermediária na construção da vida ética.

Gramsci também faz distinção entre sociedade civil e Estado e, nas análises do autor, este conceito ganha uma outra definição. Em um estudo feito por Avritzer (1994), sobre a definição de sociedade civil em Gramsci, percebe-se que ele concebe a sociedade civil como: “o lugar por excelência da organização da cultura e a propor um entendimento multifacetário das sociedades modernas, de acordo com o qual esta deve ser entendida enquanto interação de estruturas legais, associações civis e instituições de comunicação” (Avritzer, 1994:34).

Dentro das teorias dos movimentos sociais, o conceito de sociedade civil também é reformulado. Esta reconstrução nos permite esclarecer alguns aspectos sobre a possibilidade e os limites da implementação dos projetos democráticos nas sociedades que são formalmente chamadas de democráticas.

Nesta perspectiva, Cohen e Arato (1994), observam que vários movimentos sociais apoiam-se num conceito de sociedade civil que combina aspectos da divisão gramsciana entre sociedade civil, Estado e mercado, ao mesmo tempo em que preserva características chaves da crítica marxista à sociedade burguesa.

Eles (os movimentos sociais) também reivindicam a defesa liberal dos direitos civis, a ênfase dada por Hegel, Tocqueville e outros, à pluralidade societária, a importância dada por Durkheim ao componente da solidariedade social e a defesa da esfera pública e da

⁶ Ver Arato, A & Conhen, J (1994), Bobbio, N (1987), Avritzer, L. (1994), entre outros.

participação política acentuados por Habermas e Hannah Arendt (Cohen & Arato, 1994:150).

Há ainda uma outra redefinição contemporânea do conceito de sociedade civil, vinculada à multiplicação das ONGs e à crença do fortalecimento da sociedade civil desvinculada do aparelho estatal, que transforma as associações voluntárias em depositárias das esperanças políticas e legitimadoras dos interesses populares (Costa, 1995).

Dentro das diversas análises e tentativas de conceituação desse termo, partiremos da seguinte perspectiva teórica de sociedade civil: esfera das relações entre indivíduos ou grupos que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais, de onde partem as solicitações às quais o sistema político está chamado a responder. Campo das várias formas de mobilização, de associação e de organização das forças sociais, porém que não visam à conquista do poder político (Bobbio, 1998:1210).

A utilização desse conceito, e não de outro que possa denominar de maneira mais abrangente o que vem a ser a sociedade civil, se justifica pelo fato dessa interpretação estar mais atrelada à idéia de associação, de mobilização de indivíduos e de forças sociais. Esse conceito se reporta ao conceito de associativismo civil, que é central nesse trabalho.

1.3. Associativismo Civil e Movimentos Sociais: Diferenças e Semelhanças

Faz-se importante esclarecer que o conceito de associativismo civil se diferencia do conceito de movimentos sociais⁷ em diversos aspectos, embora em muitos casos, esses dois conceitos se inter cruzem ou, até mesmo, se confundem.

O associativismo civil, embora esteja constantemente em movimento, não precisa obrigatoriamente produzir movimentos sociais, isto é, o fenômeno do associativismo civil reúne as diversas organizações da sociedade civil, como por exemplo, as associações comunitárias, as ONGs, os sindicatos, os grupos identitários, entre outros, porém sem estar necessariamente mobilizando ações coletivas em prol de alguma transformação social, ou luta reivindicativa. Já, os movimentos sociais, possuem como característica principal o aspecto transformador, opositor e de luta por alguma causa específica, produzindo reivindicações e

⁷ Sobre o conceito de movimentos sociais ver Touraine, A. (1999), Melucci, A. (1999), Gohn, M. (1997), Scherer-Warren, I. (1987), entre outros.

demandas, como por exemplo, os movimentos feministas, os movimentos camponeses, os movimentos ecológicos, etc.

As associações civis podem ou não fazer parte de algum movimento social maior, assim como o associativismo civil pode vir a originar um movimento social. Porém, isso não se caracteriza enquanto regra nem dentro do campo teórico, nem mesmo no âmbito da prática. Sendo assim, a diferença existente entre o associativismo civil e os movimentos sociais está no fato de que, o associativismo se constitui enquanto um fenômeno da sociedade civil organizada e não tem como premissa a transformação social, nem mesmo a manutenção do *status quo*, embora possa assumir qualquer um desses papéis. Já os movimentos sociais, possuem um aspecto transformador, embora possam comportar associações civis em sua dinâmica.

Um outro aspecto que diferencia o associativismo civil dos movimentos sociais é a localização de espaço-tempo. Os movimentos sociais, em sua maioria, não estão geograficamente localizados em um espaço, nem determinados por algum tempo. Por exemplo, o movimento ambientalista não possui uma sede geograficamente localizável, um lugar único, nem está presente num tempo específico. Ele se manifesta em diversos lugares, em tempos distintos, podendo atualmente ser considerado como um movimento global.

O movimento social transcende a prática localizada e temporal de uma organização. É um conjunto mais abrangente de práticas sócio-político-culturais, resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis, que visam a realização de um projeto de mudança: social (a partir do cotidiano), sistêmica ou civilizatória (Scherer-Warren, 2001:45).

Contudo, as associações civis, em sua maioria, possuem localização espacial e temporal. Elas possuem uma continuidade temporal e uma referência espacial, na medida em que se estabelecem em determinados espaços, necessários para agirem, e possuem datas de fundações ou de tempo de existência.

O associativismo civil se diferencia dos movimentos sociais também em relação à questão da participação. Nos movimentos sociais a participação é menos restrita do que nas associações civis que, muitas vezes, limitam a participação das pessoas aos grupos específicos da causa que defendem. Elas possuem também um processo de filiação dos associados à organização, o que já não acontece no caso dos movimentos. Nesses, a restrição muitas vezes não se dá, nem mesmo quando o movimento defende um grupo específico, como é o caso, por

exemplo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que permite a participação de pessoas que não são sem-terra em suas lutas e manifestações reivindicatórias.

Essas são algumas das várias características que diferenciam esses dois fenômenos da sociedade civil. Após a definição dos conceitos centrais desse trabalho, nos próximos itens serão abordados os conceitos que estão diretamente interligados à idéia de associativismo e que farão parte da análise posterior dos dados sobre os tipos ideais.

1.4. Pensando a Democracia em Relação ao Associativismo Civil

O conceito de democracia é quase tão antigo quanto o próprio conceito de política. Presente na teoria clássica aristotélica, ele foi sendo reformulado no decorrer dos tempos, dando origem a três grandes tradições do pensamento político: a) a teoria clássica aristotélica; b) a teoria medieval de origem romana apoiada na soberania popular, c) a teoria moderna, nascida com o Estado moderno (Bobbio, 1998).

Ao longo do século XIX, a discussão em torno da democracia foi sendo desenvolvida, de forma quase exclusiva, dentro do confronto entre as doutrinas políticas dominantes da época: o liberalismo e o socialismo (Bobbio, op. cit). Já no século XX, a democracia não só assumiu um lugar central no campo político como também foi foco de análise de diversos estudiosos e pesquisadores⁸.

Nos estudos feitos por Bobbio (1986) o conceito de democracia está alicerçado sob três aspectos condicionais: primeiro, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, a democracia é caracterizada por um conjunto de regras que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. Em segundo lugar, sobre as modalidades de decisão, um aspecto fundamental da democracia é a regra da maioria, ou seja, a regra à base da qual são consideradas decisões coletivas, aprovadas ao menos pela maioria daqueles a quem compete decidir. O terceiro e último aspecto, consiste na necessidade de que aqueles que são chamados a decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condições iguais de poder escolher entre estas diferentes opções. Para isso é preciso garantir os direitos de liberdade, opinião, expressão, reunião, associação, etc.

Segundo Sartori (1994), podemos identificar um problema no debate sobre o que é a democracia. Esse problema consiste no fato das correntes teóricas que buscam definir a democracia, nem sempre condizerem com as teorias empíricas de democracia. Sendo assim, o

termo democracia não tem apenas uma função descritiva ou denotativa, mas é necessário também, que esse termo exerça uma função normativa e persuasiva.

O autor afirma ainda, que o conceito de democracia estava primeiramente vinculado ao de política, isto é, democracia significava democracia política. Atualmente podemos falar de diferentes democracias como a democracia social, industrial, econômica, entre outras. Dentro da sua classificação essa pesquisa concentra-se no âmbito da democracia social, que seria “uma sociedade cujo ethos requer que seus membros se concebam como seres socialmente iguais. O rótulo de democracia social também se aplica, em consequência, à rede de democracias primárias – pequenas comunidades e organizações voluntárias – que podem florescer por toda a sociedade” (Sartori, 1994:25).

Em outro estudo sobre democracia desenvolvido por Santos (1999), o Estado estaria passando por um processo transitório que sustentaria um novo contrato social. Porém, esse novo contrato só seria consolidado no momento em que a face institucional e burocrática do Estado ultrapassasse seus limites formando um campo de luta política distinto do convencional. Na análise do autor o Estado convive atualmente com uma realidade distinta na qual ele assume a tarefa de coordenação entre os interesses nacionais e globais. Essa realidade confere ao Estado o poder de decisão sobre os critérios de redistribuição, de inclusão e de exclusão social. Diante dessas novas condições:

a democracia redistributiva tem de ser democracia participativa e a participação democrática tem de incidir tanto na atuação estatal de coordenação como na atuação dos agentes privados, empresas, organizações não governamentais, movimentos sociais cujos interesses e desempenho o Estado coordena (Santos, 1999:122).

Em outro estudo desenvolvido por Santos e Avritzer (2002), percebe-se como a democracia vem se transformando a partir dos períodos pós-guerras mundiais e fria até os dias de hoje. Se, em um primeiro momento, o projeto de democracia predominante foi o da democracia liberal, atualmente esse modelo democrático está em crise e abre espaço para o surgimento de novos projetos alternativos de modelos democráticos como, por exemplo, a democracia participativa, a democracia popular e a democracia desenvolvimentista.

⁸ Ver Weber (1994), Castoriadis (1986), Sartori (1994), Santos (1999) entre outros.

A expansão global da democracia liberal coincidiu com uma grave crise desta nos países centrais onde mais se tinha consolidado, uma crise que ficou conhecida como a dupla patologia: a patologia da participação, sobretudo em vista do aumento dramático do abstencionismo; e a patologia da representação, o fato de os cidadãos se considerarem cada vez menos representados por aqueles que elegeram (Santos & Avritzer, 2002:42).

Segundo Santos (2002), podemos diagnosticar duas concepções de democracia, a hegemônica e a não-hegemônica. A democracia hegemônica teria surgido no final da guerra fria e com a aceleração de processos de globalização. Caracteriza-se como prática restrita de legitimação de governos, onde ocorre em muitos casos, a transformação da discussão sobre as regras do jogo democrático em uma simples identificação da democracia com as regras do processo eleitoral. Na forma hegemônica de democracia concebe-se a representatividade como a única solução possível para o desenvolvimento das democracias em grande escala, porém, esta forma (hegemônica) não propõe soluções para duas questões que, segundo Santos, são fundamentais: “a questão de saber se as eleições esgotam os procedimentos de autorização por parte dos cidadãos e a questão de saber se os procedimentos de representação esgotam a questão da representação da diferença” (Santos & Avritzer, 2002:46).

As concepções não-hegemônicas da democracia teriam surgido na metade do século XX e se caracterizam por não constituírem uma única maneira possível de modelo democrático, justamente por considerarem elementos culturais de cada sociedade. Nessa concepção a democracia passa a ser encarada como uma forma de aperfeiçoamento contínuo da convivência humana e como um exercício coletivo do poder político, cuja base está no processo livre de apresentação de razões entre iguais.

Na direção da análise de Santos (op. cit), uma das práticas adotadas pela sociedade civil na busca de uma construção ou aprofundamento da democracia não-hegemônica, é a formação de organizações, associações e movimentos que buscam uma transformação das práticas dominantes, um aumento da cidadania e uma maior inserção na política de atores sociais excluídos. O associativismo civil pode ser caracterizado então como um dos vários mecanismos utilizados na busca de formas alternativas ou não hegemônicas de democracia.

A vitalidade e a atuação crescente das associações voluntárias implica, entre outras conseqüências, no revigoramento do processo democrático (Fontes & Eichner, 2001). Podemos nos perguntar se esse revigoramento acontece também dentro das práticas associativas, ou seja, dentro das próprias associações civis, existe uma democracia

participativa, onde todos os seus integrantes possuem livre acesso e pleno direito de exercício coletivo ou uma democracia representativa, onde uma minoria trabalha representando os interesses coletivos da maioria?

O debate acerca da democracia faz-se importante na análise do associativismo civil não apenas para verificarmos se essas iniciativas reforçam as práticas de uma democracia participativa, mas também no questionamento se dentro dessas formas de organização vigora esse ideal.

1.5. A Participação e o Associativismo Civil

Os processos recentes e alternativos de democratização possuem como um dos elementos principais para sua consolidação a idéia de participação. A possibilidade de participar junto à esfera pública das decisões e uma maior consciência participativa cidadã são um dos pré-requisitos mínimos na construção de um projeto de democracia não-hegemônica.

Se anteriormente alguns autores afirmavam que uma expressiva participação colocaria em risco o regime democrático⁹, na medida em que as grandes demandas sociais poderiam se sobrepor à necessidade de acumulação de bens e serviços, atualmente, o conceito de participação tem sido trabalhado como algo indispensável nos processos de aprofundamento da democracia.

Mas o que especificamente significa o termo participação? Em Bordenave (1994) encontramos esse conceito nos seguintes termos:

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se no mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas e ainda, a valorização de si mesmo pelos outros (Bordenave, 1994:16).

Nessa definição, o autor trabalha o conceito de participação de forma ampla como o ato de participar, fazer parte de, manifestar-se, interagir. Ele também centra o conceito especificamente na participação pessoal, individual, onde o homem se expressa, afirma-se dentro do coletivo. Há, contudo, outras formas de participação, como, por exemplo, a

participação de atores coletivos, representadas pelas associações civis, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Mais especificamente em Bobbio, et.al (1998), no “Dicionário de Política” encontramos o conceito de participação política, que pode designar uma variada série de atividades como o ato de votar, a militância em partidos políticos, sindicatos, associações, movimentos sociais, a participação em comícios, reuniões, assembleias deliberativas, campanha eleitoral, etc. Em sentido estrito, o termo participação poderia ser reservado, finalmente, para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política.

Maria da Glória Gohn (2001), também trabalha o conceito de participação, seus paradigmas e suas teorias. A autora analisa o uso desse conceito ao longo da História, desde sua origem na Grécia até as teorias políticas contemporâneas. Analisando os paradigmas que permeiam esse conceito, ela destaca as seguintes formas de participação: a participação liberal, a participação corporativa e a participação comunitária, que são três formas de participação derivadas do paradigma liberal e as participações democrática, revolucionária e democrática-radical, que concebem o termo participação não apenas como um ato voluntário de tomar parte de algo, mas como uma prática cidadã. Nesse último caso, o termo participação articula-se com o de cidadania e o ato de participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo.

Ammann (1980), observa que as organizações civis assumem um papel importante dentro da sociedade na medida em que se tornam veículos de participação social. A autora conclui, que é através da participação nas associações que diversas camadas sociais podem compartilhar seus problemas e interesses, adquirir poder reivindicatório e indiretamente ter acesso à gestão da sociedade.

Há então, um ideário de participação presente nas discussões políticas e acadêmicas, que se caracteriza pela participação cidadã, isto é, a participação como um ato consciente de exercer a cidadania. Neste sentido, as associações civis, as ONGs e os movimentos sociais tornam-se espaços facilitadores da participação dos indivíduos junto às decisões coletivas.

No cenário nacional o tema da participação está presente há mais de três décadas. Seu marco inicial está representado pelo período da ditadura militar, onde havia uma grande demanda da sociedade civil na luta pelo acesso e reconhecimento dos direitos sociais,

⁹ A idéia da “sobrecarga democrática” foi formulada em 1975 em um relatório da Comissão Trilateral por Crozier, Huntington e Watanuki (Santos e Avritzer, 2002).

econômicos e políticos dos setores populares (Gohn, 1998). A participação popular passa a ser vista como uma intervenção social, não mais distante da esfera onde as decisões são tomadas, mas sim presente ou, até mesmo em alguns casos, definidora no processo de formulação e implementação de políticas públicas e demandas sociais.

Contudo, a participação dos cidadãos brasileiros nas decisões que afetam o seu cotidiano nem sempre se dá de forma efetiva, devido à limitação de tempo, disposição, ou até mesmo do conhecimento de que é possível participar.

O que seriam processos de participação popular têm, de vez em quando, transformado-se num espetáculo no qual o discurso de participação é valorizado no plano da retórica, porém esvaziado de poder efetivo. E onde a participação se confunde com o processo de escolha de representantes, que tomam decisões sobre as quais o representado não tem o menor controle. (CECCA, 1996:165).

Os empecilhos para uma participação cidadã nas políticas sociais e no poder público são provenientes de uma cultura política que perpassa a esfera governamental e tradições da sociedade civil (Scherer-Warren, 2001). Embora o associativismo civil e os movimentos sociais sejam considerados formas emergentes de possibilidade da participação popular junto à esfera pública, dentro das próprias associações civis encontram-se problemas na participação e engajamento de seus membros.

Deve-se mencionar a muito recente socialização para uma democracia participativa, com diminuta mobilização e frágil capacitação para se fazer representar com legitimidade nas estruturas instituídas do poder político; a dificuldade em ultrapassar a fase da mera denúncia, para a de formulação de propostas legítimas e de qualidade dentro da comunidade; e a frágil capacidade de combater as tentativas de preempção/apropriação das propostas cidadãs, unilateralmente pelo Estado (Scherer-Warren, 2001:51).

Não ignorando os limites da participação, ela pode se dar de diversas maneiras, em diferentes instâncias e um tipo de participação pode auxiliar e/ou complementar outro tipo. Um exemplo atual de participação direta da população na gestão pública é o Orçamento Participativo (OP) na cidade de Porto Alegre. A idéia de orçamento participativo está permeada, entre outras, pela de associação, uma vez que, no processo de implementação de um OP, um dos mecanismos que pode ser utilizado como facilitador na organização e

incentivo à participação é a rede associativa, que visa sustentar e organizar a intervenção da população durante o processo. Contudo, o associativismo civil não pode ser entendido como única condição necessária para o êxito de um OP, mas sim como outras formas de participação que, como mencionado anteriormente, poderia complementar a participação da população nos processos participativos.

Inúmeros exemplos como esse poderiam ser levantados, porém, nesse trabalho serão analisadas as formas de participação da população de Florianópolis junto às associações civis locais, ou seja, se a maioria dos associados participam ativamente dentro das associações ou se eles abstêm-se de uma participação ativa e cidadã.

1.6. As Formas de Autonomia nas Associações Civis

Para estudar o associativismo civil na cidade de Florianópolis é preciso considerar aspectos específicos do lugar ocupado pelas associações civis na configuração do espaço político e social dessa cidade, a fim de compreender melhor este campo de análise. É necessário então, avaliar qual o grau de autonomia que as associações civis possuem para exercerem seu papel, criarem suas demandas e agendas. Há uma relação direta entre a autonomia e a democracia, isto é, quanto maior for o grau de autonomia entre as associações maior a alternativa democrática viável dentro do município estudado, e vice e versa.

Aprofundando melhor o que vem a ser a "autonomia" das associações, esse conceito passa necessariamente pelo de autogestão. Por autogestão deve-se entender:

um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a cooperação de várias pessoas, onde as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos aí participarem, com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas por cada uma das estruturas específicas de atividades (Bobbio, 1998:74).

Autonomia é, portanto “a faculdade de se governar por si mesmo, com liberdade e independência moral ou intelectual” (Ferreira, 1975:163). É necessário enfatizar que a idéia de autonomia ligada ao associativismo civil compreende a capacidade decisória de cada unidade de atividade e as condições de superação da interferência de vontades alheias às coletividades, ou seja, de vontades clientelistas, corporativas ou até mesmo individuais, que podem se sobrepor às decididas pela maioria.

Castoriadis (1991), ao tratar da dimensão social da autonomia, primeiramente diferencia esse conceito da velha idéia filosófica da liberdade abstrata.

Para o autor:

a autonomia não é eliminação pura e simples do discurso do outro, e sim elaboração desse discurso, onde o outro não é material indiferente porém conta para o conteúdo do que diz, que uma ação intersubjetiva é possível e que não está fadada a permanecer inútil ou violar por sua simples existência o que estabelece como seu princípio. É por isso que pode existir uma política de liberdade e que não ficamos reduzidos a escolher entre o silêncio e a manipulação, nem mesmo à simples consolação: “afinal, o outro fará o que quiser”. É por isso que sou finalmente responsável pelo que digo (e pelo que calo) (Castoriadis, 1991:129).

Esse conceito de autonomia desenvolvido por Castoriadis nos remete diretamente a problemas políticos e sociais. Dentro dessa concepção, seria inválido querer a autonomia sem desejá-la para todos e a sua realização plena só acontece dentro do coletivo. A autonomia como dimensão social passa a ter, então, um caráter diferente da autonomia individual, pois ela estabelece uma relação na qual os outros estão sempre presentes como alteridade.

Dentro do debate sobre o associativismo civil, a autonomia não deve ser pensada somente nas relações entre as associações civis e suas demandas internas e externas. É importante perceber também o grau de autonomia no que diz respeito às relações com os partidos políticos e com o Estado. Frank e Fuentes (1989), afirmam que a maioria dos movimentos sociais não busca o poder estatal, mas a autonomia inclusive frente ao próprio Estado:

A maioria destes movimentos se mobiliza e se organiza independentemente do Estado, de suas instituições e dos partidos políticos. Não consideram que o Estado ou suas instituições, e particularmente se integrar ou militar nos partidos políticos, sejam as formas adequadas para alcançar suas metas (Frank e Fuentes, 1989).

É importante ressaltar a questão do Estado como correlata à emergência da ação coletiva, principalmente porque a atuação coletiva origina-se do confronto com o Estado, na tentativa de abrir espaços para garantir a efetiva incorporação de novos elementos na arena política. Os movimentos sociais e, mais especificamente o associativismo civil, passam a ser uma das formas de atuação da população dentro do campo político.

A partir deste debate sobre as mudanças ocorridas na prática associativa faz-se relevante compreender como e por que acontecem estas transformações. Alguns questionamentos foram surgindo no decorrer desta análise, são eles: como as associações civis, a partir do discurso dos entrevistados devem se inserir na dinâmica da vida da sociedade civil, dos atores sociais e dentro do campo da política local? Como elas articulam verbas e financiamentos para execução dos seus projetos? Elas possuem autonomia financeira, ou devido a uma possível dependência submetem-se acriticamente aos interesses de seus financiadores? As suas relações com partidos políticos devem se dar através da parceria, da autonomia ou da subordinação? Essas questões serão contempladas nos capítulos III e IV, através das análises dos dados coletados.

1.7. As Redes e Parcerias do Associativismo Civil

O conceito de rede vem sendo amplamente estudado e utilizado dentro do campo científico em geral. Dentro das Ciências Sociais, segundo Scherer-Warren (1999a), a noção de rede é polissêmica e vem sendo construída tanto como conceito analítico, quanto como um conceito propositivo dos movimentos sociais. Duas disciplinas fazem uso dele de maneira especial, a sociologia que analisa as redes de movimento e a antropologia que desenvolve o conceito a partir das redes sociais.

A categoria “redes” pode ser compreendida de três maneiras distintas: uma primeira, como realidade empírica a partir de senso comum e do seu próprio uso como redes de comunicação e informação, redes de mútua-ajuda, redes solidárias, entre outras. Uma segunda forma de concebermos as redes é enquanto conceito teórico e científico, como é o caso dos conceitos de redes sociais e de movimentos. A terceira forma de compreendermos o termo redes é como instrumento metodológico de pesquisa, onde se utilizam as redes como metodologia de pesquisa (Scherer-Warren, op. cit).

De acordo com Melucci (1999), as redes vêm emergindo como modelo de funcionamento utilizado pelos movimentos, que buscam atender problemas específicos, bem como, constituírem um circuito de intercâmbios culturais. Para o autor, esse modelo põe em evidência as fases de latência (interna – que permite a troca social e a experimentação de novos modelos culturais) e a de visibilidade (externa – que busca indicar as relações existentes entre um problema específico e a lógica dominante do sistema, trazendo modelos culturais alternativos), dos movimentos.

Em Fontes & Eichner (2002), o revigoramento das redes tem estruturado o que eles chamam de “economia popular urbana”, que busca tanto solucionar a crise do Estado de Bem-Estar Social, quanto servir de instrumento para a formação de laços de identidade e do estabelecimento de práticas associativas.

As redes podem também se originar da necessidade de alocação de recursos por fora do estado e do mercado, na tentativa de suprir as necessidades oriundas das organizações sociais. “Questões relativas a acesso a recursos estão estreitamente associados com o desenho das redes. Um número razoável de estudos demonstra os efeitos de diferentes padrões de redes de acesso a recursos” (Wellman, 1998:28 apud Fontes & Eichner, 2002).

Sobre a utilização das redes como forma de articulação e trocas simbólicas, Melucci (op. cit), levanta um questionamento sobre qual seria o interesse dos movimentos em iniciar relações de intercâmbios que sempre estão inclusas em uma lógica de representação. Ele mesmo responde nos seguintes termos:

El motivo principal parece residir en la necesidad que tienen los actores colectivos de preservar sus espacios de autonomía frente al sistema, de mantener la independencia de áreas em las que sea posible practicar y anticipar los cambios que persiguen (Melucci, 1999:128).

Neste trabalho será utilizado o conceito teórico sociológico de redes para a compreensão da realidade empírica, uma vez que a articulação e a formação de redes e parcerias pelas associações civis sem fins lucrativos se constitui como uma das estratégias de ação coletiva por elas utilizadas para alcançarem seus objetivos, que podem ser desde troca de experiências e construção de identidades coletivas, até à obtenção de recursos.

A idéia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais refere-se a uma estratégia de ação coletiva, isto é, a uma nova forma de organização e de ação (como rede). Subjacente a essa idéia encontra-se, pois, uma nova visão do processo de mudança social – que considera fundamental a participação cidadã – e da forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo (Scherer-Warren, 1999a: 24).

Na prática associativa a formação de parcerias entre as associações civis e algum outro organismo que pode estar compreendido tanto na esfera estatal, como na esfera da sociedade civil e até mesmo na esfera do mercado, aparece mais recorrentemente e, em muitos casos, como antecessoras da constituição de uma rede social. As parcerias podem vir a

originar redes de movimentos, as redes por sua vez, podem criar parcerias e, ambas, são utilizadas como articulação e estratégias pelas organizações. Sendo assim, as análises das parcerias desenvolvidas pelas associações entrevistadas serão feitas concomitantemente às análises das redes, pois na prática das associações, essas duas formas de articulação caminham juntas.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Após a apresentação dos conceitos teóricos fundamentais em torno dos quais serão feitas as análises deste trabalho, nesse segundo capítulo serão explicitados detalhadamente os processos metodológicos que foram utilizados no desenvolvimento da pesquisa.

Este trabalho está ancorado num projeto de pesquisa mais amplo, desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisas em Movimentos Sociais (NPMS), sobre o "Novo Associativismo Civil Brasileiro", cujo objetivo geral era realizar estudos sobre as mudanças verificadas no perfil e na dinâmica da vida associativa de quatro municípios brasileiros (Florianópolis, São Paulo, Belo Horizonte e Juiz de Fora), no período de 1930 a 1998¹⁰.

Num primeiro momento da pesquisa foi realizado um levantamento das associações civis de Florianópolis registradas em cartório no período de 1930 até 1998. Com esse levantamento foi construído um censo associativo disponível no banco de dados do NPMS e a partir dos dados desse censo foi produzido um artigo analisando a relação entre a institucionalização das associações civis e o fechamento e a abertura do sistema político, através das fases históricas do processo de democratização¹¹.

Em Florianópolis, as informações sobre as associações foram obtidas a partir da publicação do seu extrato de estatuto no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, à disposição no acervo do Arquivo Público do Estado. Esses dados foram coletados anteriormente pelos bolsistas do NPMS e classificados de acordo com 21 recortes temáticos previamente discutidos e estabelecidos pelos integrantes do projeto geral nacional. Sendo assim, um dos critérios adotados na pesquisa é que todas as associações pesquisadas deveriam ser institucionalizadas, isto é, precisavam possuir registro em cartório.

¹⁰ Projeto "O novo associativismo civil brasileiro" financiado a partir do concurso Ford/Anpocs desenvolvido pelos professores Ilse Scherer-Warren, Leonardo Avritzer, Pedro Jacobi e Sérgio Costa.

¹¹ Ver Scherer-Warren, I. (1999b), "Associativismo civil em Florianópolis: evolução e tendências. In: Revista de Ciências Humanas n.26/outubro".

No presente trabalho, foram analisados 16 dos 21 recortes temáticos tendo como critério incluir apenas os grupos associativos que possuíam maior representatividade e visibilidade em Florianópolis em relação a reivindicações e participação no espaço público.

Esses grupos dividem-se em: associações comunitárias; grupos ligados à religião e religiosidade; associações ligadas a atividades escolares e educativas; associações ligadas à saúde e saúde comunitária; associações ambientalistas e ecológicas; associações ligadas a causas femininas; grupos de direitos humanos e cidadania; grupos étnicos e minorias culturais; grupos de mútua-ajuda, assistencialismo e filantropia; associações culturais; associações acadêmicas, estudantis e de pesquisa; sindicatos de trabalhadores; associações profissionais; associações empresariais e patronais; associações de consumidores e usuários e associações de comunicação.

Do total das associações levantadas nesses 16 recortes temáticos foi sorteada uma amostra estratificada de 108 associações para aplicação de questionário entre as lideranças dessas organizações e/ou membros participantes da diretoria. Cada questionário continha 43 perguntas, sendo 39 estimuladas e 4 espontâneas. O critério utilizado na obtenção da amostra foi de sortear 5% do total de associações contidas em cada um dos 16 recortes. O grupo que não atingisse o número de 5 associações, seria mantido o valor de 5 como o mínimo de entrevistas a serem aplicadas por recorte. As respostas foram codificadas de forma padronizada e registradas em computador no programa Access de maneira quantitativa, formando um banco de dados que, posteriormente, foi transferido para o programa Excel para a extração dos gráficos estatísticos.

No momento da tabulação dos dados e construção dos gráficos o grande número de recortes temáticos (16), estava gerando muita dispersão nas respostas, dificultando assim sua representação gráfica. Desta forma, os recortes temáticos foram agrupados em 5 grandes blocos temáticos de acordo com os objetivos comuns de cada recorte, para que fossem obtidos resultados mais significativos. Os blocos temáticos seguiram a seguinte classificação:

BLOCOS TEMÁTICOS

BLOCOS TEMÁTICOS	RECORTES TEMÁTICOS
1) Associativismo comunitário e/ou assistencialista	Associações comunitárias
	Associações ligadas a saúde e saúde comunitária
	Grupos ligados à religião e religiosidade
	Associações escolares e educativas
	Grupos de mútua ajuda , filantropia e assistencialismo
2) Associativismo identitário ou novo associativismo	Grupos étnicos e de minorias culturais
	Associações ambientalistas e ecológicas
	Associações ligadas a causas femininas
	Grupos de direitos humanos e cidadania
3) Associativismo de defesa econômica e profissional	Sindicatos
	Associações empresariais ou patronais
	Associações profissionais
4) Associativismo acadêmico, de apoio e/ou assessoria	Associações de consumidores e usuários
	Associações de comunicação
	Associações acadêmicas e de pesquisa
5) Associativismo ligado à cultura	Associações culturais

A partir dessa classificação, cada bloco temático ficou com o seguinte número de associações:

- Bloco 1: composto por 32 associações;
- Bloco 2: composto por 20 associações;
- Bloco 3: composto por 24 associações;
- Bloco 4: composto por 20 associações;
- Bloco 5: composto por 12 associações.

A metodologia utilizada no levantamento dos dados foi a de *survey*, devido à especificidade do número de questionários a serem aplicados (uma amostra de 108) e ao

objetivo geral do trabalho, que consiste em analisar as tendências do associativismo civil na cidade de Florianópolis. Nesse sentido, seguindo-se Babbie (1999), a análise a partir dos procedimentos metodológicos de *survey* seria a mais conveniente para esse estudo.

O exame de centenas e até milhares de entrevistas de *survey* permite testar proposições complexas envolvendo diversas variáveis em interação simultânea. (...) Além disso, a disponibilidade de numerosos casos e variáveis permite ao analista documentar processos casuais mais elaborados (Babbie, 1999:83).

Os questionários foram aplicados no período de dois anos de julho de 1999 à julho de 2001. O longo período dessa fase de coleta de dados justifica-se pela dificuldade de localizar as associações e até mesmo de conseguir que os associados, membros da diretoria, nos concedessem entrevista. Esse espaçamento de dois anos para as aplicações dos questionários, no entanto, não compromete os resultados da pesquisa nem a validade dos dados levantados, pois como explica Babbie (op. cit), esse tipo de pesquisa possui um desenho longitudinal, isto é, um estudo descritivo e explicativo que permite análises de dados ao longo do tempo. A pesquisa realizada através da metodologia de *survey* é freqüentemente usada em estudo de tendências, como é o caso desse trabalho. Sendo assim, uma população pode ser amostrada e estudada em ocasiões diferentes, pois cada amostra representa a mesma população e cada associação civil representa uma unidade de análise.

As informações obtidas através destes questionários visam identificar fundamentalmente os seguintes itens: o perfil dos líderes e membros das diretorias das associações civis, suas motivações pessoais para participação nestas, o perfil das associações civis e seus objetivos, suas principais características e trabalhos desenvolvidos, o modo como as associações funcionam internamente e quais as parcerias ou redes que elas desenvolvem e participam.

A partir dessas informações foram feitos dois tipos distintos de análise. No primeiro, foi priorizada a análise dos dados visando um estudo descritivo do perfil do associativismo civil em Florianópolis, que compreende o capítulo III. No segundo, o enfoque foi a partir de uma análise explicativa, que busca através da construção de tipos ideais de associações civis, compreender como elas se comportam quanto às questões referentes à democracia, participação, autonomia, redes e parcerias. Essa análise explicativa compreende o capítulo IV, onde se buscou analisar aspectos característicos da sociedade florianopolitana e da construção

da prática política no município para compreender quais as especificidades das associações civis locais.

Embora as associações voluntárias se diferenciem umas das outras, como por exemplo, no que diz respeito ao grau de organização; aos critérios para seleção de seus membros; ao nível mais ou menos elevado de envolvimento pessoal; às metas e objetivos; aos recursos disponíveis; a necessidade maior ou menor destes recursos e na forma como estes são mobilizados; na abrangência de sua atuação (municipal, estadual, nacional, ou internacional); nos benefícios alcançados, etc., elas possuem também aspectos em comum, que não podem ser desconsiderados no processo de pesquisa e análise.

Se por um lado existem diferenças que marcam as diversas identidades coletivas representadas pelas associações civis voluntárias, por outro, há formas de ações coletivas com vistas a fins e valores que merecem ser analisados. Esses valores referem-se a um tipo de associação democrática, aberta, com recursos disponíveis para execução de seus projetos, cujos participantes possuam uma consciência participativa e cidadã.

Foram então construídos, através de pesquisa bibliográfica relacionada ao tema (apresentada no capítulo I) e das possibilidades de respostas contidas no questionário, tipos ideais de associativismo civil com relação aos conceitos de participação, democracia, autonomia, redes e parcerias, para utilizar como referencial na análise das associações pesquisadas, a fim de verificar quais os tipos de associações se aproximam mais dos ideais e quais os tipos se distanciam.

Esta comparação permitirá identificar as características e tendências do associativismo civil em Florianópolis, à luz da metodologia de Max Weber (...), que afirma que “a construção de uma ação orientada pelo fim de maneira estritamente racional serve, nesses casos, à Sociologia como tipo (“tipo ideal”). Permite compreender a ação real, influenciada por irracionalidades de toda espécie (afetos, erros), como “desvio” do desenrolar a ser esperado no caso de um comportamento puramente racional” (Weber, 1994:5).

Sendo assim, o tipo ideal segundo a metodologia de Max Weber, expõe como se desenvolveria uma forma particular de ação social se o fizesse racionalmente em direção a um fim e se fosse orientada de forma a atingir um e somente um fim. Por conseguinte, o tipo ideal não constitui nem uma hipótese nem uma proposição e, assim, não pode ser falso nem verdadeiro, mas válido ou não válido, de acordo com sua utilidade para a compreensão significativa dos acontecimentos estudados pelo investigador (Tragtenberg, 1980).

É importante ressaltar que o tipo ideal não precisa identificar-se com a realidade, isto

é, não tem como objetivo exprimir a “verdade autêntica” do que se está analisando. Ao contrário, ele nos afasta desta verdade por sua própria irrealidade, para que o pesquisador possa melhor dominá-lo intelectual e cientificamente, embora nunca totalmente.

A idealidade desta construção nada tem de comum com o ideal ou o dever ser no sentido ético. O tipo ideal nada tem de exemplar e não se deixa confundir com um modelo no sentido axiológico, nem como uma norma prática para a ação (Freund, 1970:50).

Ao criar tipos ideais de associações civis estarão sendo construídas formas de compreensão para o estudo de seus significados e transformações, o que não se relaciona com ideais a serem alcançados. A utilização de tipos ideais abstratos não deve ser feita como um fim, mas exclusivamente como meio de conhecimento da realidade empírica. Para Weber (1993:137), “a sua relação (dos tipos ideais) com os fatos empiricamente dados consiste apenas em que, onde quer que se comprove ou se suspeite que determinadas relações (...) chegaram a atuar, em algum grau, sobre a realidade, podemos representar e tornar compreensível pragmaticamente a natureza particular dessas relações mediante um tipo ideal”.

Esses estudos desenvolvidos a partir dos tipos ideais de democracia, participação, autonomia, redes e parcerias possibilitaram a construção de hipóteses sobre o associativismo civil local e não de teorias ou conclusões, uma vez que as questões contidas no questionário não foram elaboradas visando à construção de tipos ideais e, sim, buscando verificar o perfil e as tendências das associações civis no contexto local. A possibilidade de estudá-las através desses tipos ideais constitui uma tentativa de aprofundamento do trabalho, a fim de melhor problematizar as idéias dos entrevistados a cerca do associativismo civil.

2.1. Tipos Ideais de Democracia

Como já foi explicitado no capítulo I o modelo de democracia está em ampla discussão e análise não só dentro do campo teórico, como também dentro das associações civis e organizações da sociedade civil. Surgem em vários lugares projetos alternativos de modelos democráticos como a democracia participativa, a democracia desenvolvimentista, entre outros. Nos depoimentos dos entrevistados o termo democracia também se fez muito presente como algo necessário para as práticas associativas, ou como um dos princípios básicos que as regem. Sendo assim, dentro desta perspectiva teórica, foram construídos dois tipos ideais de democracia: a participativa e a representativa.

- a) Na democracia participativa, todas as decisões referentes à associação devem ser tomadas em assembléia com a participação e o voto de todos os associados. Nesse caso, a instância máxima de decisão deve ser somente da assembléia geral, que legitima o direito de voto de cada participante.
- b) Na democracia representativa, as decisões referentes à associação devem ser tomadas, em sua maioria, pela diretoria ou, em alguns casos, pelo próprio presidente da associação. Nessa forma de democracia, a instância máxima deve ser da diretoria ou apenas do representante e/ou presidente e não mais da assembléia geral.

2.2. Tipos Ideais de Participação

As associações civis têm assumido um importante papel dentro da sociedade, pois elas atuam como veículos estimuladores da participação social. Na literatura verificamos que a idéia de participação está diretamente ligada a um tipo de participação baseada no engajamento pessoal, consciente e cidadão dentro do espaço público. Muitas vezes percebemos um outro tipo de participação dentro das associações que nem sempre se dá conforme a teoria. Esse outro tipo refere-se a participação a partir do interesse de grupos específicos que se beneficiam individualmente ou corporativamente dessa participação. Nesse sentido foram construídos dois tipos ideais de participação: a cidadã ampla e a cidadã restrita.

- a) A participação cidadã ampla refere-se a uma participação onde o indivíduo tem consciência de seus direitos e deveres de cidadão. Esta forma de participação exige, por parte do cidadão, um comprometimento com o coletivo social, impulsionado pelos valores defendidos pela associação. Nesse caso os membros da associação devem engajar-se ativamente nos trabalhos, eventos e reuniões desenvolvidos pela associação.

- b) A participação cidadã restrita refere-se a uma participação onde os interesses corporativos predominariam sobre os interesses coletivos. Considera-se como interesse particular a busca do benefício próprio e as lutas por causas corporativas, bem como, um engajamento mais limitado dentro das atividades desenvolvidas pela associação, onde o associado busca os benefícios por ela conquistados, sem julgar que precisa se envolver pessoalmente para alcançá-los.

2.3. Tipos Ideais de Autonomia

O conceito de autonomia é muito amplo e precisa estar ancorado a outros conceitos, para compreender em relação a quem se busca ter autonomia. Nesse trabalho a autonomia será analisada em relação ao autofinanciamento das organizações e na sua relação com os órgãos públicos, com o Estado e com os partidos políticos.

Conforme a literatura, as associações civis se pautam numa relação de ambigüidade quando se trata da questão da autonomia financeira. Se por um lado dependem de financiamentos externos para a manutenção das mesmas e para a realização de seus trabalhos, por outro lado buscam a autonomia frente às suas orientações normativas.

Podemos perceber que grande parte das associações, em suas relações com o Estado, órgãos públicos e partidos políticos buscam manter um certo grau de autonomia e que, principalmente, não querem tomar o poder estatal, mas sim reivindicar suas demandas criando novos espaços na esfera política (Ruscheinsky, 1999).

Nesse sentido, quatro tipos ideais foram criados a partir dessas observações, dois referentes a autonomia financeira e dois referentes a autonomia organizativa, são eles:

- a) Autonomia financeira ampla refere-se às associações cujo financiamento venha dos próprios associados, de promoção de eventos ou de doações livres de indivíduos. Essas

associações devem buscar uma autonomia financeira para a realização de seus trabalhos, de maneira que possam atuar livremente de acordo com suas metas e objetivos.

- b) Autonomia financeira restrita são as associações que não possuem meios de financiamento próprio, que recebem financiamento de órgãos públicos, empresas privadas, ou órgãos internacionais e que têm que prestar contas aos órgãos financiadores externos, submetendo-se muitas vezes, acriticamente aos interesses de seus financiadores.
- c) Autonomia organizativa ampla: serão consideradas as associações que não possuem relações formais com o Estado ou com os partidos políticos e/ou associações que não compõem redes hierárquicas de diretrizes, isto é, que estabelecem suas próprias diretrizes e regulamentos.
- d) Autonomia organizativa restrita: serão consideradas as associações que possuem algum tipo de relação formal com o Estado ou com partidos políticos e/ou associações que obedecem a diretrizes de redes hierárquicas, cuja burocracia impede decisões independentes.

2.4. Tipos Ideais de Redes e Parcerias

As redes e parcerias desenvolvidas pelas associações podem adquirir diferentes formas de atuação e possuir diversos objetivos. Na literatura verificamos que a metodologia de criação de redes e parcerias auxilia as associações na organização e união de causas comuns ou na troca de experiências entre elas. Em outros casos, elas podem servir de armadilha para as próprias associações quando essas relações submetem as organizações a simples troca de favores ou de interesses. Com base nessa realidade conceitual, dois tipos de redes e parcerias foram criados:

- a) As redes e parcerias horizontalizadas são redes políticas, solidárias, estratégicas ou sociais, manifestas dentro do associativismo civil, cuja forma de organização baseia-se no fato de todos os integrantes da rede possuírem o mesmo espaço político de decisão e influência. Serão consideradas redes ou parcerias com outras associações, órgãos sociais, federações, entre outros, com a finalidade de promover trocas de experiências e participarem conjuntamente de reivindicações, fóruns, palestras, projetos em comum etc.

As redes ou parcerias criadas pelas associações visam consolidar suas reivindicações e objetivos e não lucros ou benefícios individuais.

- b) As redes e parcerias verticalizadas são também redes políticas, solidárias, estratégicas ou sociais, manifestas dentro do associativismo civil, cuja forma de organização baseia-se no fato dos integrantes da rede não possuírem espaços político iguais de decisão e influência e, de haver uma hierarquia dentro da rede. Neste caso, serão consideradas redes e parcerias com empresas privadas, os órgãos públicos e ou partidos políticos, onde as associações não dispõem do mesmo peso político de decisão. Os objetivos dessas redes e parcerias visam exclusivamente benefícios e recursos humanos ou financeiros.

Após a apresentação da metodologia utilizada e dos tipos ideais que irão auxiliar as análises, os dois próximos capítulos seguem com os dados e os resultados da pesquisa de campo. Antes, todavia, é importante ressaltar que as análises a seguir não visam criar modelos normativos do associativismo civil em Florianópolis, mas sim apontar algumas lacunas, características, potencialidades e hipóteses que podem servir de estímulos e contribuições para novas pesquisas sobre esse fenômeno.

CAPÍTULO III

UM PERFIL DO ASSOCIATIVISMO CIVIL E SUAS LIDERANÇAS EM FLORIANÓPOLIS

A região da grande Florianópolis sofreu fortes mudanças a partir da década de 60 no que tange ao processo de urbanização e aumento populacional, com a expansão de oportunidades de emprego, atividades comerciais e turismo (CECCA, 1997).

Atualmente, apontada como a capital brasileira com melhor qualidade de vida, Florianópolis destaca-se por sua beleza natural e grande participação no mercado turístico nacional. Seus indicadores econômicos mostram, que o setor que responde por maior participação do PIB é o setor de serviços (66,12%) seguido do setor de comércio (27,53%).¹²

Esses e outros fatos fizeram com que houvesse um deslocamento muito grande de pessoas para a capital catarinense nas últimas décadas e uma expressiva mudança no modo de vida dos antigos moradores da ilha. Nesse contexto, a cidade se tornou em pouco tempo palco de movimentos e conflitos de terra, de proteção ambiental e de organizações de bairros, entre a população local e a população migrante, bem como, foco de pressão junto aos órgãos públicos (Fantin, 1995).

No entanto, as organizações populares não começaram a atuar somente na década de 60. Diversos setores da sociedade civil já se organizavam em torno de associações, desde os anos que precederam o golpe militar. O movimento estudantil, por exemplo, em 1949 fundou a União Catarinense dos Estudantes, o movimento feminino trabalhou, em 1950, na criação da Associação Catarinense de Mulheres. Ainda no início da década de 60 surgem novas organizações sindicais, que lutavam para romper com as marcas assistencialistas dos sindicatos tradicionais e com os vínculos com o Estado, trazendo uma nova perspectiva para o movimento sindical florianopolitano. Foi com a abertura do regime político, que emergiu em Florianópolis, um forte movimento de associações civis (Scherer-Warren & Rossiaud, 1999).

Durante a ditadura militar, a sociedade civil e mais especificamente suas organizações foram duramente reprimidas, o que originou vários movimentos de resistência à

¹² Fonte IBGE, Censo Demográfico 2000.

ditadura e a luta pela anistia. Em Florianópolis, uma das manifestações que ficou mais marcada foi a "novembrada", liderada pelo movimento estudantil, mas que contou com a manifestação popular. Essa manifestação se deu na ocasião de uma visita pública do então presidente da República General Figueiredo, que foi recebido em praça pública com insultos e agressões pelos moradores de Florianópolis, em novembro de 1979. Esse ato teve profundas repercussões não só no Estado como em todo o Brasil¹³ (Fantin, 1995).

Na década de 70, surgiram os conselhos comunitários que consistiam em organizações criadas pelo Estado, visando viabilizar as prestações de serviços à população e mediar as relações entre o poder público e a comunidade. Esses conselhos eram diretamente vinculados às estruturas do Estado, que tentavam em muitos casos, cooptar as associações comunitárias e integrá-las à política clientelista, marcada pela concessão de recursos e a prestação de serviços à população (Silva, 1999).

O período de maior surgimento de diversas formas de organizações da sociedade civil em Florianópolis foi à década de 80, com as associações de bairro, grupos identitários e étnicos, associações ligadas à saúde e prevenção de doenças, grupos de mútua-ajuda, associações ambientalistas, entre outras. Essas organizações buscavam romper com os vínculos com o Estado e com os órgãos de controle que faziam parte dos conselhos comunitários (Luchmann, 1991).

No início, essas associações eram organizadas, especialmente, a partir dos locais de moradia das pessoas. Havia inúmeros grupos que procuravam realizar atividades para congregar os moradores e pleitear benefícios junto à prefeitura, como os grupos culturais, grupos de proteção do meio ambiente, jornais de bairro e grupos que se reuniam esporadicamente em torno de alguma causa comum (Franzoni, 1993).

A Igreja Católica teve também grande influência na formação do associativismo civil de Florianópolis através das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs e de pastorais sociais. Diferentes de muitas associações que possuíam poucos espaços de articulação e infraestrutura, estas já nasciam dentro da estrutura da igreja que proporcionava tanto espaço físico para articulações e encontros, quanto respaldo institucional para as lutas e reivindicações (CECCA, 1997).

¹³ O acontecimento foi estudado por diversos pesquisadores dentre eles, Srouf (1983) e Auras (1991) apud Fantin (1995). Foi produzido também um curta metragem pela Usyna Press Produções Cinematográficas, do diretor Eduardo Paredes, Florianópolis, 1998.

Os partidos políticos também apoiavam e integravam várias organizações da sociedade civil florianopolitana, como por exemplo, o Partido dos Trabalhadores (PT), que atuava nas associações pertencentes aos setores chamados de “periferia” e o Partido da Frente Liberal (PFL) que integrava às entidades dependentes do governo do Estado via conselhos comunitários, os chamados “conservadores” (Luchmann, 1991).

Esses diferentes setores que influenciaram o surgimento do associativismo civil florianopolitano fez com que uma das suas características marcantes seja o fato dele ser formado por uma pluralidade de atores que participam de associações de moradores, conselhos comunitários, partidos políticos, membros de comunidades, das pastorais da igreja católica, das CEBs, etc. (Pereira & Tomiello, 1996).

Na década de 90 cresce, não só em Florianópolis com também no cenário nacional, o número de organizações que visam ampliar a participação dos cidadãos na esfera pública, na busca de legitimação de novos direitos e na luta pela garantia dos direitos já adquiridos. Caracterizadas por serem organizações não-governamentais, elas trazem um novo perfil nas atuações e são consideradas como pertencentes aos “novos movimentos sociais” ou ao “novo associativismo civil¹⁴” (Scherer-Warren & Rossiaud, 1999).

Dentro deste quadro muitas pesquisas e análises foram surgindo para entender, explicar e até mesmo resgatar a memória destas organizações da sociedade civil¹⁵. Com o desenvolvimento desse trabalho pretende-se contribuir, através de um estudo sobre o perfil das lideranças e do associativismo civil local, tanto na complementação das pesquisas já existentes, como também colaborar com os estudos que estão por vir.

¹⁴ Sobre os conceitos de novos movimentos sociais e novo associativismo civil ver respectivamente Scherer-Warren, Ilse (1987) e Avritzer, (1998).

¹⁵ Sobre o assunto ver: Luchmann (1991), Müller (1992), Franzoni (1993), Fantin (1995), Marques (1996), CECCA (1997), Groh (1998) e Scherer-Warren & Rossiaud (1999), dentre outros.

3.1. Perfil Analítico das Lideranças das Associações Civas

O questionário utilizado na pesquisa¹⁶ está dividido em dois blocos de questões: o primeiro contém perguntas relacionadas ao entrevistado, ou seja, às lideranças das associações civis e o segundo questões que dizem respeito à associação. Nessa primeira parte da análise desse capítulo será trabalhado o conjunto de questões referente ao associado (dirigente), com perguntas direcionadas à sua identificação como: idade, sexo, profissão, renda mensal; e outras relacionadas à participação do entrevistado na associação como: motivos da participação, trabalhos realizados, cargos que ocupam, entre outras. Posteriormente, na segunda parte do capítulo III será aprofundada a segunda etapa, quando analisaremos o perfil das associações civis pesquisadas.

As análises dos dados não foram organizadas considerando a seqüência das perguntas contidas no questionário, mas sim buscando a melhor forma de explicá-las e interpretá-las. Nesse sentido, se compararmos a ordem das questões analisadas tanto do capítulo III, quanto do capítulo IV com a ordem das questões contidas no questionário em anexo, perceberemos que não houve uma preocupação em seguir fielmente essa seqüência. Cabe ressaltar também que as questões referentes à democracia, autonomia, participação, redes e parcerias estão presentes nas análises do capítulo IV, que buscam aprofundar outros aspectos sobre o associativismo civil de Florianópolis através da construção e análise dos tipos ideais.

Cargos

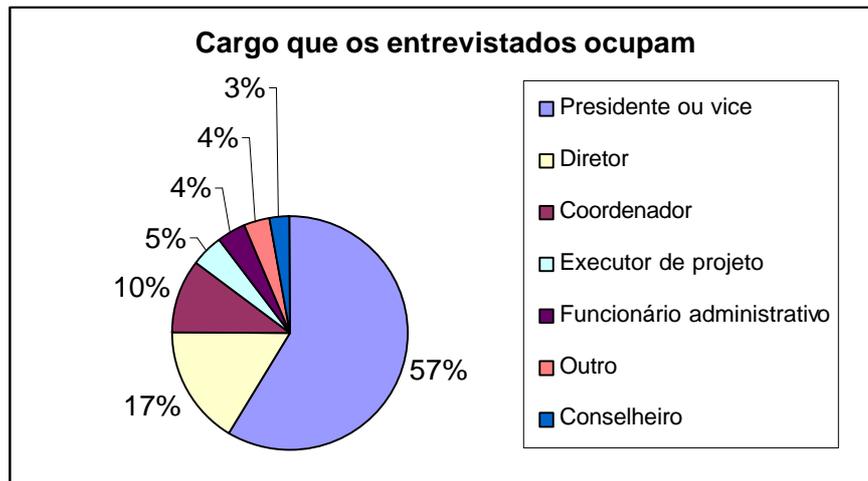
A primeira pergunta a ser analisada, referente ao perfil do entrevistado, é quanto ao cargo ocupado por eles dentro da associação civil. De acordo com a metodologia explicitada no capítulo II foi priorizado entrevistar aqueles que compunham a diretoria da associação, a fim de construir um perfil das lideranças do associativismo civil em Florianópolis. Embora sugeríssemos às pessoas contatadas que seria importante falarmos com os presidentes ou diretores das associações, a decisão de quem concederia a entrevista ficava a cargo dos próprios participantes. Nesse sentido, é importante ressaltar que as lideranças entrevistadas são os porta-vozes da associação, ou seja, aqueles a quem o grupo indicava para responderem

¹⁶ Vide anexo número 1.

pela associação e que, por isso, eram identificadas como lideranças, mas que não obrigatoriamente ocupavam os cargos de presidência ou de diretoria.

Chegamos, então, aos seguintes resultados representados no gráfico I:

Gráfico I



De acordo com os dados do gráfico I, 57% dos entrevistados são presidentes ou vice-presidentes, 17% são diretores, 10% coordenadores, 5% executor de projetos, 4% funcionário administrativo, 4% outros e 3% conselheiro.

Somando as porcentagens referentes à presidência, diretoria e coordenadores, temos um total de 84% de entrevistados que ocupam cargos do quadro da diretoria das associações, sendo que as outras porcentagens são bem inferiores. Esse fato nos aponta que para essa amostra, as lideranças que respondem pela associação são, em sua maioria, dos cargos de presidência, de diretoria e de coordenação.

O mesmo se deu na pesquisa realizada por Avritzer (1998), em Belo Horizonte sobre o novo associativismo civil¹⁷, cuja metodologia era semelhante a da presente pesquisa. Nela 91% dos entrevistados ocupam cargos de presidência e diretoria.

Quando foi definido, na metodologia de ambas as pesquisas, que seria priorizado entrevistar os participantes que são indicados como porta-vozes das associações, buscava-se verificar se havia uma relação direta entre as lideranças que respondem pela associação e os que compõem os cargos de presidente e diretores. Percebe-se então que, no caso das pesquisas

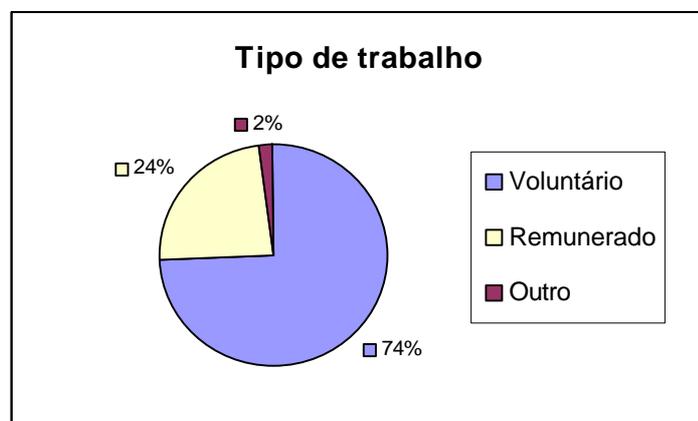
¹⁷ Vide capítulo II de metodologia.

realizadas em Florianópolis e Belo Horizonte, esses dados estão correlacionados, ou seja, os integrantes da diretoria são também considerados os principais porta-vozes das associações.

Participação Voluntária

Outra pergunta feita aos entrevistados foi se o trabalho realizado por eles dentro da associação é remunerado ou voluntário e percebemos que, a grande maioria 74% presta serviço voluntário dentro da associação, 24% presta serviço remunerado e 2% outro.

Gráfico II



Comparando os dados do gráfico II com o gráfico anterior sobre os cargos ocupados pelos entrevistados, percebe-se que os cargos referentes à presidência, vice-presidência, diretoria e coordenação são, na maioria das vezes, voluntários. É preciso considerar que em vários estatutos de associações civis, uma das cláusulas a respeito da diretoria é que esses cargos devem ser eminentemente voluntários. Nesse sentido, o fato de entrevistarmos os membros das diretorias pode explicar essa grande porcentagem de voluntários.

Em Avritzer (op. cit), os dados foram semelhantes, com 79% de voluntários e 21% de remunerados. Os resultados de ambas as pesquisas apontam para uma tendência do associativismo civil desses dois municípios terem a maioria dos seus presidentes e diretores prestando serviços voluntários.

Ao compararmos com um outro estudo desenvolvido por Ortega (1997), na cidade de Córdoba na Argentina, sobre as associações civis sem fins lucrativos, percebemos a mesma tendência. Na amostra pesquisada pelo autor, os voluntários representam 58,3% do total de pessoas, 37,6% são remunerados dos quais, 34,8% possuem uma relação de caráter permanente na associação e apenas 2,8% tem uma relação eventual com a entidade.

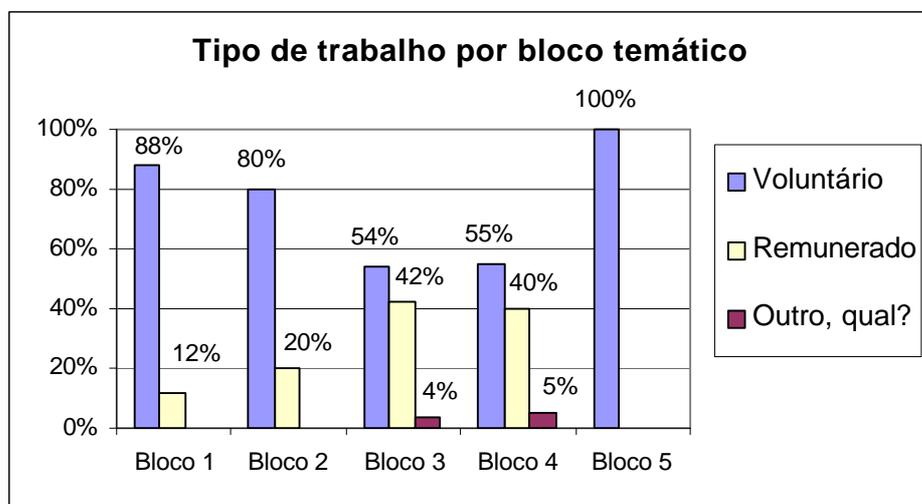
Entretanto, essa relação entre remunerados e voluntários se modifica ao analisarmos os dados de acordo com os cargos ocupados. A porcentagem de pessoas remuneradas é quase absoluta para os cargos administrativos e de apoio, chegando a 97%. Já nos cargos de diretoria, 64% são voluntários.

Em um estudo desenvolvido por Henrique (1995), sobre o significado da ação voluntária para os atores de seis associações civis localizadas em Florianópolis e São José, a autora verificou que o trabalho voluntário representa o meio pelo qual os agentes sociais instrumentalizam seus projetos e intervêm, através dessa ação, como construtores e modificadores da realidade social. Há nas ações voluntárias um caráter político que não visa a substituição do papel do Estado, mas sim um espaço de reivindicações dentro da esfera pública.

Nesse sentido, mesmo que em algumas organizações haja uma exigência estatutária de que os membros da diretoria sejam voluntários, isso não invalida as análises feitas por Henrique (op. cit) sobre a importância que os agentes sociais dão a esse tipo de trabalho, pois a filiação ou não filiação em uma organização e a participação ou não participação na diretoria dessa organização é considerada uma opção pessoal de cada indivíduo.

Se dividirmos essa questão entre os cinco blocos temáticos que são: (1) associativismo comunitário e/ou assistencial, (2) associativismo identitário ou novo associativismo, (3) associativismo de defesa econômica e/ou profissional, (4) associativismo acadêmico, de apoio e/ou assessoria e (5) associativismo cultural¹⁸, teremos os seguintes resultados representados no gráfico III:

Gráfico III



¹⁸ Vide quadro no capítulo II de metodologia.

De acordo com os dados do gráfico III, vemos que, nessa amostra, o bloco temático que mais possui voluntários é o bloco 5 (cultural), sendo 100% dos entrevistados voluntários. Em seguida, temos os blocos 1 (comunitário), com 88% de voluntários e o bloco 2 (identitário ou novo associativismo), com 80% dos entrevistados sendo voluntários.

Já o bloco temático 4 (acadêmico de apoio e/ou assessoria) foi o que apresentou maior porcentagem de trabalho remunerado, em comparação com os outros blocos, com 40% dos entrevistados prestando serviço remunerado. Esse resultado pode ser explicado pelos tipos de associações que compõe esse bloco, como associações acadêmicas e de pesquisa, associações de defesa do consumidor e associações ligadas à comunicação, os quais possuem um perfil de ONGs, isto é, trabalham com projetos que arrecadam recursos externos para a sua execução. Estas associações prestam apoio, assessoria ou promovem estudos e pesquisas, o que pode justificar essa porcentagem de lideranças ou membros da diretoria remunerados. Devemos considerar que a maioria dos entrevistados 55% participa voluntariamente dessas organizações.

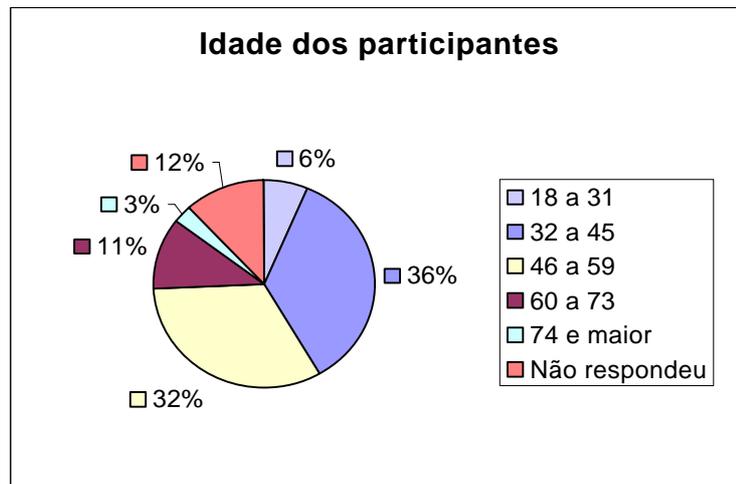
Outro bloco temático que apresentou uma porcentagem considerável de lideranças remuneradas, em comparação com os outros blocos, foi o bloco 3 (econômico e de defesa profissional). Novamente, os tipos de associações que compõem esse bloco podem explicar esse resultado por se tratarem de sindicatos ou associações profissionais, onde muitas vezes o associado é liberado de seu trabalho para trabalhar nas associações recebendo uma remuneração. Essa remuneração normalmente equivale ao salário que ele ganharia se estivesse exercendo a profissão e, na maioria das vezes, é a própria empresa na qual ele está vinculado quem paga o salário.

Os resultados dessa amostra nos apontam para uma tendência maior entre as associações culturais, de bairro, filantrópicas, assistenciais, identitárias ou pertencentes ao novo associativismo, contidas nos bloco temáticos 5, 1 e 2 respectivamente de possuírem lideranças voluntárias. Já os outros dois blocos temáticos 3 e 4, apresentaram uma tendência maior de possuírem lideranças remuneradas.

Faixa Etária

Outra pergunta contida no questionário refere-se à faixa etária dos participantes das associações civis:

Gráfico IV



Como podemos verificar nos dados representados no gráfico IV, somando as duas maiores porcentagens de respostas, percebemos que a grande maioria, 68% das lideranças entrevistadas, pertence à faixa etária entre 32 a 59 anos, sendo que, entre 32 a 45 anos, temos 36% do total da população pesquisada e, entre 46 a 59 anos, temos 32%. Esses dados nos mostram que a maioria das lideranças que participam do associativismo civil de Florianópolis possui uma idade intermediária, pois apenas 11% tinham entre 60 e 73 anos, 6% tinham idade entre 18 e 31 anos, 3% eram maior do que 74 anos e 12% não responderam.

Comparando com a pesquisa de Avritzer (1998), verificamos que os dados são semelhantes, 65,4% dos entrevistados pertencem à faixa etária maior do que 40 anos, 23,9% entre 30 e 40 anos, 9,4% entre 20 e 30 anos e, apenas 1,3% até 20 anos. Mesmo que na pesquisa realizada em Belo Horizonte os intervalos entre as idades sejam diferentes dos intervalos utilizados na pesquisa de Florianópolis (representados no gráfico IV), ambos os resultados apontam para uma tendência de participantes pertencentes as faixas etárias entre 35 a 60 anos.

Faz-se importante ressaltar a baixa participação de jovens na faixa etária dos 18 aos 25 anos como lideranças nas associações civis tanto de Florianópolis, quanto de Belo Horizonte. Isso não significa que não haja presença dos jovens na participação nas organizações civis e movimentos sociais¹⁹. Esses dados nos permitem avaliar apenas que, na

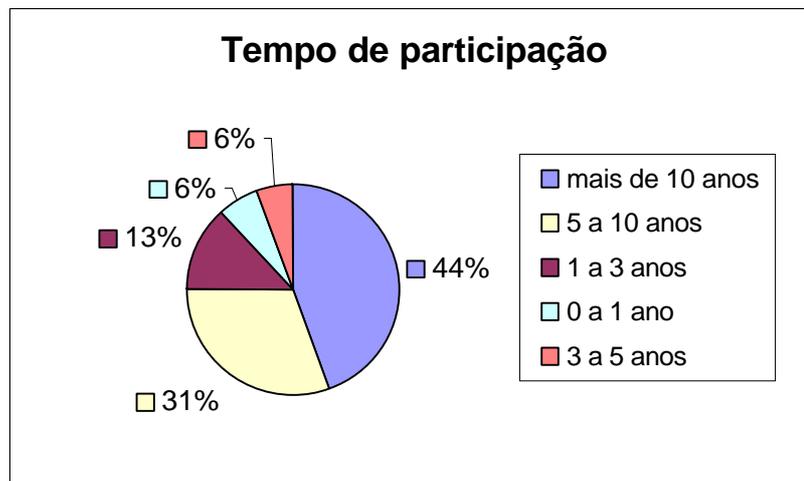
¹⁹ Sobre a questão da juventude ver Sousa (1999) num estudo sobre o comportamento político de jovens envolvidos na participação em movimentos sociais e associações civis.

amostra pesquisada havia pouca representatividade de jovens líderes ou porta-vozes das associações.

Tempo de participação

Outra pergunta feita aos entrevistados foi sobre o tempo, em anos, que eles participam dessas associações. Obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico V



De acordo com os resultados do gráfico V, 44% responderam que participam mais de 10 anos da associação, 31% responderam que participam entre 5 a 10 anos da associação, 13% responderam entre 1 a 3 anos, 6% responderam que participam até 1 ano e 6% responderam que participam entre 3 a 5 anos.

Se somarmos as porcentagens dos que participam de 5 a 10 anos e dos que participam mais de 10 anos, temos que 75% das lideranças das associações civis de Florianópolis pesquisadas nessa amostra, participam mais de 5 anos de suas associações, e a maior parte deles participam há mais de 10 anos. Isso nos aponta para uma participação persistente, constante, com duração de anos por parte desses líderes.

Comparando com o estudo de Belo Horizonte, percebemos que a participação em anos é menor do que a de Florianópolis; 34% participam há mais de 10 anos da associação, 28,3% participam de 1 a 5 anos, 27% participam entre 5 a 10 anos da associação e 10,7% participam a menos de 1 ano. Mesmo que os anos de participação dos entrevistados de Belo Horizonte sejam um pouco inferiores aos anos de participação dos de Florianópolis, é também significativo o número de líderes que participam de 5 a 10 anos e mais de 10 anos nas

associações. Se somarmos essas duas porcentagens, obtém-se um total de 61% dos líderes que participam há mais de 5 anos das associações em Belo Horizonte.

Ao perguntarmos com relação a outras associações, ou seja, quanto tempo os entrevistados participam de associações em geral, alcançamos as seguintes repostas:

Tabela 1: Tempo de participação em associações em geral:

Tempo de participação	Total de Respostas	Porcentagem
Mais de 10 anos	79	73%
5 a 10 anos	18	17%
1 a 3 anos	4	4%
0 a 1 anos	4	4%
3 a 5 anos	3	2%
Total	108	100%

Entre os entrevistados, 73% participam há mais de 10 anos de associações em geral, 17% participam entre 5 e 10 anos, 4% participam entre 1 e 3 anos, 4% participam até um ano e 2% participam entre 3 a 5 anos.

De acordo com os dados da tabela 1, percebe-se que quando se trata da participação em anos em qualquer tipo de associação, ou seja, o tempo de participação na história da militância de cada entrevistado, o número de pessoas que participam há mais de 10 anos é mais significativo ainda, chegando a um total de 73%. Há que se considerar a tendência dos participantes em migrarem de uma associação para outra, ou de participarem de mais de uma associação, que constitui uma prática muito freqüente entre os militantes em associações civis e movimentos sociais²⁰. Todavia, os dados não nos permitem verificar se essas migrações se dão dentro de um mesmo bloco temático ou em blocos temáticos diferentes.

Mesmo assim, a característica que se mostrou mais significativa em ambos os resultados, tanto na participação na atual associação, quanto na participação em associações em geral, foi o tempo de atuação de mais de 10 anos.

Se compararmos esses dados à faixa etária dos entrevistados, percebemos que muitos começaram a atuar em atividades associativas quando jovens e permanecem até hoje. Sendo

²⁰ Sobre esses dados ver gráfico XXXVIII do capítulo IV.

assim, podemos supor que, a maioria das lideranças das associações presentes na amostra pesquisada, possui uma ampla experiência de trabalho e participação dentro das organizações, bem como, uma participação duradoura não só nas associações que foram pesquisadas como em outras associações.

Na pesquisa desenvolvida por Scherer-Warren & Rossiaud (1999) através de entrevistas com dez lideranças dos movimentos sociais de Florianópolis, também se verificou essa tendência. Os entrevistados, em sua maioria, pertenciam a uma determinada geração de militantes que iniciou sua participação política em movimentos sociais e associações civis no período de ditadura militar. Essa participação se mantém atualmente, embora não necessariamente na mesma associação.

Gênero

Se compararmos o número de lideranças masculinas e femininas dentro das associações presentes nessa amostra, percebemos que 30% dos entrevistados são mulheres e 70% são homens.

Tabela 2: Relação entre a representação de homens e mulheres na associação

Sexo	Total de Respostas	Porcentagem
Mulheres	32	30%
Homens	76	70%
Total	108	100%

Em vários estudos desenvolvidos sobre o associativismo civil, movimentos sociais, trabalhos voluntários, entre outros, verificou-se que o número de mulheres que participam dessas organizações, em geral, é superior ao número de homens²¹. Percebe-se que embora as pesquisas sobre o associativismo civil apontem para um número elevado de participantes mulheres, quando se trata da posição de lideranças das associações civis, nessa amostra o resultado foi contrário, houve uma grande representação masculina.

Comparando com o trabalho de Avritzer (1998) em Belo Horizonte, os números são menos expressivos, mas também há uma maior porcentagem de participação masculina com 55% dos entrevistados e uma menor representação feminina com 45% enquanto porta-vozes das associações.

²¹ Sobre esses dados ver, Landim (2000); Ortega (1997); Marques (1996).

A hipótese que podemos levantar na tentativa de explicar essa diferença é de que o fato de priorizarmos entrevistar membros da diretoria, ou mais especificamente os presidentes das associações nos levou a esse alto índice masculino e baixo índice feminino. Sendo assim, as mulheres não necessariamente representam uma minoria dentro do quadro associativo local, mas podem ocupar cargos de menos destaque, ou até mesmo serem menos solicitadas para responderem pelas suas associações como porta-vozes, ficando os cargos de diretoria ou as lideranças, em sua maioria, aos homens.

No trabalho desenvolvido por Marques, (op. cit) sobre as mulheres de periferia em Florianópolis, ela percebeu que o cargo ocupado dentro de uma associação ou movimento não é importante para as mulheres, pelo contrário, “estar num cargo de ponta na associação como de presidente, secretária ou tesoureira, ou ainda num cargo público como o de vereador, por exemplo, é considerado uma grande responsabilidade e muitas vezes causa de um certo medo, um certo receio...” (Marques, 1996:78).

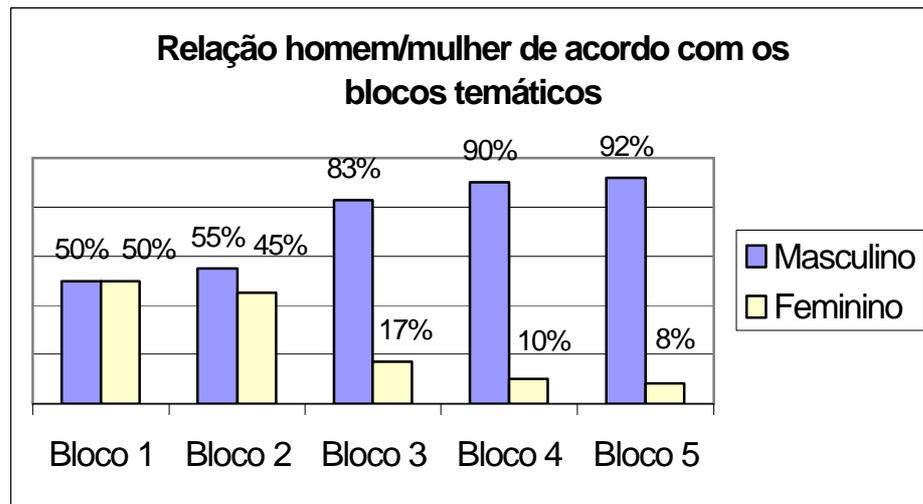
No estudo desenvolvido por Ortega (op. cit), percebemos que em Córdoba os resultados foram semelhantes aos de Florianópolis. O autor verificou que 73,3% dos membros das associações eram mulheres e 26,7% eram homens, todavia quando foi analisada a relação homem/mulher a partir dos cargos que os membros ocupavam, por exemplo, a presidência da associação, esse número se inverteu tendo 54% de homens na presidência e 46% de mulheres.

Dentro del total de recursos humanos que trabajan en las entidades analizadas, el 73,3% son mujeres, repitiéndose aquí el predominio del sexo femenino observado en el órgano directivo. Todo indica que la mujer tiene amplia presencia en el ámbito de las asociaciones civiles sin fines de lucro. (...) Sin embargo, a pesar del predominio del sexo femenino en el órgano directivo, los hombres ejercen la presidencia en la mayoría de las instituciones, 54% (Ortega, 1997:30/32).

Avelar (2001), num outro estudo desenvolvido sobre a participação das mulheres na elite política brasileira, conclui que as mudanças relativas à expansão das mulheres em cargos representativos, tanto dentro do sistema político formal quanto em organizações da sociedade civil, é um processo à longo prazo, embora a autora aponte alguns sinais de transformação, principalmente entre as mulheres economicamente ativas “o ativismo é maior quando as mulheres enfrentam o cotidiano de trabalho” (Avelar, 2001:124).

Se dividirmos o percentual de mulheres e de homens entre os 5 blocos temáticos, veremos diferenças entre a representação das mulheres nos diferentes blocos:

Gráfico VI



Em relação aos blocos temáticos podemos perceber que os blocos 1 (comunitário e/ou assistencial) e 2 (identitário ou novo associativismo), possuem mais igualdade entre o número de homens e mulheres que foram indicados para participarem da amostra, sendo que o bloco 1 possui 50% de homens e 50% de mulheres e o bloco 2 possui uma pequena diferença de 45% de mulheres e 55% de homens. Podemos levantar a hipótese de que os associativismos comunitário e identitário são os que possuem maior igualdade de participação masculina e feminina nos cargos de diretoria das associações civis, ou que pelo menos, reconhecem como líderes e porta-vozes um maior número de mulheres.

Os blocos temáticos mais discrepantes são o 4 representado pelo associativismo acadêmico de apoio e/ou assessoria com 90% de representação masculina e 10% de representação feminina e o bloco 5 representado pelo associativismo ligado à cultura, com um total de 92% de homens e apenas 8% de mulheres, indicados para concederem as entrevistas e possivelmente compondo os cargos representativos. O bloco 3, de defesa econômica e/ou profissional também possui uma maioria de 83% de homens, contra 17% de mulheres.

Assim sendo, estes tipos de associativismo foram os que apresentaram maior desigualdade no número de homens e mulheres indicados para responderem pela associação ou que ocupam cargos representativos.

Na tentativa de explicar essas diferenças podemos levantar as seguintes hipóteses: no caso do associativismo comunitário ou assistencial, pode haver uma maior igualdade de participação feminina nos cargos de diretoria devido a uma participação mais efetiva das mulheres nesse tipo de organização, o que estimula (ou até mesmo obriga) que elas ocupem os cargos de diretoria ou respondam pelas associações. Já no caso do associativismo

identitário, representado pelas associações étnicas, femininas, ambientalistas e de direitos humanos, podemos levantar a hipótese de que essas associações fazem parte do chamado “novo associativismo civil” que, segundo Avritzer (1998), se caracteriza entre outros aspectos, pela igualdade entre os membros de uma determinada associação.

Se compararmos os resultados do gráfico VI com os resultados do gráfico III referente ao número de voluntários que participam das associações, perceberemos que nas associações cuja diretoria possui o maior número de voluntários também possui a maior participação de mulheres. Nesse sentido, percebe-se que as mulheres estão mais presentes nas diretorias dos blocos onde há menos remuneração, o que pode demonstrar uma possível feminização da pobreza.

Na pesquisa desenvolvida por Avelar (op. cit), observou-se que a participação mais comum entre as mulheres dentro das organizações da sociedade civil concentra-se em dois grandes campos. O primeiro diz respeito às ações coletivas de defesa de problemas comuns ou específicos como questões relacionadas à escola, atendimento à saúde, ou atividades assistenciais, como é o caso das associações representadas no bloco 1 (comunitário). O segundo campo refere-se ao associativismo das mulheres provenientes das várias organizações econômicas e profissionais que tratam de causas femininas. A autora acredita que essas organizações criam uma identidade profissional entre seus membros. Esse segundo campo de atuação está representado pelo bloco 2 (identitário ou novo associativismo), onde estão classificadas as associações ligadas à causa profissional e feminina, como por exemplo a Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica ou a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais da Região Metropolitana de Florianópolis.

Já no caso dos outros tipos de associativismo civil como acadêmico de apoio ou assessoria, defesa econômica e profissional e culturais, onde a representação masculina encontra-se maior nessa amostra, pode-se, em hipótese, apontar para o fato de essas associações trazerem ainda características mais tradicionais, diferente das características presentes nas novas formas de organizações.

Novamente em Avelar (op. cit), constatou-se também uma baixa representação feminina nos cargos de diretoria em sindicatos, associações profissionais e de comunicação.

Nas entidades de representação profissional é pequena a presença de mulheres em postos diretivos. Na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 52% dos membros são do sexo

feminino, mas não há uma só mulher na direção. Na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), 40% são mulheres e também nenhuma se encontra na direção (Avelar, 2001:128).

Nesse sentido a autora conclui que se tratando de associações ou movimentos formalmente organizados, com lideranças masculinas, a situação das mulheres é a mesma encontrada nas outras estruturas formais de representação, ou seja, há uma diferença representativa entre a participação feminina em comparação a representação masculina nos cargos de lideranças. “Nos canais corporativos do poder, sem sombra de dúvida, a situação é claramente favorável à liderança masculina, seja qual for a associação, conselho, federação, confederação, sindicato, etc.” (Avelar, 2001:129).

Estado Civil

Uma outra pergunta referente ao perfil das lideranças, foi quanto ao seu estado civil.

Tabela 3: Estado civil dos entrevistados

Estado Civil	Total de Respostas	Porcentagem
Casado	65	60%
Solteiro	17	16%
Divorciado	13	12%
Outro	12	11,1%
Não respondeu	1	0,9%
Total	108	100%

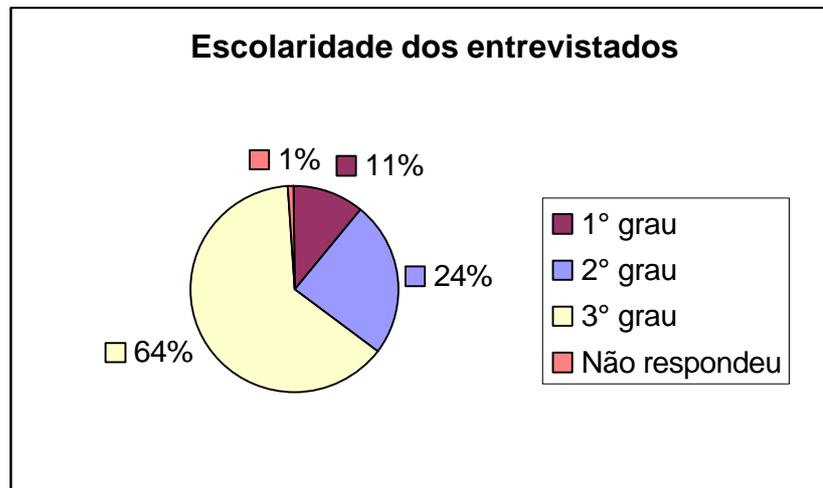
A partir dos dados da tabela 3, podemos perceber que a maioria de 60% dos entrevistados é casada e os outros 40% se dividem em 16% de solteiros, 12% de divorciados, 11,1% de outros e 0,9% não responderam. Essa maioria de representantes casados, pode-se explicar devido a faixa etária dos entrevistados, pois se ela encontra-se entre 32 e 59 anos, provavelmente a maioria também seria de pessoas casadas.

Se compararmos com a pesquisa realizada em Belo Horizonte, os resultados são semelhantes, sendo 63% dos entrevistados casados e 37% de outros, que varia entre solteiros, divorciados e viúvos.

Escolaridade

Sobre o grau de escolaridade dos entrevistados, chegamos aos seguintes resultados representados no gráfico VII:

Gráfico VII



De acordo com os dados, 64% possuem nível superior, 24% possuem nível secundário, 11% possuem nível primário e 1% não respondeu. Cabe esclarecer que foi agrupado nos três níveis de escolaridade os que possuem escolaridade completa e os que possuem escolaridade incompleta, sendo assim, em cada grau de escolaridade respondido, encontra-se pessoas que terminaram, estão cursando ou abandonaram seus estudos. Esse agrupamento foi necessário devido ao alto grau de dispersão dos dados caso houvesse seis variáveis, (1º grau completo e incompleto, 2º grau completo e incompleto e 3º grau completo e incompleto) e não apenas três variáveis (1º, 2º e 3º grau), contudo esse agrupamento não interferiu nos resultados e análises finais.

Comparando com a pesquisa feita por Avritzer (1998), novamente obteve-se dados semelhantes aos de Florianópolis, onde 69% dos entrevistados possuem nível superior, 19% possuem nível secundário e 12% possuem nível primário.

Na tentativa de explicarmos esse alto índice de escolaridade entre os entrevistados presentes nas duas amostras, pode-se apontar como hipótese o fato de metodologicamente termos priorizado aplicar os questionários juntos as lideranças e que os eleitos para o exercício desses cargos possuem, em sua maioria, o nível superior.

No estudo desenvolvido em Córdoba, verificou-se que 10,8% do total de pessoas entrevistadas possuíam 1º grau, 33,9% possuíam 2º grau e 55,3% possuíam o 3º grau e que,

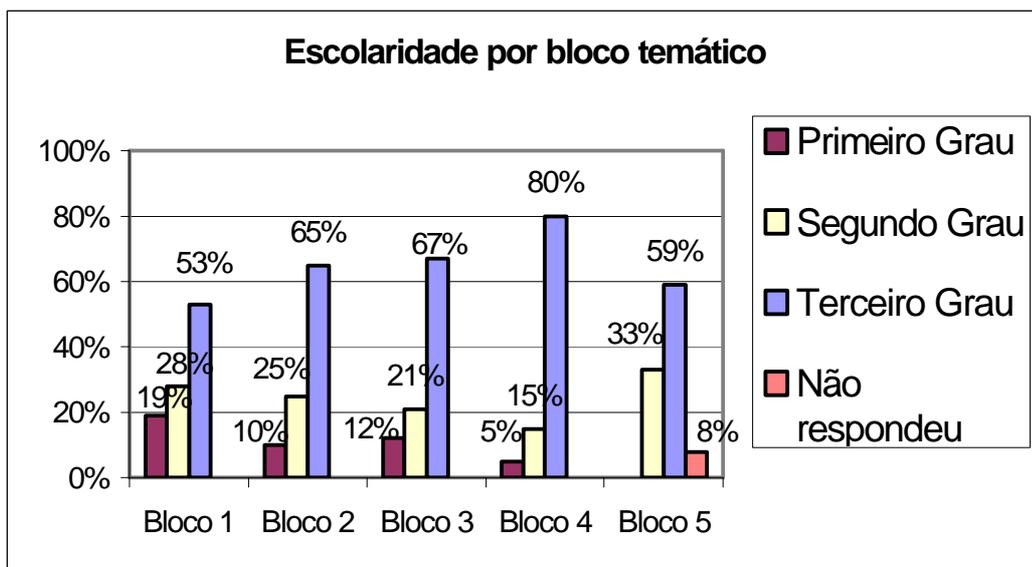
quanto maior o cargo ocupado por um indivíduo dentro de uma associação, maior o seu grau de escolaridade e vice-versa.

Es elevada la proporción de individuos que accedieron a un nivel de educación superior, lo cual se observa en forma más marcada en los estamentos de coordinador, dirección y consultor, y es un poco menos acentuada en los de personal de ejecución de programas y de apoyo. Como contrapartida, el estamento de personal de maestranza tiene mayor cantidad de personas en el nivel de estudios primarios, descendiendo abruptamente en los niveles siguientes (Ortega, 1997:34).

As semelhanças dos dados referentes ao nível de escolaridade em comparação com os cargos ocupados pelos membros participantes das associações civis nas três pesquisas citadas, nos permitem apontar uma tendência de que as escolhas dos representantes das associações ou, no caso da amostra de Florianópolis, as pessoas indicadas para responderem pela associação possuem na maioria, o nível superior.

Ao verificarmos o índice de escolaridade entre os diferentes blocos temáticos percebemos que há algumas diferenças:

Gráfico VIII



De acordo com os resultados representados no gráfico VIII, o bloco temático que possui maior índice de escolaridade é o bloco 4 (acadêmico de apoio/ ou assessoria), com

80% dos entrevistados tendo o 3º grau, 15% com o 2º grau e somente 5% com o 1º grau. Esse alto índice pode ser explicado pelo próprio tipo de associação que compõe esse bloco, em sua maioria, associações acadêmicas ou que prestam algum tipo de assessoria e apoio à outras organizações, o que pode ser considerado na eleição do representante o fato dele possuir o 3º grau.

O segundo bloco temático com maior grau de escolaridade foi o bloco 3 (econômico e de defesa profissional), com 67% dos entrevistados tendo o 3º grau, 21% com o 2º grau e 12% com o 1º grau. Em seguida com uma porcentagem bem equivalente temos o bloco 2 (identitário ou novo associativismo) com 65% dos entrevistados com 3º grau, 25% com o 2º grau e 10% com o 1º grau.

O bloco temático que possui o menor grau de escolaridade foi o bloco 1 (comunitário), com 53% dos entrevistados com o 3º grau, em seguida 28% possui o 2º grau e 19% o 1º grau. Por fim, temos o bloco 5 (cultural), que embora não tenha apresentado nenhuma porcentagem equivalente ao 1º grau, teve 59% dos entrevistados com o 3º grau, 33% com o 2º grau e 8% não respondeu.

Se compararmos esses resultados com os do gráfico VI referente à participação das mulheres por bloco temático percebemos que dois blocos que possuíam maior porcentagem de homens (4 acadêmico/assessoria e 3 econômico/profissional) são também os que possuem maior índice de escolaridade. Já o bloco 5 que também possui maior porcentagem de homens na amostra, embora não tenha apresentado um alto índice de escolaridade referente ao 3º grau, também não obteve porcentagens referentes ao 1º grau.

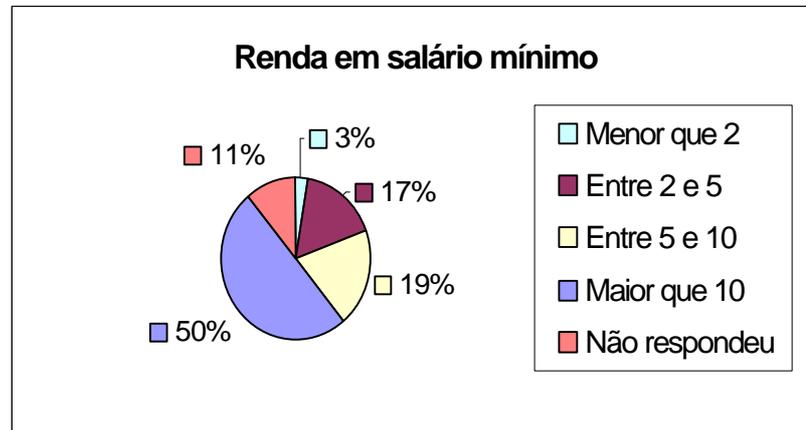
O bloco temático que apresentou maior participação feminina na amostra (1 comunitário), foi o que apresentou menor índice de escolaridade. O bloco 2 (identitário ou novo associativismo) que também apresentou uma boa representação feminina em comparação com os outros, da mesma forma nessa questão sobre escolaridade não foi o que apresentou melhores índices, sendo o terceiro a possuir a maior porcentagem referente ao 3º grau.

Esses dados nos apontam para uma tendência de há uma relação entre o sexo e o grau de escolaridade das lideranças das associações civis pesquisadas, ou seja, os blocos que apresentaram maior participação masculina foram os mesmos que apresentaram maior índice de escolaridade e os blocos que apresentaram maior participação feminina foram os mesmos que apresentaram menor grau de escolaridade.

Renda

A próxima análise refere-se a renda mensal em salário mínimo dos entrevistados.

Gráfico IX



No gráfico IX podemos verificar que 50% dos associados entrevistados possuem uma renda pessoal maior do que 10 salários mínimos, 19% possuem renda pessoal entre 5 e 10 salários mínimos, 17% possuem entre 2 e 5 e apenas 3% possui uma renda menor que 2 salários mínimos.

Ao perguntarmos pela renda familiar em salários mínimos, percebemos que esse número cresceu para 63% de pessoas que possuem renda familiar maior que 10 salários, 19% possui entre 5 e 10 salários, 12% possui entre 3 e 5 salários e não obtivemos respostas referentes a menor que 2 salários sobre a renda familiar.

No estudo desenvolvido por Landim (2000), sobre o trabalho voluntário, verificou-se através de testes estatísticos que no Brasil, grande parte da população que presta algum tipo de serviço voluntário, através da participação em alguma associação, instituição ou grupos organizados, concentra-se nas faixas de renda baixas, nas camadas populares.

Essa perspectiva não foi apontada na amostra pesquisada das lideranças que participam de associações civis em Florianópolis, pois os resultados apresentaram um alto número de respostas referentes ao índice de renda maior que 10 salários mínimos. Pode-se talvez explicar essa diferença dos dados pelo fato da pesquisa realizada em Florianópolis ter priorizado entrevistar membros da diretoria das associações e ter trabalhado com uma amostra representativa de um grupo de associações. Já a pesquisa realizada por Landim (op. cit), avaliou todos os participantes das associações e trabalhou com dados nacionais retirados de

fontes do IBGE. Esse fator pode também explicar a diferença na tendência das duas pesquisas.

Pode haver também, no caso de Florianópolis, uma correlação entre o índice de escolaridade, a maioria possui nível superior, e o poder aquisitivo da população entrevistada. É interessante perceber que as lideranças das associações civis de Florianópolis possuem, em sua maioria, um bom poder aquisitivo chegando a 50% de renda pessoal maior que 10 salários mínimos e 64% de renda familiar maior que esse valor. De acordo com os resultados dessa pesquisa podemos verificar que há um indicativo de que ocupam cargos de lideranças as pessoas mais bem posicionadas, com 3º grau completo, homens, de renda superior a grande parcela da população e que professam a religião católica, como veremos nos gráficos a seguir.

Religiosidade

Sobre se os entrevistados possuem ou não alguma crença religiosa verificou-se, de acordo com a tabela 4, que 81% afirmam possuir alguma crença religiosa, 18% afirmam não possuir nenhuma crença religiosa e 1% não respondeu essa questão.

Tabela 4: Religiosidade entre os entrevistados

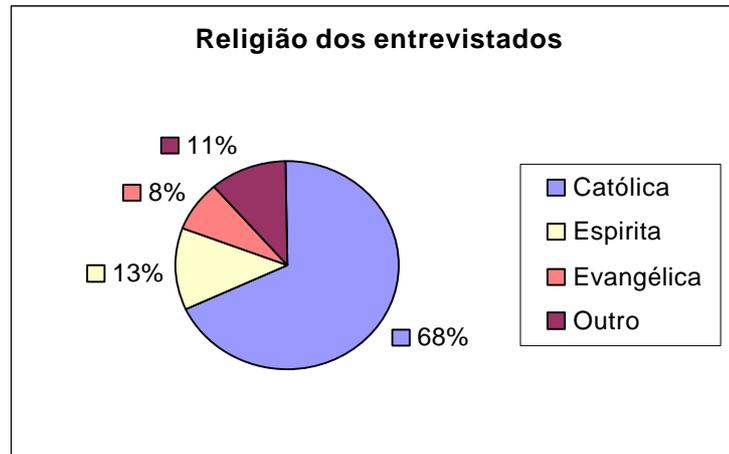
Possui Religião	Total de Respostas	Porcentagem
Sim	87	81%
Não	19	18%
Não respondeu	2	1%
Total	108	100%

Comparando com os dados da pesquisa realizada em Belo Horizonte, 87% dos entrevistados responderam possuir alguma crença religiosa e somente 13% responderam não possuir nenhuma religião.

A partir dos dados da pesquisa podemos levantar a hipótese de que, na amostra pesquisada das lideranças do associativismo civil de Florianópolis, há uma tendência de participarem pessoas que possuem alguma religião.

Entre os 81% que afirmam possuir alguma crença religiosa, perguntamos qual era a religião que eles professam e chegamos aos seguintes dados:

Gráfico X



No gráfico X vemos que 68% dos entrevistados professam a religião católica, 13% são espiritas, 8% são evangélicos e 11% responderam outro. Na categoria “outro”, as respostas mais freqüentes foram ecumênico e religiões afro-descendentes.

Essa maioria de 68% de católicos pode-se explicar pela história das organizações não governamentais em Florianópolis, pois grande parte dessas iniciativas nasceu no berço da Igreja Católica local, quando a Teologia da Libertação vigorava e incentivava os fiéis a uma prática política e social.

Num estudo desenvolvido por Groh (1998), sobre as histórias de vida das lideranças populares do Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP) e sobre o orçamento participativo em Florianópolis, ele verificou que nos anos 80 as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram imprescindíveis para o desenvolvimento das práticas organizativas das comunidades de periferia, contribuindo sobremaneira na construção do movimento popular.

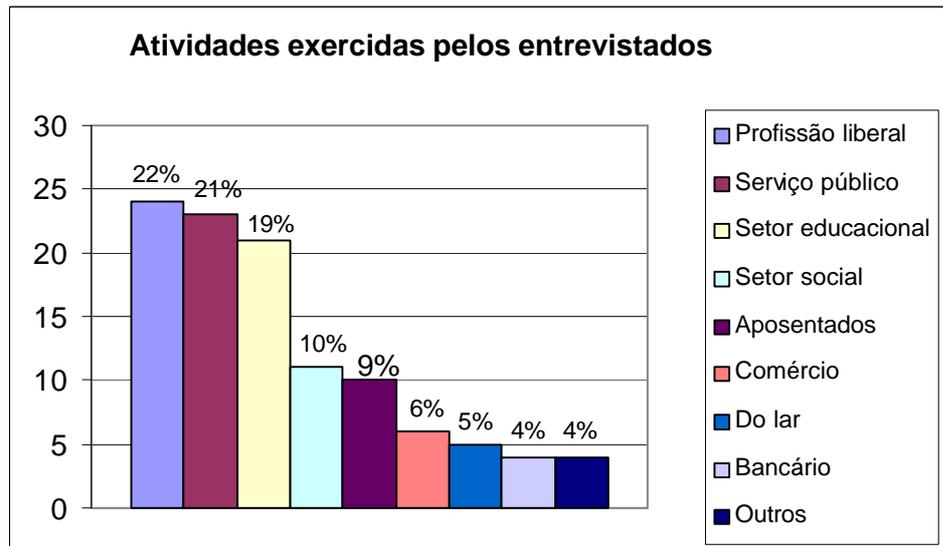
Vilson Groh foi também uma das lideranças entrevistadas na pesquisa desenvolvida por Scherer-Warren & Rossiaud (op. cit), e em seu depoimento ele reafirma a importância da Teologia da Libertação e do processo de caminhada das CEBs como uma das diversas matrizes que se cruzam as redes de relações dos movimentos sociais e do associativismo civil de Florianópolis.

Essa trajetória do surgimento das organizações da sociedade civil vinculada à Teologia da Libertação e as CEBs pode em hipótese, explicar a grande porcentagem de católicos presentes na amostra pesquisada. Novamente se cruzarmos esses dados com os referentes ao tempo de participação percebemos que muitas das lideranças contidas nesta pesquisa iniciou sua militância nos anos 80, período do surgimento das CEBs.

Profissão

Quanto às atividades atualmente exercidas pelos associados o gráfico XI nos aponta para a seguinte tendência:

Gráfico XI



De acordo com os resultados apresentados no gráfico acima, a maior parte dos entrevistados 22% trabalha como profissionais liberais. Em seguida, com 21% temos os que trabalham como servidores públicos. Depois, com 19% temos o setor educacional, com 10% o setor social, com 9% aposentados, 6% trabalham no comércio, 5% são do lar, 4% são bancários e 4% são outros.

Cabe esclarecer que o setor educacional e o serviço público poderiam em alguns casos se sobrepor, pois uma pessoa entrevistada poderia, por exemplo, trabalhar no setor público educacional. No entanto, foram criadas essas duas categorias distintas, devido ao fato de que uma pessoa poderia trabalhar no setor educacional e não necessariamente ser servidor público ou trabalhar no serviço público, sem ser na área da educação. Nesse sentido, foi estabelecido que o servidor público é aquele que trabalha em instituições públicas, independente do cargo ocupado e, que aqueles que participam do setor educacional são as pessoas que trabalham na educação em instituições privadas, ou seja, sem estarem vinculados ao serviço público.

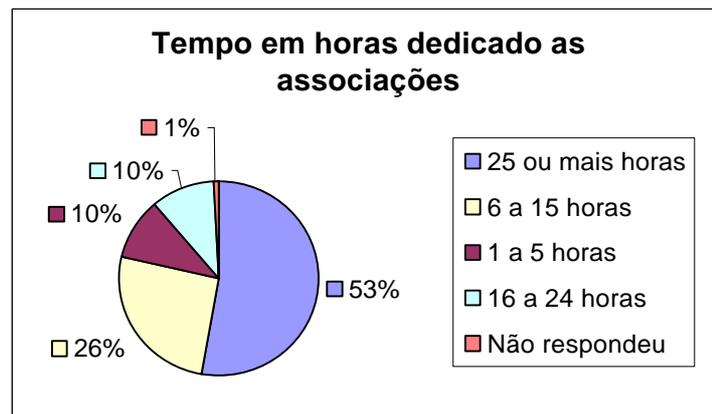
Chamamos de setor social (com 10%) àquele que compreende pessoas liberadas para trabalharem dentro da associação e que por isso são remuneradas. É interessante verificar que

o associativismo civil em Florianópolis não possui uma grande tendência em ter suas lideranças liberadas para o trabalho dentro das associações. A grande maioria possui uma profissão e paralelamente dedica tempo às práticas associativas. É preciso atentar para o fato de que em várias associações há uma exigência estatutária de que os cargos de diretoria sejam eminentemente voluntários. Isso pode explicar também a grande porcentagem de pessoas contidas nessa amostra que trabalham, ou seja, que não fazem parte do setor social ou dos chamados liberados.

Tempo de dedicação

Sobre o tempo dedicado pelas lideranças às associações em horas semanais temos o seguinte gráfico:

Gráfico XII



De acordo com os dados do gráfico XII, 53% dos entrevistados dedicam 25 ou mais horas semanais à associação, 26% dedicam entre 6 a 15 horas, 10% dedicam entre 1 a 5 e entre 16 a 24 horas semanais e apenas 1% não respondeu. Comparando com o gráfico anterior sobre as profissões exercidas pelas lideranças, percebemos que, mesmo que a maioria dos entrevistados exerça suas profissões e paralelamente participem das organizações, sendo somente 10% liberados para trabalharem exclusivamente nelas, o tempo dedicado às associações é relativamente grande entre esses que exercem suas profissões.

Novamente comparando os dados com a pesquisa realizada por Avritzer (1998), o tempo dedicado às associações pelos entrevistados em Belo Horizonte é menor que o de Florianópolis, pois 27% dos entrevistados dedicam-se acima de 35 horas semanais, 21% dedicam entre 20 e 35 horas semanais, 20% entre 5 e 15 horas semanais, 16% até 5 horas e 16% responderam outro. Mesmo que os intervalos das horas dedicadas sejam diferentes nas

duas pesquisas, as respostas apontam para um grande número de líderes que dedicam bastante tempo às associações, numa média de 15 a 25 horas semanais.

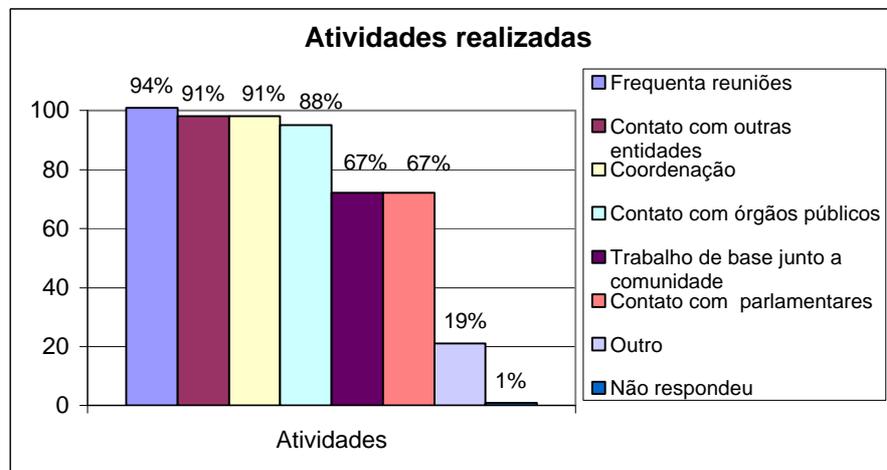
Comparando com o trabalho de Ortega (1997), esse índice foi diferente, pois 64,7% das pessoas entrevistadas trabalham entre 1 a 15 horas semanais. Porém, ao relacionarmos o tempo trabalhado com a função exercida dentro da associação, obtém-se que 72,5% das pessoas que executam projetos e programas dedicam menos de 15 horas semanais, em contraposição com a maioria dos integrantes das demais áreas de direção que dedicam mais de 26 horas.

De acordo com a tendência apontada nas três pesquisas e mais especificamente no caso de Florianópolis, verificamos que as lideranças dedicam grande parte do seu tempo às associações em que fazem parte, embora a maioria exerça paralelamente sua profissão.

Atividades realizadas

Sobre as atividades realizadas pelos associados, temos os seguintes resultados:

Gráfico XIII



Essa pergunta era de múltipla escolha, ou seja, cada entrevistado tinha a possibilidade de escolher uma ou mais respostas, visto que uma mesma pessoa poderia realizar diferentes atividades dentro das associações. Dessa forma, para cada resposta o cálculo de porcentagens foi feito referente ao número de 108 entrevistas e não à quantidade de respostas, por isso, a somatória das porcentagens excede 100%.

Do total de pessoas entrevistadas na amostra, 94% frequentam as reuniões, 91% fazem contato com outras entidades, articulação e formação de redes, 91% exercem o trabalho

de coordenação, 88% estabelecem contato com os órgãos públicos, 67% realizam trabalho de base junto à comunidade, 67% estabelecem contato com os parlamentares e 19% realizam outras atividades.

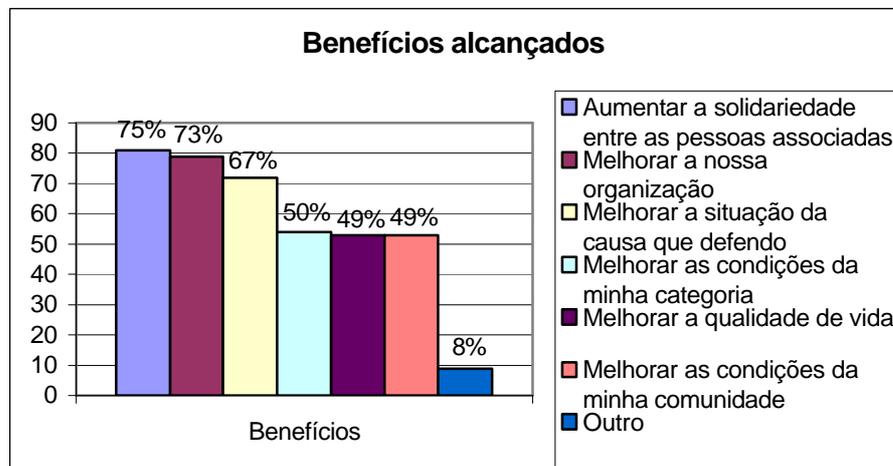
Comparando com os dados da pesquisa realizada por Avritzer (1998), 93% dos entrevistados freqüentam reuniões, 76% realizam atividades com voluntários e produzem material informativo, 74% prestam serviços voluntários e 27% prestam serviços remunerados.

Novamente, mesmo tendo categorias de respostas diferentes, em ambas as pesquisas (Florianópolis e Belo Horizonte), pode-se perceber que as lideranças entrevistadas realizam diversas atividades dentro das associações, não se limitando apenas às tarefas referentes à direção e coordenação.

Benefícios Alcançados

Outra pergunta contida no questionário era que tipo de benefício o entrevistado acreditava que havia conseguido com sua participação dentro da associação:

Gráfico XIV



Cabe esclarecer, novamente, que essa pergunta era de múltipla escolha, visto que uma mesma pessoa poderia alcançar mais de um benefício com sua participação na associação. Por isso a somatória das porcentagens excede o total de 100%.

De acordo com os dados acima representados no gráfico XIV 75% dos entrevistados responderam que conseguiram aumentar a solidariedade entre as pessoas associadas, 73% disseram que melhoraram a organização interna da associação, 67% responderam que

melhoraram a situação da causa que defendem, 50% disseram que conseguiram melhorar as condições da sua categoria, 49% que melhoraram a qualidade de vida das pessoas, 49% responderam que melhoraram as condições da sua comunidade e 8% responderam a categoria outro.

Em Avritzer (1998), as respostas referentes aos benefícios alcançados foram: 72% responderam melhorar as condições da comunidade, 62% responderam aumentar a solidariedade entre os membros da associação, 59% responderam melhorar as condições das causas defendidas, 50% responderam melhorar as condições da categoria e 47% responderam melhorar a qualidade de vida.

Os resultados de ambas as pesquisas apresentaram, em sua maioria, respostas equivalentes e a categoria que obteve maior diferença refere-se à melhoria das condições da comunidade com 49% de respostas em Florianópolis e em Belo Horizonte 72%. Essa diferença, contudo, não compromete a comparação dos dados, pois em ambas as pesquisas as respostas de maior destaque são referentes ao bem comum, à melhoria da qualidade de vida, ou ao aumento da solidariedade.

Nesse sentido, podemos em hipótese sugerir que as lideranças do associativismo civil de Florianópolis buscam alcançar com suas participações nas associações benefícios alheios aos seus interesses pessoais ou corporativos.

Há também uma outra forma de analisar esses dados, pois vários dos benefícios que os participantes afirmaram terem obtido com suas participações nas associações civis estão presentes no discurso da dádiva²². Esses benefícios referem-se à conquista da solidariedade, à luta pelo bem comum e ao resgate da cidadania.

A teoria da dádiva foi desenvolvida por Marcel Mauss (1974), na tentativa de compreender a lógica organizativa da sociedade, sem reduzi-la às razões utilitaristas e econômicas. A dádiva, segundo o autor, possui uma tripla relação entre dar, receber e retribuir, que foge aos interesses contratuais e às obrigações legais e que rompe com a cotidianidade, criando o princípio da incerteza.

Na concepção maussiana, o paradigma da dádiva é próprio das ciências sociais e sugere que a sociedade se forma a partir de uma regra social primeira, a obrigação de dar-receber-retribuir e que a constituição do vínculo social é mais importante do que a produção de bens.

²² Sobre a relação entre o associativismo civil e a teoria da dádiva ver Viana (2002), no trabalho apresentado no Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais realizado no Rio de Janeiro em setembro de 2002.

Albuquerque (2001), ao analisar essa teoria nos atenta para o fato de que a dádiva de que nos fala Mauss não é o que entendemos como caridade e benção, dentro do senso comum. Estas categorias correspondem à dádiva cristã e o termo utilizado por Mauss é mais amplo. Trata-se de explicar as relações que não estão inclusas na lógica do mercado nem do Estado. Pode-se perguntar, então, em que medida essa lógica de dar-receber-retribuir está presente nas práticas associativas?

Uma possível explicação pode ser dada no seguinte sentido: sendo o paradigma da dádiva algo que rompe com a obrigação e que cria o princípio da incerteza, é possível levantarmos a hipótese de que alguns tipos de associações civis têm em suas lógicas organizativas o princípio do “dar” criando a incerteza da retribuição. Percebe-se isso em várias práticas associativas, lutas e reivindicações em prol de mudanças sociais para o bem comum. Estas ações entram nessa lógica na medida em que uma conquista para o coletivo pode vir a aumentar a solidariedade entre os indivíduos. Essa solidariedade cria um vínculo entre eles no momento em que ela passa a ser o que circula entre os atores e, finalmente, esse vínculo é o que impulsiona e dá a continuidade para o ciclo do dar-receber-retribuir. Nesse sentido, as associações civis voluntárias e sem fins lucrativos podem trazer em suas características a dádiva como lógica organizativa.

Na análise de Albuquerque (op. cit), isto quer dizer que a relação social não se produz primeiramente pelo interesse individual, nem pela obrigação da totalidade, mas pela dádiva, que seria um terceiro paradigma diferente dos outros dois paradigmas já conhecidos, como o individualista (que se constitui através do interesse, da racionalidade, da utilidade) e o holista (que se constitui através da interiorização das regras sociais, do contexto e do todo social).

Para além dos valores de uso e de troca daquilo que circula, a dádiva parece veicular um terceiro tipo de valor que se poderia chamar valor do vínculo, que exprime a intensidade da relação entre os parceiros do Dom. E esse valor é diretamente proporcional ao grau de liberdade do gesto do doador conforme percebido pelo donatário (Godbout, 1998:7).

Este terceiro paradigma, o da dádiva, restitui aspectos não contemplados nos outros dois como os sentidos dos símbolos, da aliança, da associação e do político, buscando legitimar novas significações na sociedade.

Há uma crítica apontada por Lavallo (2001), em relação a uma excessiva importância atribuída, em algumas análises teóricas²³, ao papel do associativismo civil sobre o seu potencial democrático e sobre sua ética e moral:

Com maior precisão, trata-se de mostrar que o potencial, quase a “missão” democratizadora da nova sociedade civil no país, aparece sobrestimado tanto pela ênfase dada pela literatura à proliferação de certo tipo de associações – em demérito da maior importância de outras –, quanto pelo pressuposto, também comum nessa literatura, da existência de uma moralidade superior ou alheia aos particularismos como atributo inerente à atuação pública dessas associações (Lavallo, 2001:2).

Faz-se necessário esclarecer que a possibilidade de analisar o associativismo civil à luz da teoria da dádiva não significa negar ou afirmar qualquer relação baseada em interesses corporativos ou até mesmo pessoais dentro das associações civis. É preciso considerar que mesmo uma ação totalmente voluntária pode trazer, em última instância, uma satisfação individual à pessoa que exerceu esta ação, no sentido de sentir-se útil²⁴. A teoria da dádiva, como bem explica Albuquerque (op. cit), não deve ser confundida com dádiva cristã, ou com algo totalmente altruísta. Ela (a teoria) busca explicar as relações que não estão inclusas na lógica do mercado ou do Estado e não eliminar a possibilidade de existência de outros interesses que não os exclusivamente coletivos. Nesse sentido, a sobrestimação apontada por Lavallo (op. cit) não aparece evidenciada na tentativa de apontar o associativismo civil como algo eminentemente alheio a outras motivações que não seja o bem comum, até porque não há essa tentativa por parte dessa análise.

As respostas dos entrevistados à pergunta sobre os benefícios alcançados com suas participações nas associações nos apontam uma tendência do fenômeno do associativismo civil de Florianópolis estar baseado, entre outros motivos, pela solidariedade, pela luta pelo bem comum, pelo respeito à diferença, enfim, por princípios que estão inclusos na teoria da dádiva. Esse fato, contudo, não elimina a possibilidade da existência de outras motivações, principalmente porque essa tendência foi verificada no plano do discurso dos entrevistados e não das suas práticas dentro das associações.

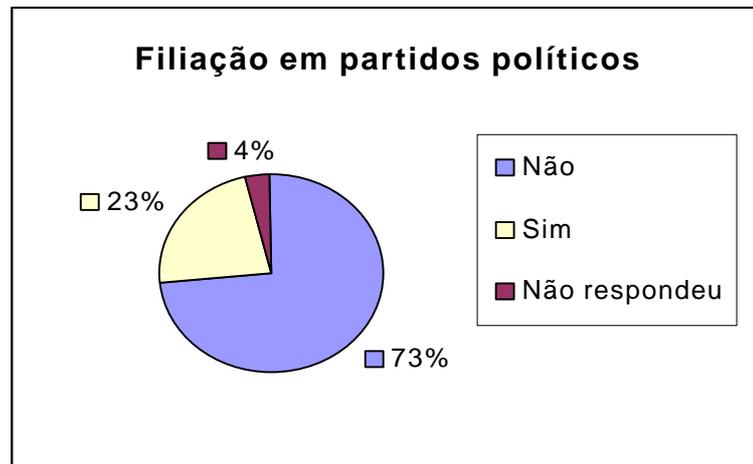
²³ Lavallo refere-se às análises de Avritzer (1998), Costa (1995), Scherer-Warren (1999), Gohn (1997), dentre outros.

²⁴ Sobre essa troca simbólica existente dentro do voluntariado ver Henrique (1995).

Filiação em partidos políticos

Outra pergunta feita para aos entrevistados foi se eles são filiados ou não em algum partido político. Obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico XV



De acordo com o gráfico XV, vemos que 73% dos líderes entrevistados das associações civis de Florianópolis não são filiados a nenhum partido político e 23% possuem filiação em algum partido.

Na pesquisa sobre o novo associativismo civil, Avritzer (op. cit) aponta para uma mudança clara na forma de organização da sociedade brasileira, onde passa a haver uma diferenciação entre associativismo e sistema político. Em sua pesquisa, 79% dos dirigentes de associações civis entrevistados, declararam não pertencer a nenhum partido e 67,3% destes, afirmaram que deixariam de participar das suas associações caso elas viessem a se vincular a algum partido político.

Portanto, no nível discursivo, tanto na pesquisa desenvolvida por Avritzer (op. cit), em Belo Horizonte, quanto na pesquisa desenvolvida em Florianópolis, há uma opção por parte das lideranças pelo não engajamento partidário, mesmo sendo a filiação algo que poderia ser considerado uma opção individual, que não se confunde necessariamente com o papel do indivíduo dentro da associação.

O que poderia ser questionada é a efetiva possibilidade de separação ou independência das várias posições do sujeito (enquanto líder associativo e membro de partido), dentro e fora da associação, especialmente em época de eleições. Talvez esse seja o motivo do não engajamento partidário por parte da maioria dos entrevistados.

Entre os que possuíam filiação perguntamos, num segundo momento, em qual partido eram filiados. Como o número de entrevistados filiados aos partidos políticos era pequeno, a representação gráfica de filiação nos diferentes partidos tornou-se pouco representativa. Sendo assim, apresentaremos os resultados em número absoluto a fim de verificarmos entre os 23% que responderam ser filiados a algum partido, quais são esses partidos.

De acordo com as respostas, temos os seguintes resultados:

- 6 pessoas são filiadas ao PT
- 5 pessoas são filiadas ao PSDB
- 4 pessoas são filiadas ao PC do B
- 3 pessoas são filiadas ao PPB
- 2 pessoas são filiadas ao PFL
- 2 pessoas são filiadas ao PV
- 1 pessoa é filiada aos partidos PL / PMDB / PDT

Através das respostas acima, verificamos que somente 25 dos 108 entrevistados possuem filiação em partidos políticos. Embora haja uma baixa porcentagem de filiação por parte das lideranças, elas se dão, em sua maioria, entre os partidos de esquerda e centro representado pelo PT, PSDB, PC do B, PV, PMDB e PDT. Os partidos de direita (PPB, PFL, PL), possuem uma pequena representação junto às lideranças das associações civis contidas na amostra.

Aspectos relevantes do perfil das lideranças do associativismo civil

Não desconsiderando as diferenças geográficas, econômicas, políticas e sociais existentes entre as cidades de Florianópolis e Belo Horizonte foi possível comparar quase todos os dados das duas pesquisas desenvolvidas sobre as associações civis sem fins lucrativos. Essa comparação buscou verificar se as tendências apontadas na pesquisa de Florianópolis estão presentes também no estudo de Belo Horizonte ou em outros estudos²⁵.

Nesse sentido, foram verificados vários aspectos comuns às duas cidades referentes aos membros e às lideranças das associações civis. Ao compararmos as duas pesquisas observamos que os pontos mais significativos quanto ao perfil dos entrevistados foram: a maioria são homens, com ensino superior, renda entre 5 e 10 e acima de 10 salários mínimos, casados, católicos e trabalhadores ativos.

Em relação ao entrevistado e à participação na associação, em ambas as pesquisas a maioria presta trabalho voluntário junto à associação, dedica mais de 15 horas semanais a elas, realiza diversas atividades dentro da associação e possui um discurso com relação aos benefícios que alcançaram voltados para o bem comum, à solidariedade e à melhoria das causas defendidas pela associação.

Por fim, verificou-se uma tentativa de diferenciar participação política em partidos e participação dentro das associações com uma grande maioria de entrevistados, tanto de Florianópolis quanto de Belo Horizonte, não filiada e defendendo a não filiação em partidos políticos.

Também nas duas pesquisas, há relações entre o grau de escolaridade e o cargo ocupado pelos membros das associações, ou seja, quanto maior o grau de escolaridade, maior o cargo ocupado dentro da associação.

Tanto nas duas pesquisas comparadas, quanto em outros trabalhos já citados observou-se que a relação homem/mulher como participantes da associação são semelhantes. As mulheres, embora possam constituir a maioria dentro das associações, são minorias na ocupação de cargos de diretoria ou como representantes que respondem pela associação.

²⁵ Embora outras pesquisas tenham sido utilizadas também como bases de comparações (como é o caso de Córdoba e outras), o fato das metodologias terem sido diferentes não permitiu o mesmo processo de comparação direta (como na pesquisa de Avritzer).

Faz-se importante enfatizar que todos esses dados demonstram as tendências do associativismo civil presentes na amostra estudada. O objetivo da pesquisa não é trazer conclusões, mas sim apontar perspectivas através da construção de hipóteses que podem servir de estímulo para posteriores trabalhos e pesquisas sobre as associações civis sem fins lucrativos. Esse material pode ser utilizado também pelas próprias associações no intuito de estimular a compreensão, o debate e o estudo de suas realidades, bem como servir de veículo de aproximação entre a realidade empírica e academia.

3.2. Perfil Analítico das Associações Civas

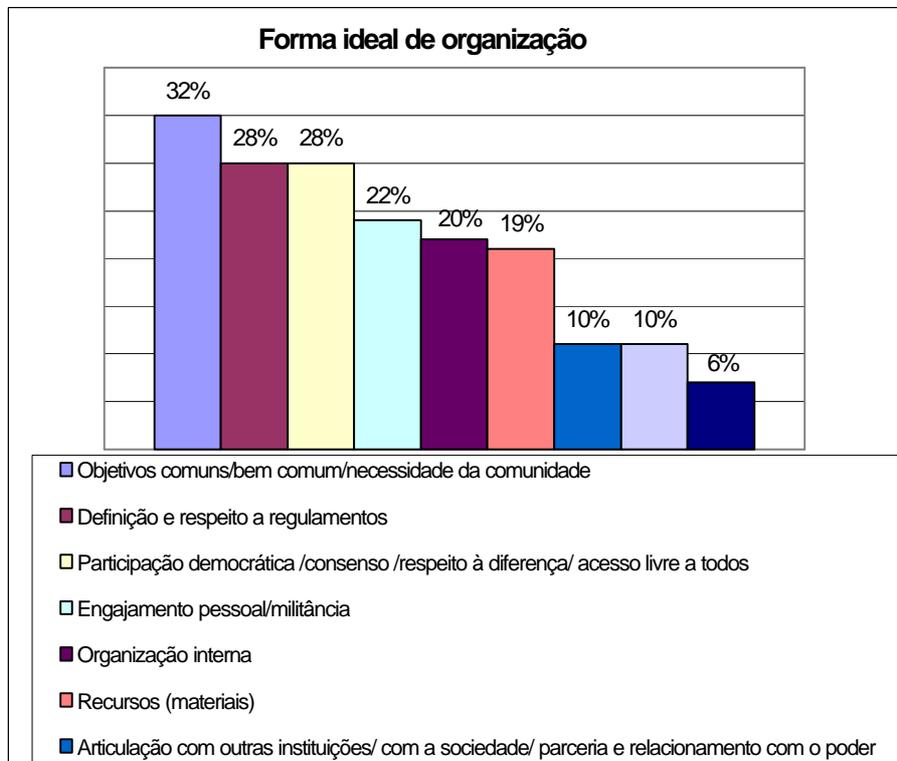
Nessa parte do capítulo III serão analisadas as questões da segunda etapa do questionário que diz respeito às associações civis. Nela, serão estudados os perfis das associações, seus objetivos, suas formas de atuação, seus ideais de organização, entre outros aspectos.

Da mesma forma que o item 3.1, sobre as lideranças das associações, esse item não segue unicamente a seqüência das questões do questionário, mas sim uma seqüência que busca uma melhor forma de explicar e analisar os dados.

Forma ideal de organização

Quando perguntamos aos entrevistados qual a forma ideal de organização de uma associação civil, isto é, de acordo com a opinião deles, quais seriam os pré-requisitos que uma associação deveria atingir para ser considerada ideal, chegamos às seguintes respostas:

Gráfico XVI



Antes de analisarmos esse gráfico, cabe esclarecer que essa pergunta era aberta, isto é, o entrevistado respondia livremente e a resposta era anotada pelo pesquisador durante a aplicação do questionário. Para a obtenção dos dados estatísticos representados no gráfico XVI, foram construídas categorias de acordo com cada resposta e, posteriormente, foram agrupadas as respostas equivalentes para a extração das porcentagens. Sendo assim, cada resposta do entrevistado pode conter um ou mais itens do gráfico, como exemplifica o seguinte depoimento:

A Associação deve ter uma boa base financeira, deve ser sólida, com um corpo administrativo capacitado e dedicado pelo amor e dom. A associação deve ter também treinamento e capacitação profissional dos funcionários. Deve sentir a força da união e articulação com outras instituições de apoio mútuo (Membro da Associação Metodista de Ação Social de Florianópolis).

Nessa resposta, o entrevistado aponta como forma ideal de organização de uma associação civil várias das categorias representadas no gráfico como: recursos materiais, organização interna, articulação com outras instituições, pessoal especializado e capacitação profissional. Cada uma dessas respostas foi agrupada nas suas respectivas categorias fazendo com que a soma das porcentagens do total de respostas excedesse o valor de 100%.

A partir dos dados do gráfico XVI, podemos perceber que a maioria das respostas 32% refere-se à forma ideal de organização de uma associação civil que possui objetivos comuns, busca o bem comum e luta pelas necessidades da comunidade.

Os depoimentos abaixo exemplificam algumas das respostas dos entrevistados referentes aos objetivos comuns, ao bem comum e as necessidades da comunidade:

O tipo ideal de organização é a que busca atender às necessidades da comunidade, não pensando no lucro, mas sim promovendo o bem estar social e o aperfeiçoamento profissional (Membro da Associação dos Orientadores Educacionais de Santa Catarina).

Deve ser aquela com o objetivo direcionado ao bem comum e com participação efetiva dos seus membros envolvidos e com cooperativismo (Membro da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais da Região Metropolitana de Florianópolis).

O ideal é que a associação tenha ideais em comum e perseverança para alcançar esses ideais. Os membros devem preocupar-se com a idoneidade dos ideais da associação e com os objetivos em comum (Membro da Associação Catarinense de Criadores de Bovinos).

É preciso que as pessoas tenham objetivos em comum, que tenham uma identificação ideológica entre os membros e que tenham um projeto coletivo (Membro da Associação Pedagógica Praia do Riso).

Esses discursos nos apontam para uma tendência de valorização, por parte das lideranças do associativismo civil de Florianópolis, de ideais referentes à luta pelo bem comum, a atenção às necessidades da comunidade e uma preocupação em que, as pessoas que participam das associações, tenham objetivos comuns.

Esses exemplos retomam novamente o discurso da dádiva, pois aponta-se muito a questão da solidariedade, da dedicação, do amor à causa e ao bem comum, como é o caso da resposta dada à pergunta sobre quem deve participar da associação. Um dos entrevistados respondeu da seguinte forma: “Devem participar da associação todos os que tiverem o ideal de trabalhar com o coração solidário” (Membro da Orionópolis Catarinense). Essas respostas nos permitem levantar algumas hipóteses a respeito das motivações citadas pelos entrevistados que participam das associações civis. Uma delas é de que os líderes das associações civis utilizam-se do discurso da dádiva para explicarem suas motivações, seus ideais de organização e os benefícios que pretendem alcançar.

Outra hipótese, também levantada por Avritzer (1998) na pesquisa realizada em Belo Horizonte, é de que não são as carências materiais o motivo principal capaz de explicar a adesão de indivíduos à causas coletivas. Há, não só no âmbito do discurso, como também em algumas práticas, indícios que apontam para outras motivações que levam as lideranças a participarem das associações como, por exemplo, a maioria dos entrevistados são voluntários, com renda mensal acima 10 salários mínimos ou entre 5 e 10 salários, dedicam bastante tempo às associações, afirmam que buscam alcançar benefícios relacionados à solidariedade e apontam como tipo ideal de associação civil aquela que luta pelo bem comum.

Outra forma ideal de organização que se fez presente nos depoimentos dos entrevistados foi quanto à definição e respeito de regulamentos, com 28%. Segundo as lideranças, muitas associações começam com objetivos e regulamentos que no decorrer do tempo mudam ou transformam-se, sem antes alcançarem o primeiro objetivo a que se propuseram.

A associação tem que ter uma diretoria escolhida entre seus pares representantes para cumprir o que ela se predispõe, tem que ter um estatuto, que defina suas atividades, como ela se relacionará com a sociedade, etc. Tem que ter o que define, princípio, meio e fim (Membro da Associação Catarinense de Medicina).

Para uma associação ser ideal, ela tem que ter um objetivo bem definido, com pessoas capacitadas a exercer as atividades inerentes a esta associação e que estivesse ligada intimamente no atendimento dos objetivos sociais. As pessoas têm que ter esta visão do objetivo social da associação (Membro do Sindicato dos Supermercados e do Comércio Varejista de Gênero Alimentício da Grande Florianópolis).

Sendo assim, de acordo com os entrevistados, a definição dos regulamentos e dos objetivos da associação e o respeito a eles são muito importantes dentro da organização de uma associação civil.

Em seguida, também com 28%, temos respostas sobre a participação democrática, o respeito à diferença e o acesso livre a todos os participantes. Em uma pesquisa realizada em Florianópolis por Scherer-Warren & Rossiaud (1999), cujo objetivo era resgatar a memória dos movimentos sociais através de pesquisas e entrevistas com diversos atores da sociedade civil local, observou-se no discurso dos entrevistados a importância da democracia, não só nas instituições formais, como também nas iniciativas da sociedade civil organizada. Nesta amostra sobre o associativismo civil, as respostas dos entrevistados também enfatizaram esses aspectos:

Uma associação deve ser democrática, aberta, não no sentido de ser fechada para a sua classe, mas sim com forte participação dos integrantes e com integração das pessoas que a compõem. Deve também estar voltada de maneira integral para a sua finalidade. (Membro da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica/SC).

Nessa resposta percebe-se um discurso democrático bem definido, enfatizando contrariamente a questão do corporativismo, quando afirma que a associação não deve ser fechada na sua classe, mas sim aberta. A entrevistada reafirma também a questão anterior referente à definição e respeito dos regulamentos e dos ideais da associação.

A forma ideal é a horizontalizada, democrática, uma forma mais colegiada e menos estruturada ou hierarquizada. A Associação deve fazer muitas parcerias, participar de redes. Ela não deve trabalhar isoladamente. (Membro da Associação Diálogo Cultura e Comunicação).

Nesse depoimento, além da referência à democracia, o entrevistado respondeu também que a associação deve articular-se através de parcerias e redes. Muitas associações utilizam-se dessas parcerias ou redes como forma de atuação, mobilização e lutas em prol de objetivos comuns, como será analisado no capítulo IV.

Por fim, um último exemplo dessa categoria de resposta enfatizando agora o respeito à diferença:

A Associação deve ter indivíduos com os mesmos objetivos, porém que respeitem as possíveis diferenças, procurando sempre a forma do consenso, onde hajam divergências. Todos têm o direito de participar da associação. (Membro da Associação de Vela da Lagoa da Ilha de Santa Catarina).

O discurso de participação democrática, do consenso, do respeito à diferença e do acesso livre a todos, foi bem expressivo nas respostas dos entrevistados. Se compararmos com os dados da tabela 7 do capítulo IV, que nos mostra que 73% dos entrevistados disseram que a instância máxima de decisão deve ser da assembleia, percebemos que em vários momentos os entrevistados afirmam a importância dos processos democráticos dentro da associação.

Em seguida, com 22% temos a importância do engajamento pessoal e da militância. Uma das reclamações feitas pelas lideranças é de que faltavam pessoas que se dedicassem ativamente à associação e que fossem engajadas.

É preciso haver profissionalismo dentro da associação, deve haver um grau de responsabilidade dos voluntários na entidade. É preciso maior engajamento por parte dos adeptos. Os associados devem ter identidade e sensibilidade pela causa (Membro da Associação Catarinense de Proteção aos Animais).

O fator fundamental é o coletivo, que haja um grupo interessado em trabalhar na associação. É preciso também ter clareza de objetivos e que esses estejam sempre em função da coletividade. A organização é também um elemento fundamental de qualquer associação civil. (Membro do Centro de Educação e Evangelização Popular).

Nessa resposta, além do engajamento pessoal, aparece novamente a importância da definição dos objetivos da associação, da necessidade da associação estar voltada para a coletividade e da importância da organização.

Sobre a organização interna da associação, 20% responderam que esse item era importante para se construir a forma ideal de associação civil;

A associação precisa ter estatuto e um regimento interno. Precisa definir o objetivo, onde ela vai atuar e definir o trabalho que cada área da associação deve fazer. Sem organização não funciona. O que deve funcionar é uma estrutura. O que deve funcionar é a entidade e não as pessoas que trabalham nela, para que mudando as lideranças, a entidade continue funcionando, a burocracia continue andando (Membro do Conselho Comunitário do Pantanal).

Percebe-se nesse depoimento a importância dada pelo entrevistado a uma associação com estrutura própria, que funcione independentemente das pessoas que a compõem. Nesse sentido, é preciso que a associação tenha independência com relação às suas lideranças, para que mesmo que elas mudem a organização não sofra perdas estruturais.

Com 19% temos as respostas referentes à necessidade de recursos materiais. Embora a necessidade de recursos materiais e a dificuldade em alcançá-los seja uma realidade dentro da vida associativa, quando se trata de descrever um tipo do ideal de associação civil, poucas pessoas relacionaram esse tipo com a necessidade de recursos materiais. No discurso da maioria, o “ideal” está representado por uma forma idônea, coletiva, democrática, justa, aberta, com respeito à diferenças e com objetivos comuns. Mesmo assim houveram respostas relacionadas às necessidades financeiras como: “a associação ideal seria aquela que tivesse recursos próprios suficientes para se autoconduzir” (Membro da Associação Coral de Florianópolis).

De acordo com o discurso das lideranças percebe-se que não são apenas as motivações pessoais e de carências que movem o agir coletivo, mas também o bem comum, a coletividade e a solidariedade.

Finalmente, com menos expressão, temos as seguintes respostas: “articulação com outras associações, parceria e relacionamento com o poder público” e “pessoal especializado e capacitado” com 10% ambos. Quando se trata da relação com o poder público, as respostas seguem na direção de um apoio e reconhecimento institucional como é o caso dos exemplos a seguir:

Seria importante que os órgãos públicos dessem mais apoio, que houvesse maior responsabilidade por parte do governo para com as associações (Membro da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis).

As Associações devem ter liberdade política de atuar. Elas deveriam contar com o auxílio do governo. Deveriam trabalhar melhor a imagem das associações, que muitas vezes não são bem vistas pelo governo e pela classe política (Membro da Associação Criminalística de Santa Catarina).

O ideal seria que a associação tivesse o apoio do poder público e que esse poder público ouvisse as bases da comunidade para melhorar o que realmente deve ser mudado. A forma ideal é com o apoio do poder público (Membro da Associação de Moradores da Lagoa).

Nessas respostas sobre a relação da associação com os órgãos públicos percebemos que as lideranças buscam apoio financeiro, reconhecimento político e espaço de ação. É importante perceber que não há por parte dos membros das associações uma intenção de assumirem o papel do Estado, nem muito menos de uma oposição à ele. Pelo contrário, de acordo com os depoimentos acima e com os resultados referentes às parcerias estabelecidas com os órgãos públicos (capítulo IV) observa-se a tendência de buscar junto a esses órgãos apoio tanto financeiro quanto institucional.

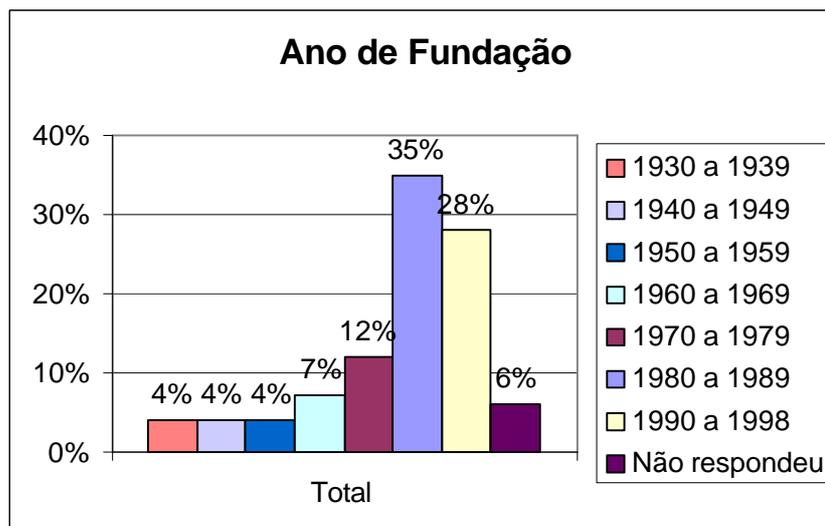
Todas essas respostas apresentaram alguns dos ideais de organização de uma associação civil na opinião das lideranças entrevistadas. Cada ideal define uma tendência das organizações em alcançar essas metas, na tentativa de construir formas alternativas de ações políticas na sociedade.

Fundação

De acordo com a metodologia adotada para o levantamento das associações nessa pesquisa determinou-se, num primeiro momento, que seriam analisadas as associações que

tivessem o ano de fundação entre 1930 a 1998. Atualmente o Núcleo de Pesquisas em Movimentos Sociais (NPMS) está complementando esse levantamento até o ano de 2000²⁶, no entanto, nesse trabalho foram contempladas as associações fundadas até 1998. Esse período foi dividido por décadas, para melhor identificarmos os momentos de maior ou menor propensão associativa em Florianópolis. Obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico XVII



Antes de analisarmos esse gráfico, é preciso considerar que essa amostra representa as associações que foram fundadas em um determinado tempo e que permaneceram ativas até a data da pesquisa. O número absoluto de associações que surgiram nas décadas de 30 à 90 aparece mais expressivo no estudo de Scherer-Warren (1999b). Esse estudo foi feito com o número total de associações que foram fundadas em Florianópolis, já esta amostra representa o número de associações fundadas nas diferentes décadas, mas que permaneceram até a data da aplicação do questionário.

De acordo com o gráfico XVII, o período de maior formação de associações civis foi na década de 80, com 35% do total das associações pesquisadas. O crescimento associativo nessa década não se deu apenas em Florianópolis. Em outros estudos desenvolvidos em diversas cidades brasileiras, observou-se também que a década de 80 foi a década do *boom* associativo em quase todo o país²⁷. Depois, foi no período de 1990 a 1998 com 28% de

²⁶ Vide Corrêa, V. R. et al (2003), trabalho apresentado no II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais em Abril de 2003, intitulado Associativismo civil em Florianópolis: identidades e tendências.

²⁷ Sobre esses dados ver Boschi, (1987), Scherer-Warren (1996), Avritzer (1998), dentre outros.

associações, fundadas nessa década. Os anos 70 tiveram uma porcentagem de 12% do total das associações pesquisadas. Com 7% temos a década de 60, marcada pelo golpe militar em 1964 e com 4% temos as décadas de 30, 40 e 50. 6% da amostra não responderam sua data de fundação.

De acordo com o artigo produzido por Scherer-Warren (op. cit), sobre a relação entre a institucionalização das associações civis em Florianópolis e o fechamento e a abertura do sistema político através das fases históricas do processo de democratização, pode-se perceber que o surgimento de associações civis e seus tipos estão relacionados com esse processo.

Segundo a autora, foi a partir de 1978 que a sociedade civil florianopolitana começou a se revitalizar na defesa das questões de cunho mais social e político. Todavia, o grande crescimento de práticas associativas foi na década de oitenta e teve como marco fundamental o movimento pelas "Diretas Já" em 1984.

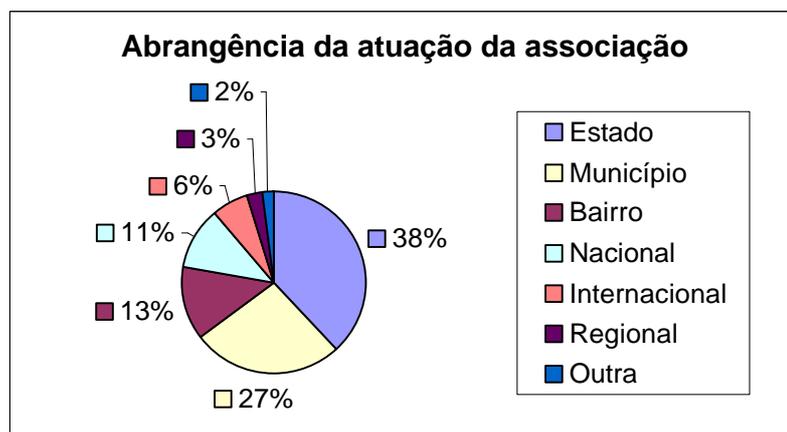
De acordo com a pesquisa desenvolvida por Avritzer (1998) em Belo Horizonte sobre o novo associativismo civil, houve um aumento significativo no número de associações civis a partir de meados dos anos 70, entretanto, esse número triplica se compararmos com a década de 80, que também se destacou como a década do crescimento associativo, nessa pesquisa.

Esses resultados apontam para uma relação entre sistema de governo e práticas organizativas da sociedade civil, numa tendência de que a democratização contribui para um aumento associativo.

Abrangência da atuação da associação

Perguntamos aos entrevistados qual a abrangência da atuação das associações e obtivemos os seguintes resultados representados no gráfico abaixo:

Gráfico XVIII



De acordo com os dados, 38% do total das associações pesquisadas possuem uma atuação estadual, 27% atuam com abrangência municipal, 13% de bairro, 11% nacional, 6% internacional, 3% regional e 2% responderam outra.

Na análise feita por Scherer-Warren (1999), a partir dos dados coletados no arquivo público de Santa Catarina²⁸ sobre a abrangência das associações, a tendência que apresentou maior representação foi para a atuação em nível local. Já nessa amostra, cujos dados foram coletados mais recentemente (Julho de 1999 à Julho de 2001), percebe-se uma mudança nessa tendência apontando para uma maior representação para as atuações em nível estadual. Essa mudança pode representar uma tendência de ampliar a ação local para uma ação mais abrangente das associações civis sem fins lucrativos de Florianópolis.

A hipótese levantada na pesquisa desenvolvida por Scherer-Warren & Rossiaud (op. cit), sobre o aumento da abrangência das organizações da sociedade civil consiste numa possível influência do processo de globalização exercida nessas entidades. Os movimentos sociais e suas lutas não dizem respeito unicamente à realidade local, mais sim à realidade global e com isso, esses movimentos tendem a desterritorializar-se e as associações civis por sua vez, passam a ampliar seu leque de abrangência, na medida em que dão suportes aos movimentos.

A formação de redes de associações civis pode também explicar essa tendência de ampliação na atuação das associações, uma vez que essa prática tem crescido muito entre as organizações. Essas redes em alguns casos formam movimentos sociais que têm atuado não mais localmente e sim globalmente.

Recursos da associação

Perguntamos aos entrevistados se a associação possuía sede própria ou não e obtivemos os seguintes resultados representados na tabela 5:

²⁸ A pesquisa no arquivo público foi realizada pelos bolsistas do NPMS na primeira fase da coleta de dados da pesquisa “O Novo Associativismo Civil Brasileiro” e as informações sobre a abrangência das associações foram publicadas no extrato do estatuto na época da fundação de cada associação. Maiores detalhes ver capítulo II sobre a metodologia.

Tabela 5: Sobre se a associação possui ou não sede própria

Possui ou não sede própria	Total de Respostas	Porcentagem
Não	62	57%
Sim	45	42%
Não Respondeu	1	1%
Total	108	100%

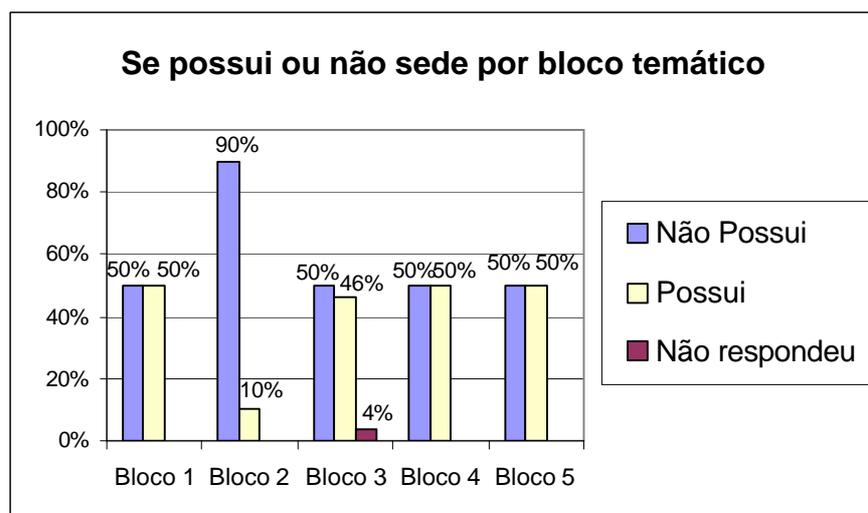
De acordo com a tabela 5, vemos que a maioria das associações 57% não possui sede própria, 42% possuem sede própria e 1% não respondeu, indicando portanto, que a maioria delas não possui sede própria.

Na resposta de um dos entrevistados na questão sobre a forma ideal de associação civil verifica-se claramente à dificuldade das associações em possuírem um lugar próprio para realizarem suas atividades: “O ideal de associação é aquela que consegue ter uma sede própria, o resto é mais fácil, o local é o maior problema” (Membro da Associação de Moradores da Praia do Meio).

A necessidade de recursos materiais, espaço físico e financiamentos para a auto-sustentação das associações retoma a questão da autonomia financeira. Essa problemática está melhor explicitada no capítulo IV sobre os tipos ideais de associativismo civil.

Se dividirmos os resultados da tabela 5 de acordo com os blocos temáticos, temos os seguintes resultados:

Gráfico XIX

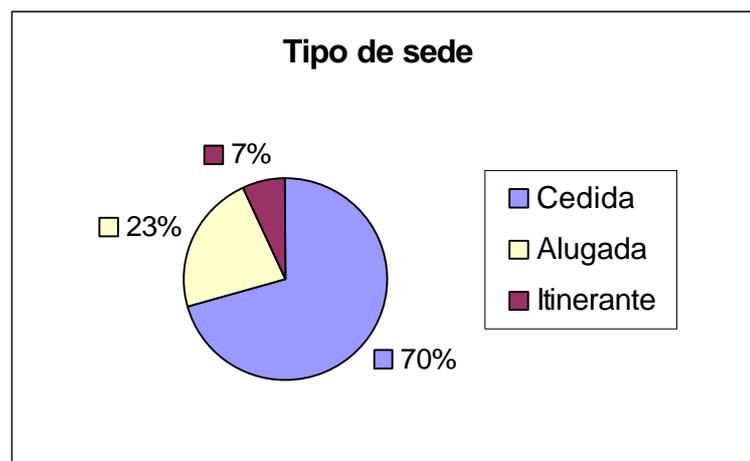


De acordo com o gráfico XIX, o bloco temático que possui maior dificuldade em relação à sede própria é o bloco 2 (identitário ou novo associativismo), com 90% das associações sem sede própria e apenas 10% delas possuem uma sede. Se verificarmos as especificidades das associações civis contidas nesse bloco perceberemos que muitas delas não possuem sede por se tratarem de associações com um perfil diferenciado como é o caso da Federação de Entidades Ecológicas Catarinense (FEEC), que em se tratando de uma federação que reúne outras organizações sua sede é itinerante, ou seja, está sempre acoplada à associação onde está a diretoria da federação. Outro exemplo é a Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica de SC, cuja sede é o escritório de advocacia de uma das representantes da associação, ou também a associação de Mulheres do Campeche que utiliza o prédio da Intendência, espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Os outros blocos temáticos possuem uma relação mais equitativa, pois em quase todos 50% das associações não possuem sede e 50% possuem sede. Mesmo assim, o número de associações civis contidas na amostra que não possuem sede própria é superior ao número de associações que possuem.

Perguntamos então, aos que não possuem sede, como especificamente eles resolvem este problema, ou seja, se a sede que possuem é alugada, cedida ou itinerante.

Gráfico XX



Entre as associações que não possuem sede própria, 70% são cedidas, 23% são alugadas e 7% são itinerantes. Sendo assim, quanto a questão da mobilização de recursos materiais, percebemos que grande parte deles são cedidos às associações.

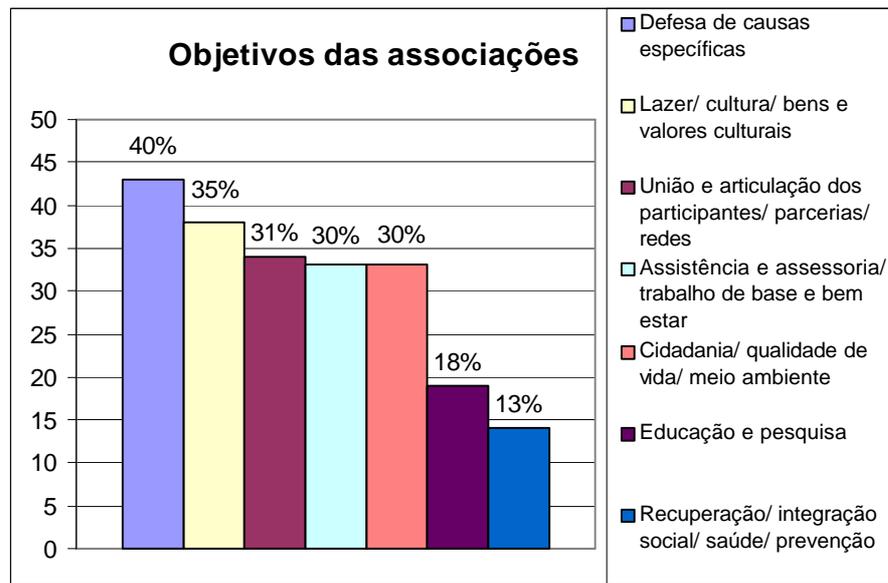
Os dados representados no gráfico XX e a resposta citada acima, do entrevistado membro da Associação de Moradores da Praia do Meio, nos mostram as dificuldades de articulação e local para as reuniões, como foi levantado no trabalho de Franzoni (1993). Na análise da autora sobre a formação de algumas associações civis em Florianópolis, uma grande parte das associações tinham como sede as moradias das pessoas, os espaços de trabalho ou da igreja. Nessa amostra percebemos o quanto ainda as associações dependem de espaços cedidos para se organizarem e se reunirem. Como exemplo podemos citar a Associação Feminina de Ponta das Canas, onde cada dia a reunião é feita na casa de uma das participantes.

Por outro lado, as dificuldades financeiras e de recursos sofridas pelas associações apontam a importância e a força das parcerias que são por elas estabelecidas. Em muitos casos as parcerias e redes têm como objetivo justamente auxiliar e financiar os recursos necessários para o desenvolvimento de atividades das associações, como é o caso do Movimento Campeche pela Qualidade de Vida que possui uma parceria com a escola do bairro para conseguir um espaço para as reuniões. No capítulo IV será feita uma análise mais aprofundada dos tipos de parcerias e redes que as associações civis estabelecem e seus objetivos, bem como quem são os parceiros do associativismo civil em Florianópolis.

Objetivos da associação

Outra pergunta aberta contida no questionário era sobre os objetivos das associações civis. As porcentagens contidas no gráfico referente à essa pergunta foram construídas da mesma forma que as outras perguntas abertas, ou seja, através da elaboração de categorias e do seu posterior agrupamento. A partir das respostas, obtivemos os seguintes resultados representados no gráfico XXI:

Gráfico XXI



De acordo com o gráfico acima, 40% das associações têm como objetivo a defesa de causas específicas, como a defesa do ensino público, defesa da democratização dos meios de comunicação, defesa dos direitos de grupos específicos e o resgate da espiritualidade ou religiosidade.

Em seguida, com 35% temos objetivos ligados ao lazer, à cultura e a valores e bens culturais; com 31% temos objetivos referentes à união dos participantes, à articulação de parcerias e redes sociais e o auxílio e capacitação profissional. Com 30% temos a assistência e o bem estar social, a assessoria e o trabalho de base junto à comunidade, também com 30% temos a defesa da cidadania, da qualidade de vida e do meio ambiente. Por fim, com 18%, observa-se objetivos referentes à educação e à pesquisa e com 13% à recuperação e integração social, à defesa da saúde e saúde comunitária e à prevenção de doenças.

Num estudo feito por Scherer-Warren (1996) em conjunto com o Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS), sobre as organizações voluntárias de Florianópolis, verificou-se que haviam três eixos principais que definiam os objetivos do associativismo civil local: o das carências; o da participação política e o da ética e valores. Comparando esse estudo com a atual pesquisa, verificamos que outros objetivos entram em pauta na vida associativa local, como por exemplo os objetivos ligados ao lazer, à cultura e aos valores culturais, bem como, os objetivos referentes à formação de redes, de parcerias, à união e à articulação entre as associações civis.

Os exemplos a seguir ilustram esses novos objetivos:

O objetivo da associação é defender a não discriminação por sexo, profissão ou qualquer outro aspecto, buscando promover a igualdade de direito das mulheres, inerentes a pessoa em geral (Membro da Associação de Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica - SC).

O objetivo é combater o racismo e todas as outras formas e manifestações de exclusão da população negra ou da população em geral. Resgatar a cultura afro-descendente, trabalhos culturais voltados ao adolescente (Membro da União de Negros pela Igualdade - SC).

Valorizar costumes, hábitos e resgatar as raízes e tradições gaúchas, não do Rio Grande do Sul, mas gaúchas em geral. Servir de multiplicador e propagador do divertimento sadio, do lúdico, de geração após geração (Membro da Associação Cultural e de Comunicação Academia de Dança Gaúcha).

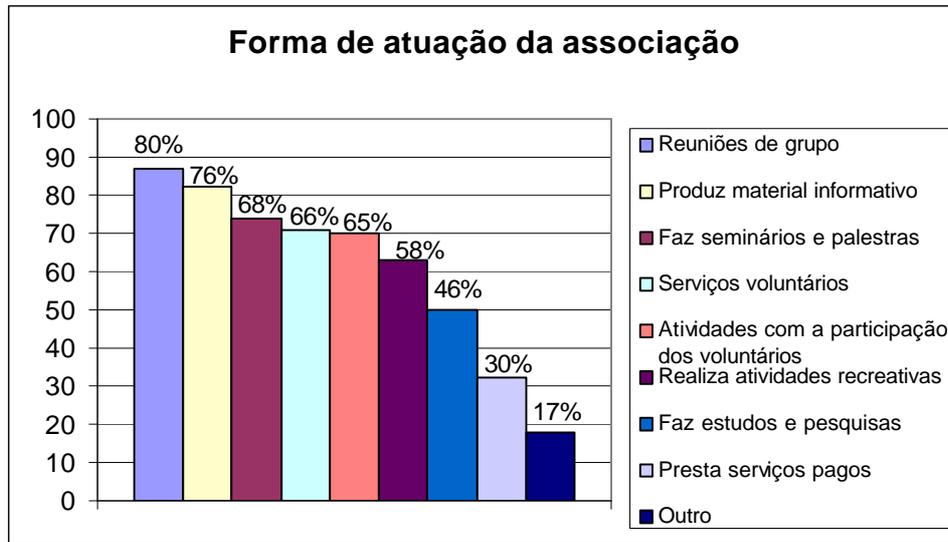
Resgatar a cultura, despertar nas pessoas o amor ao lugar. Melhorar a qualidade de vida e despertar a união entre os moradores. Preservar o patrimônio histórico e o meio ambiente do município de Florianópolis e mais especificamente do bairro do Campeche (Membro do Movimento Campeche pela Qualidade de Vida).

Todos esses exemplos apontam para novos objetivos, caracterizados também dentro da teoria do novo associativismo civil, que afirma que essas novas associações buscam justamente resgatar os valores culturais, étnicos, de gênero, ambientais, entre outros presentes nas suas lutas.

Forma de atuação

Outra pergunta contida no questionário era sobre a forma de atuação da associação. As respostas foram estimuladas e são de múltipla escolha, sendo assim, cada entrevistado pode ter respondido uma ou mais alternativas.

Gráfico XXII



A maioria das respostas recaiu na alternativa “reuniões de grupo” com 80%. As reuniões de grupo referem-se à formulação de diretrizes, decisões e articulação para as atividades da associação. Elas podem ser fechadas, isto é, somente para os associados ou abertas para outras pessoas ou outras organizações interessadas em trabalharem conjuntamente. A partir desses resultados podemos perceber a importância da participação ativa dos membros das associações nas reuniões por elas realizadas, uma vez que essa forma de atuação se constitui a base de uma organização civil.

Outra forma de atuação da maior parte das associações foi através da produção de material informativo com 76% de respostas. A comunicação e a informação através da produção desses materiais apresentaram-se com grande importância nessa amostra uma vez que foi a segunda forma de atuação das associações mais citada pelas lideranças. No gráfico a seguir estão representados os resultados referentes aos tipos de materiais informativos que são produzidos pelas associações. Nesses resultados somente 5% das associações não produzem nenhum tipo de material informativo e 95% delas produzem algum tipo de material.

Seguem-se ainda bem representativas as alternativas referentes à realização de seminários e palestras com 68%, serviços voluntários com 66%, atividades exercidas com a participação dos voluntários com 65% e atividades recreativas com 58%. Com menos representação, temos estudos e pesquisas com 46%, prestação de serviços pagos com 30% e a categoria outros com 17%.

É importante ressaltar como cresceu na pauta de atuação das associações as atividades que estão além do mero assistencialismo, do atendimento de carências e filantropia. Atividades como realização de palestras, pesquisas, seminários, produção de materiais informativos, entre outras, não faziam parte das atividades de muitas organizações civis do início do século XX.

Ao dividirmos a forma de atuação das associações entre os blocos temáticos obtivemos o seguinte resultado apresentado na tabela 6:

Tabela 6: Forma de atuação da associação por bloco temático

Forma de Atuação	Bloco 1	Bloco 2	Bloco 3	Bloco 4	Bloco 5
Realiza reuniões de grupo	84%	85%	83%	75%	67%
Produz material informativo	65%	90%	79%	85%	58%
Faz seminários e palestras	53%	80%	75%	80%	59%
Presta serviços voluntários	87%	70%	37%	55%	75%
Realiza atividades com voluntários	72%	80%	46%	60%	67%
Realiza atividades recreativas	71%	60%	45%	45%	66%
Realiza estudos e pesquisas	25%	50%	46%	70%	58%
Presta serviços pagos	18%	30%	25%	40%	50%

O bloco temático 1 (comunitário e/ou assistencialista) apresentou como forma de atuação mais predominante a prestação de serviços voluntários com 87% das respostas, a realização de reuniões de grupo com 84% e a realização de atividades com a participação dos voluntários com 72%. O fato de esse bloco agrupar associações de bairro, associações de mútua-ajuda, associações ligadas à saúde e saúde comunitária, associações religiosas e filantrópicas justifica a maior porcentagem de respostas para a forma de atuação voltada para a prestação de serviços voluntários. Esse bloco apresentou também a maior porcentagem, em comparação com os outros blocos temáticos, referente à realização de atividades recreativas com 71% das respostas. Talvez essa alta porcentagem explica-se pelo fato desse bloco agrupar as associações escolares e educativas

O bloco 2 (identitário ou novo associativismo) apresentou maior porcentagem nas seguintes formas de atuação: produção de materiais informativos com 90% das respostas, realização de reuniões de grupo com 85%, realização de seminários e palestras com 80%, e realização de atividades com a participação dos voluntários também com 80% das respostas.

Podemos perceber algumas especificidades desse bloco temático, pois foi o que apresentou maior porcentagem em relação aos outros blocos sobre a produção de materiais informativos, sobre a realização de reuniões de grupos e sobre a participação ativa dos voluntários. Esse perfil de atuação pode caracterizar-se pelo fato desse bloco conter associações étnicas, ligadas a causas femininas, ambientalistas e de direitos humanos, cujos objetivos estão ligados a questões identitárias (como é o caso das étnicas e das femininas), ou a questões de direitos universais (como é o caso das ambientalistas e de direitos humanos). Essas questões necessitam de visibilidade informativa (produção de material), buscam suscitar debates junto à sociedade (realização de seminários e palestras) e procuram comprometer seus membros e participantes em trabalhos coletivos (reuniões e atividades).

No bloco temático 3 (econômico e defesa profissional) observa-se que as formas de atuação mais frequentes são as reuniões de grupo com 83%, a produção de material informativo com 79% e a realização de seminários e palestras com 75%. Esse bloco foi o que apresentou as menores porcentagens referentes à prestação de serviços voluntários 37% e a realização de atividades com a participação dos voluntários 46%, o que nos aponta para uma tendência maior da forma de atuação baseada na defesa de interesses grupais através de reuniões, produção de materiais e realização de eventos.

O bloco 4 (acadêmico, de apoio e/ou assessoria) apresentou como principais formas de atuação a produção de material informativo com 85%, a realização de seminários e palestras com 80% e as reuniões de grupo com 75%. Cabe salientar o fato de que foi o bloco temático que apresentou maior porcentagem em relação à realização de estudos e pesquisas com 70% das respostas. Isso se justifica pelo fato desse bloco contemplar associações acadêmicas, de pesquisa, de comunicação e de defesa de consumidores e usuários. Todos esses tipos de associações possuem um perfil voltado para a realização de pesquisas em diferentes aspectos (de opinião, de preços, de direitos ou acadêmicas).

No bloco temático 5 (cultural) observa-se que as formas de atuação mais frequentes foram o serviço voluntário com 75%, a realização de atividades com a participação dos voluntários com 67%, as reuniões de grupo também com 67% e a realização de atividades recreativas com 66%. Esse bloco foi o que apresentou a maior porcentagem referente à prestação de serviços, em comparação com os outros, com 50% das respostas. Pode-se explicar essa maior porcentagem para serviços pagos pelo fato desse bloco agrupar associações de orquestras, corais e grupos teatrais e de música, com isso a apresentação de

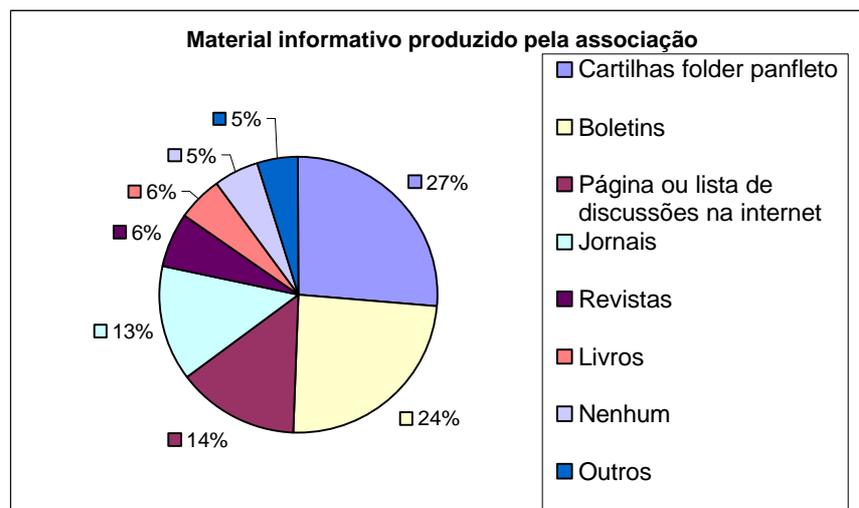
algum conserto ou peça que tenha a cobrança de ingresso pode ser considerado um serviço pago.

Percebemos nessa amostra que, embora as associações possuam uma mesma linha de atuação (trabalho voluntário, reuniões, material informativo, seminários, pesquisas), cada uma delas enfatiza uma ou outra forma, relacionada diretamente com seus objetivos e interesses. Isso nos permite concluir que embora exista um perfil ou um “modelo” de atuação do associativismo civil como um todo, ele não se encontra cristalizado nas práticas das associações, que reorientam as diferentes formas de trabalho de acordo com suas realidades.

Material Informativo

Para verificar como as associações articulam a comunicação tanto interna quanto externa perguntamos se elas produzem algum tipo de material informativo e, se produzem, quais os tipos de materiais:

Gráfico XXIII



A maioria das associações pesquisadas, 95% produz algum tipo de material informativo e somente 5% delas não produzem nenhum material. De acordo com os dados do gráfico XXIII, a maior parte desses materiais é produzida através de cartilhas, folders e panfletos com 27% das respostas, em seguida temos 24% referentes à elaboração de boletins; com 14% temos a comunicação através de páginas ou listas de discussão na internet; com 13% temos a produção de jornais; 6% de revistas e livros e 5% responderam a categoria outro.

No trabalho desenvolvido por Souza (1996) sobre a formação do Movimento pela Democratização da Comunicação no Brasil (MDC)²⁹, cujo objetivo era resgatar suas origens, suas lutas analisando a composição dos atores e as redes de relações sociais que dele fizeram parte durante a década de 1984 a 1994, o autor observou que esse movimento contou com o apoio de diferentes organizações da sociedade civil como os movimentos sociais, os sindicatos, as associações civis e os partidos políticos de esquerda. Esse apoio justifica-se, entre outros motivos, pela utilização por parte dessas organizações e movimentos dos meios de comunicação como uma das formas de diálogo com os demais setores da sociedade brasileira.

Nessa amostra sobre o associativismo civil observamos a importância dada pelas associações aos meios de comunicação como formas estratégicas de atuação e articulação. Se cruzarmos essa pergunta com a anterior referente à forma de atuação da associação, percebemos que as associações utilizam-se dos meios de comunicação através da produção de materiais informativos para darem maior visibilidade às causas que defendem. No gráfico anterior (XXII), sobre as formas de atuação das associações, 76% das respostas foram referentes à produção de materiais informativos e os dados do gráfico acima (XXIII), apontam que 95% das associações produzem algum tipo de material visando à informação.

Em uma entrevista concedida para a pesquisa realizada por Scherer-Warren & Rossiaud (1999), Souza (op. cit) que faz parte das lideranças dos movimentos sociais em Florianópolis enfatizou novamente a utilização dos meios de comunicação alternativos por parte desses movimentos. “Vários movimentos sociais utilizam a comunicação alternativa, como as rádios populares, vídeos alternativos e documentários” (Scherer-Warren & Rossiaud, op. cit: 247).

Comparando com os resultados da pesquisa de Belo Horizonte, a maioria das associações pesquisada também produz material informativo, com 75%. Apenas 25% da amostra não produz nenhum tipo de material e dos 75% que produzem algum material, 32% são boletins e panfletos. Esses resultados, de ambas as pesquisas, nos levam a apontar uma tendência de crescimento da importância dada pelas associações aos meios de comunicação, em especial através da formulação de boletins, cartilhas, folder e panfletos.

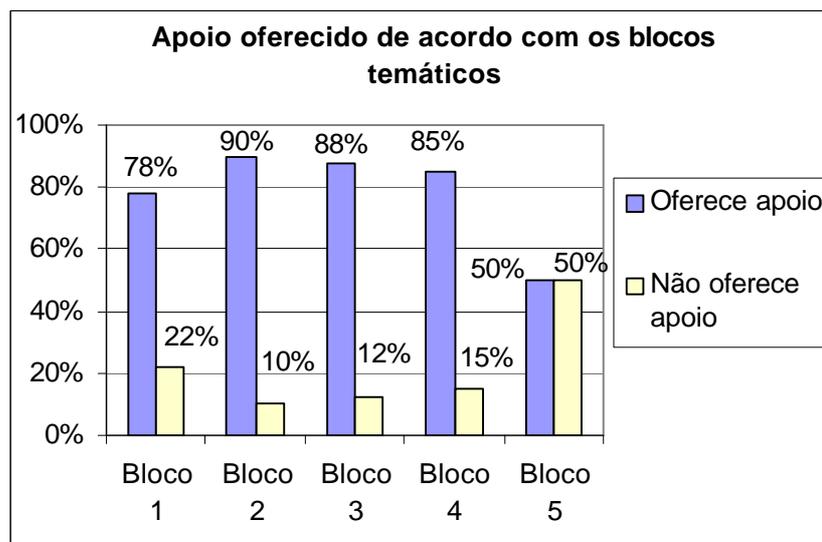
²⁹ Esse movimento surgiu de forma organizada e institucional durante a redemocratização do país 1983/84, na campanha das “Diretas Já” (Souza, 1996).

Apoio oferecido

Outra pergunta quanto ao perfil das associações civis pesquisadas foi referente ao apoio institucional, ou seja, buscamos saber se as associações pesquisadas oferecem algum tipo de apoio aos seus associados ou a outras organizações e que tipo de apoio é oferecido. De acordo com os resultados da pesquisa, verificamos que 80% do total de associações contidas na amostra oferecem algum tipo de apoio, 19% não oferece nenhum tipo de apoio e 1% não respondeu. Nesse sentido, constatamos que a maioria das associações civil pesquisadas oferece algum tipo de apoio ao seu público alvo.

Dividimos as respostas por blocos temáticos a fim de observarmos quais blocos oferecem mais apoio e quais blocos oferecem menos apoio e obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico XXIV



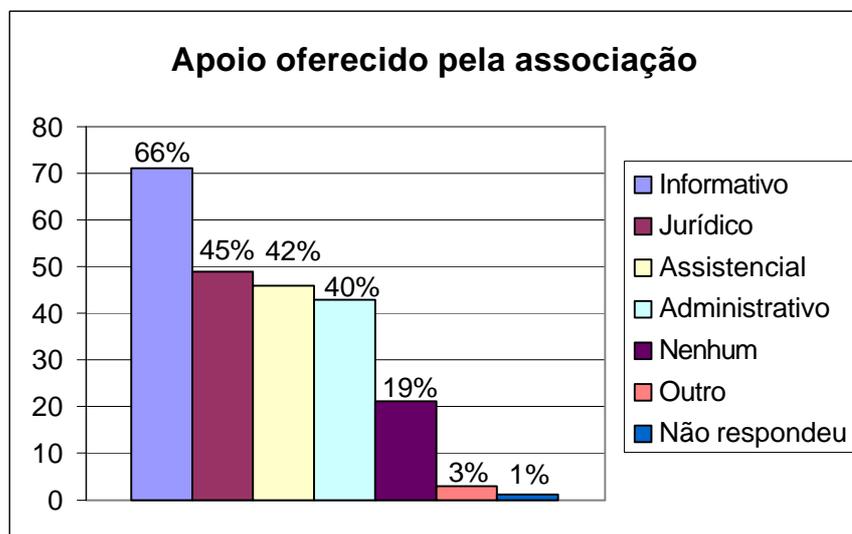
De acordo com o gráfico XXIV os blocos temáticos que mais oferecem algum tipo de apoio são os blocos 2 (identitário ou novo associativismo), com 90% das associações oferecendo algum apoio, o bloco 3 (econômico e de defesa profissional), com 88% das respostas, o bloco 4 (acadêmico de apoio e ou assessoria), com 85% das respostas e por fim, o bloco 1 (comunitário) com 78% das respostas referentes a algum tipo de apoio.

O bloco temático que oferece menos apoio é o bloco 5 (cultural), com 50% das associações não oferecendo nenhum tipo de apoio e 50% oferecendo algum apoio.

Podemos perceber que, de uma maneira geral, as associações civis de Florianópolis se preocupam em oferecer algum tipo de apoio aos seus associados ou a outras organizações, pois mesmo o bloco temático que apresentou os menores resultados quanto ao apoio oferecido (bloco 5 cultural), vemos que a metade das associações contidas neste bloco oferecem algum apoio.

Perguntamos então que tipo de apoio é oferecido pelas associações e obtivemos os seguintes resultados representados no gráfico XXV:

Gráfico XXV



Essa pergunta era estimulada e de múltipla escolha, por isso a soma dos resultados excede o valor de 100%. De acordo com os resultados representados no gráfico XXV, vemos que 66% das associações oferecem apoio informativo, 45% oferece apoio jurídico, 42% oferece apoio assistencial, 40% apoio administrativo e 3% respondeu a categoria outro.

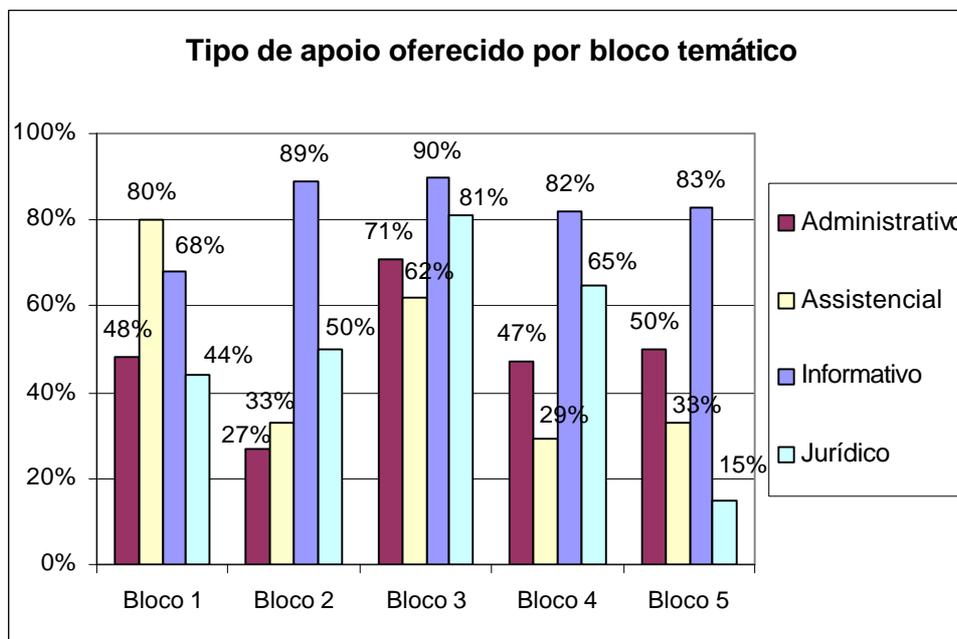
Comparando com a pesquisa realizada por Avritzer (1998), em Belo Horizonte, percebemos que o número de associações que oferecem algum tipo de apoio aos seus associados é inferior ao de Florianópolis. Em Belo Horizonte, somente 46% do total da amostra pesquisada oferece algum tipo de apoio e mais da metade das associações pesquisadas 54% não oferecem nenhum tipo de apoio. Dos 46% que oferecem algum tipo de apoio, a maior parte dele 30% oferece apoio jurídico, 7% oferece apoio assistencial, 3% apoio administrativo e 6% oferece apoio informativo.

Na trajetória das organizações civis de Florianópolis a necessidade de institucionalização passou a ser reconhecida pelos atores sociais como uma garantia de

legalidade para as negociações e reivindicações presentes nas suas pautas (Scherer-Warren & Rossiaud, 1999). Essa legalização pode explicar o grande número de associações, presentes nesta amostra, que oferecem algum tipo de apoio aos seus membros ou a outras associações. O fato de termos estabelecido metodologicamente que todas as organizações pesquisadas deveriam possuir registro e serem institucionalizadas, pode explicar a possibilidade da maioria das associações civis contidas nessa amostra em oferecerem algum tipo de apoio à população.

Novamente, se dividirmos os tipos de apoio oferecidos entre os blocos temáticos, teremos os seguintes resultados:

Gráfico XXVI



Antes de analisarmos esse gráfico é preciso ressaltar que as respostas eram de múltipla escolha e por isso a soma das porcentagens de cada bloco temática excede o total de 100%. De acordo com os resultados do gráfico XXVI, o bloco temático que mais oferece algum tipo de apoio é o bloco 3 (econômico e de defesa profissional). Nele, 90% das associações oferecem apoio informativo, 81% apoio jurídico, 71% apoio administrativo e 62% apoio assistencial. Esse bloco apresentou a maior porcentagem de apoio jurídico com 81%. Se compararmos as porcentagens desse bloco com os outros percebemos que ele apresentou as maiores porcentagens, exceto na categoria apoio assistencial, perdendo apenas para o bloco 1. Nesse sentido podemos concluir que, nesta amostra, as associações que mais

oferecem algum tipo de apoio são as associações profissionais, sindicatos e empresariais e patronais.

O bloco temático 1 (comunitário) foi o que apresentou a maior porcentagem para o apoio assistencial, com 80%. Esse resultado pode ser explicado pelo fato desse bloco agrupar associações assistencialistas e filantrópicas, ligadas tanto às associações religiosas, de saúde, escolares, de bairro, quanto às de mútua-ajuda e filantropia.

Já o bloco 2 (identitário e novo associativismo) apresentou a sua maior porcentagem para o apoio informativo, com 89%. Esse bloco apresentou baixas porcentagens referentes aos apoios, assistencial com 33% e administrativo com 27%. O perfil das associações contidas nesse bloco relaciona-se com a construção de identidades, direitos de minorias ou defesa ambiental. Isso pode explicar o fato dos maiores índices de apoio serem informativos e jurídicos e não assistencial e administrativo.

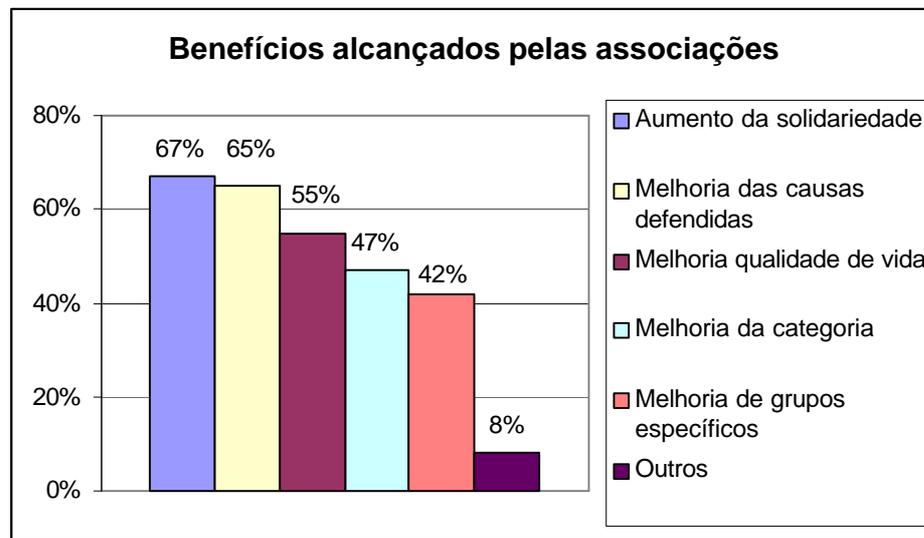
O bloco 4 (acadêmico de apoio e/ou assessoria) também apresentou resultados semelhantes ao do bloco 2. Nele, os apoios que mais são oferecidos são o informativo com 82% e o jurídico com 65%. Importante ressaltar que foi o bloco que apresentou menor porcentagem, em comparação aos outros, para a opção assistencial. O perfil das associações contido nesse bloco também ajuda a explicar esse resultado, pois são associações acadêmicas, de defesa do consumidor e de comunicação. Esses tipos de associações possuem objetivos voltados para a pesquisa, para os direitos dos cidadãos ou para a democratização dos meios de comunicação como é o caso da Associação Diálogo Cultura e Comunicação presente nesse bloco e não para o suprimento de necessidades e carências.

Por fim o bloco 5 (cultural), apresentou as respostas informativo com 83% e administrativo com 50%. Foi o bloco com menos porcentagem de apoio jurídico com 15% e também com baixa porcentagem de apoio assistencial com 33%.

Benefícios alcançados

A última questão a ser analisada sobre o perfil das associações civis contidas nesta amostra refere-se aos benefícios alcançados pela associação, ou seja, quais foram as conquistas obtidas por elas através de suas lutas e reivindicações:

Gráfico XXVII



No relato sobre os benefícios alcançados pela associação não há uma porcentagem de respostas que se destaque significativamente em relação as outras, todas estão em geral com percentuais em intervalos aproximados. Essa pergunta era de múltipla escolha, estimulada e por isso as porcentagens excedem o valor de 100%.

De acordo com o gráfico XXVII a resposta sobre o benefício alcançado pelas associações que atingiu a maior porcentagem foi o aumento da solidariedade entre as pessoas associadas, com 67%. Logo em seguida com 65% temos a resposta melhoria das causas defendidas pelas associações. Depois, com 55% temos a melhoria da qualidade de vida; com 47% a melhoria da categoria e por fim com 42% a melhoria de grupos específicos.

Embora esses dados estejam mais equivalentes do que dispersos, podemos dizer que os entrevistados priorizaram respostas voltadas para o coletivo, para o discurso da dádiva, quando afirmaram que um dos maiores benefícios que eles acreditam que a associação tenha alcançado é o aumento da solidariedade.

Segundo a pesquisa de Avritzer (1998), essa mesma pergunta (sobre os benefícios da associação), teve os seguintes resultados: 72% respondeu melhoria das condições da comunidade; 62% aumento da solidariedade entre os membros; 59% respondeu melhoria das condições das causas defendidas; 50% melhoria das condições da categoria e 47% respondeu melhoria da qualidade de vida. Em ambos os casos observam-se que as respostas estão mais equivalentes e que os entrevistados possuem um discurso voltado para a coletividade, para o bem comum, para a solidariedade.

Se compararmos o resultado dessa questão com a pergunta feita sobre os benefícios que os entrevistados alcançaram com suas participações dentro das associações (gráfico XIV), percebemos que a maioria das respostas também era referente à opção aumentar a solidariedade. Nesse sentido, esses discursos nos apontam para uma tendência da construção da identidade coletiva em relação aos benefícios que se busca alcançar, tanto na participação individual de cada liderança, quanto nos próprios objetivos das associações voltados para ideais de solidariedade. Esses resultados reforçam a hipótese de que as lideranças do associativismo civil de Florianópolis constroem seus discursos a partir de valores presentes na teoria da dádiva, ou seja, na explicação das relações não inclusas na lógica do Estado (baseado em razões utilitaristas e nas obrigações legais) ou do mercado (baseado em razões econômicas e nos interesses contratuais). Suas motivações e objetivos estão além de interesses, obrigações ou necessidades.

Aspectos relevantes do perfil das associações civis de Florianópolis

Nessa segunda parte do capítulo III foram analisadas as questões referentes às associações civis de Florianópolis, contidas na amostra da pesquisa e paralelamente, foi feita uma comparação com os resultados da pesquisa realizada, em Belo Horizonte, por Avritzer (1998).

Através dessas análises verificou-se que alguns pontos se apresentaram mais significativos como, por exemplo, a forma ideal de organização civil apontada pelos entrevistados. Nessa pergunta, destacou-se em ambas as pesquisas a forma de associação que possui objetivos comuns, que luta pelo bem comum e pelas necessidades da comunidade. Outras respostas referentes aos tipos de organização também foram significativas como a definição e respeito aos regulamentos e à participação democrática através do consenso, do respeito à diferença e do acesso livre a todos os interessados.

Outro aspecto relevante nessa parte da análise foi quanto às dificuldades de recursos materiais e físicos enfrentadas pelas associações. Mesmo diante dessa realidade, o discurso dos entrevistados não estava voltado diretamente para esses fins, mas sim para o tipo de organização que possui objetivos além do das carências e necessidades. Essa tendência não significa que as associações não se preocupam em sanar esses problemas, mas sim podem indicar que suas lideranças constroem seus discursos a partir de ideais solidários, coletivos e voltados para o bem comum. Esses aspectos estão presentes na teoria da dádiva de Marcel Mauss (1974).

Sobre a abrangência da atuação das associações, foi constatado um aumento da abrangência, que antes era mais voltada para o local³⁰ e nessa amostra apresentou-se mais voltada para o nível estadual. Esse aumento pode ser explicado, em hipótese, pelas relações estabelecidas através de redes e parcerias entre as associações civis. Essas relações podem possibilitar uma expansão da atuação das associações.

Outra característica que se apresentou relevante nessa segunda parte da análise dos dados foi sobre a importância dos meios de comunicação como forma de atuação das associações civis. Uma grande maioria das associações, 95% produz material informativo sobre seus objetivos, lutas e conquistas e, 76% delas utilizam-se desse material como forma de atuação.

³⁰ Os dados sobre a abrangência das associações a nível local encontram-se em Scherer-Warren (1999b).

CAPÍTULO IV

OS TIPOS IDEAIS DO ASSOCIATIVISMO CIVIL

Neste capítulo, serão feitas análises das associações civis pesquisadas e comparações entre os blocos temáticos através dos tipos ideais construídos. Antes, faz-se necessário enfatizar novamente, que esses tipos ideais não são ideários a serem alcançados pelas associações, nem estão passíveis a algum julgamento de valor. Eles cumprem a função de possibilitar análises acerca da realidade empírica e de permitir comparações entre o universo pesquisado³¹.

Esses estudos feitos a partir dos tipos ideais de democracia, participação, autonomia, redes e parcerias possibilitarão a construção de hipóteses sobre o associativismo civil local. Faz-se necessário esclarecer que as questões contidas no questionário não foram elaboradas visando a construção de tipos ideais e sim buscando verificar o perfil e as tendências das associações civis no contexto local.

A possibilidade de estudá-las através desses tipos ideais constituiu uma tentativa de aprofundamento do trabalho, com o objetivo de ir além da construção de um perfil e da verificação das tendências do associativismo civil em Florianópolis.

4.1. Análise do Tipo Ideal de Democracia

Como já foi explicitado no capítulo II, foram construídos dois tipos ideais de democracia: um primeiro referente à democracia representativa, cuja forma da atuação dá-se através da delegação de pessoas eleitas pela maioria para representá-los. O segundo tipo ideal é o de democracia participativa, onde todos os que pertencem a uma determinada associação ou grupo devem participar ativamente das decisões, articulações e demandas, com o menos possível de representantes legais.

Para analisarmos esses tipos ideais, utilizamos as questões aplicadas no questionário referentes à democracia.

³¹ Sobre a construção dos tipos ideais ver capítulo II.

Instância máxima de decisão

Quando perguntamos aos entrevistados quanto à instância máxima de decisão dentro da associação, se ela deve ser da diretoria, da assembleia ou do presidente, obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 7 : Instância máxima de decisão

Instância Máxima de Decisão	Total de Respostas	Porcentagem
Assembleia	80	73%
Diretoria	20	19%
Presidente	5	5%
Não respondeu	3	3%
Total	108	100%

As respostas foram estimuladas e percebemos que a maioria, 73% respondeu que a instância máxima de decisão deveria ser da assembleia. Logo após, 19% respondeu que deveria ser da diretoria, 5% respondeu que cabe ao presidente a instância máxima de decisão e 3% não respondeu.

De acordo com os dados da tabela 7, podemos levantar a hipótese de que há uma tendência, em geral, dos líderes e membros da diretoria do associativismo civil em Florianópolis priorizarem formas democráticas de decisões dentro das práticas internas da associação. Através das respostas dos entrevistados percebemos que, pelo menos no âmbito do discurso, grande parte das lideranças afirmam que a assembleia deveria ser a instância máxima de legitimidade das decisões necessárias à vida associativa.

Como já foi explicitado no capítulo I sobre o conceito de democracia, um aspecto fundamental e até condicional para que exista dentro de uma organização práticas democráticas, é a regra da maioria, ou seja, a regra à base da qual são consideradas decisões coletivas àquelas aprovadas pela maioria daqueles a quem compete decidir (Bobbio, 1986). Nesse sentido, a assembleia passa a ser o espaço de legitimação da democracia dentro das práticas associativas.

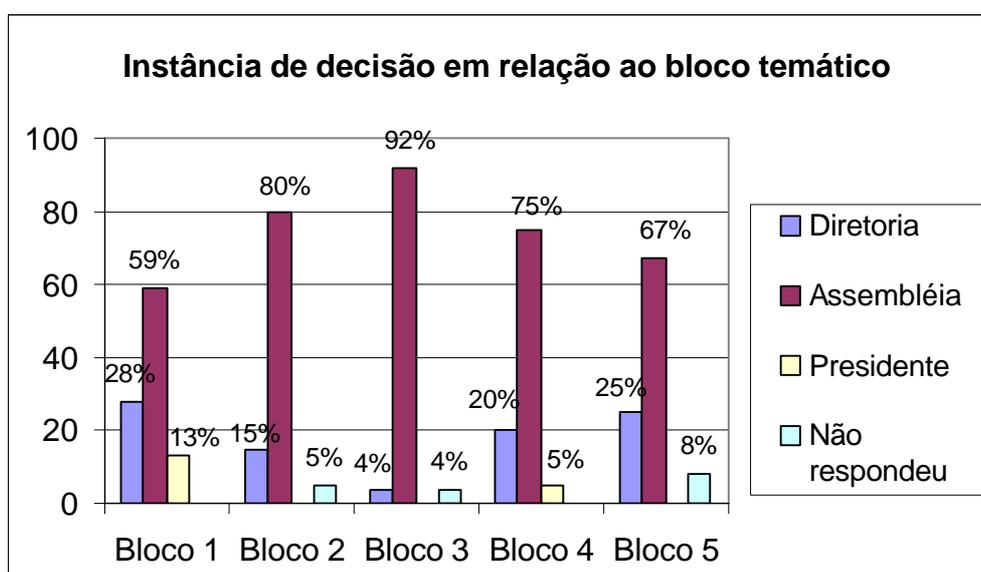
Comparando com a pesquisa realizada em Belo Horizonte por Avritzer (1998), os resultados foram semelhantes: 84,8% dos entrevistados responderam que a instância máxima de decisão deve ser da assembleia, ao passo que 6,9% dos entrevistados são a favor de que a instância máxima de decisão seja do presidente e 8,3% da diretoria. Neste survey, também se

verificou, através da maioria das respostas dos entrevistados, que deve prevalecer no interior das associações civis formas democráticas de decisões, como é o caso da assembléia.

Embora possamos considerar que há uma tendência à democracia participativa presente nos depoimentos das lideranças do associativismo civil florianopolitano, quando verificamos a mesma resposta dividida entre os blocos temáticos, podemos perceber algumas diferenças. De acordo com os tipos ideais de democracia construídos, alguns blocos se aproximam mais do tipo ideal de democracia representativa e outros se aproximam do tipo ideal de democracia participativa.

Faz-se necessário esclarecer que esta pergunta examina a questão da democracia no âmbito do discurso das lideranças e não nas práticas efetivas da associação. Nesse sentido, os blocos que se aproximam mais do tipo ideal de democracia participativa, não necessariamente a utiliza na maior parte de suas decisões. O mesmo se aplica com relação à democracia representativa.

Gráfico XXVIII



Para analisarmos os dados desse gráfico é preciso anteriormente, explicar que o total das porcentagens dos gráficos divididos por blocos temáticos equivalem ao total de respostas de cada bloco. Sendo assim, cada bloco temático constitui uma unidade de análise e possui uma porcentagem própria somando um total de 100%, para cada um.

De acordo com os resultados do gráfico XXVIII, a maior parte das respostas de todos os blocos temáticos foram referentes à assembléia. Entretanto, o bloco temático 1, que

corresponde ao associativismo comunitário e/ou assistencial foi o que mais se aproximou do tipo de democracia representativa, pois foi o bloco que mais respondeu que a instância máxima deveria ser de órgãos representativos como a diretoria e o presidente. Nesse bloco (comunitário), somando as respostas equivalentes aos órgãos de representação, 41% dos entrevistados responderam que a instância máxima deveria ser representativa, sendo que 28% respondeu que deveria ser da diretoria e 13% do presidente. Mesmo que a maioria tenha respondido que cabe a assembléia o poder de decisão, com 59%, esse bloco temático foi o que obteve mais respostas referentes à diretoria e ao presidente e por isso dos 5 blocos foi o que mais se aproximou do tipo ideal de democracia representativa.

Outro bloco temático que se aproximou da democracia representativa foi o 4, associativismo acadêmico, de apoio e/ou assessoria. Nesse bloco, embora 75% das respostas tenham sido em relação à assembléia, ele teve a segunda maior porcentagem de respostas referentes à instâncias representativas, com 5% em relação ao presidente e 20% em relação à diretoria, que somados representam 25% do total das respostas.

O bloco 3, representado pelo associativismo de defesa econômica e profissional foi o que mais se aproximou do tipo ideal de democracia participativa com 92% das respostas referentes à assembléia, 4% das respostas referentes à diretoria e 4% não responderam. Cabe salientar que não houve respostas na opção presidente.

Em seguida temos o bloco 2, associativismo identitário, que foi o segundo a se aproximar da democracia participativa. Nele também não houve respostas referentes ao presidente, embora 15% tenha respondido que cabe à diretoria a instância máxima de decisão e 5% não respondeu. No entanto, 80% dos representantes desse bloco responderam que a instância máxima de decisão deve ser da assembléia.

Finalmente, no bloco 5 (associativismo ligado à cultura) as respostas sobre a instância máxima de decisão foram as seguintes: 25% das respostas referentes à diretoria, 67% referentes à assembléia e 8% não respondeu. Nesse bloco também não se obteve respostas referentes à opção presidente.

Através desses resultados, podemos em hipótese, propor que o bloco temático 1 (comunitário), foi o que mais se aproximou do tipo ideal de democracia representativa, talvez devido a características mais tradicionais que ainda possam estar presentes nesse tipo de organização. Esse bloco representado por associações de bairros, religiosas, escolares, de mútua-ajuda e filantrópico, tem um perfil de atuação a partir do suprimento de carências e de ações assistenciais. Também se considerarmos a história de formação desses grupos em

Florianópolis, percebemos que, num primeiro momento, muitas dessas associações nasceram a partir dos Conselhos Comunitários, que são organizações oriundas de iniciativas do governo com a finalidade de cooptar ou controlar a participação popular de acordo com os seus interesses. Num segundo momento, as associações buscaram uma autonomia em relação à esse conselhos comunitários e frente ao Estado (Franzoni, 1993). Sendo assim, uma das hipóteses que podemos levantar na tentativa de explicar o porquê desse bloco temático ter sido o que mais se aproximou do tipo ideal de democracia representativa é de que as organizações que compõem esse bloco podem trazer ainda resquícios dos modelos tradicionais oriundos de práticas sociais atreladas ao Estado (como era o caso dos conselhos comunitários) e de práticas democráticas voltadas para a representação (como é o caso de decisões tomadas pela diretoria ou presidente).

Já os blocos 3 (econômico e profissional) e 2 (identitário ou novo associativismo), que mais se aproximaram do tipo ideal de democracia participativa, podem ser analisados sob outros aspectos. O bloco 3, representado por associações profissionais e sindicatos, pode ter apresentado esse resultado por possuir um discurso voltado para a democracia, para as decisões em assembleias e para os direitos iguais. Na história da formação sindical florianopolitana, na década de 60 surgiram novas organizações sindicais, que lutavam para romper com as marcas assistencialistas dos sindicatos tradicionais e com os vínculos com o Estado. Essas novas organizações buscavam justamente resgatar o discurso democrático de participação e integração da sociedade civil às práticas de ações coletivas (Scherer-Warren & Rossiaud, 1999). Por isso, a assembleia, órgão legitimador das tomadas de decisões, é muito valorizada por este tipo de associação civil.

O bloco temático 2, representado por associações étnicas, femininas, ambientalistas e de direitos humanos, em hipótese, apresentou um resultado mais direcionado para a democracia participativa, por representarem o “novo associativismo”, ou seja, uma nova forma de organização social voltada para os ideais democráticos, para construção de identidades coletivas e capaz de demarcar um espaço civil diferenciado do espaço político (Avritzer, 1998).

Assuntos decididos em assembléia

Após perguntarmos sobre a instância máxima de decisão, dentro da opinião pessoal de cada entrevistado, num outro momento, perguntamos quais os assuntos dentro da associação que são realmente decididos em assembléia. Obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 8: Assuntos decididos em assembléia

Assuntos decididos	Total de respostas	Porcentagem
Escolha de representantes	96	89%
Administrativos e burocráticos	65	60%
Articulação, parcerias e redes	61	56%
Outros	3	3%

Essa questão era estimulada e de múltipla escolha, ou seja, cada entrevistado poderia ter respondido todas as alternativas. Sendo assim, as porcentagens foram calculadas a partir do número de respostas de cada alternativa em relação aos 108 entrevistados e, por isso, elas excedem a porcentagem de 100%. Essa questão, diferentemente da questão anterior, não avalia as opiniões dos entrevistados, mas sim as práticas existentes nas associações.

A maior parte das respostas foi referente a alternativa "escolha de representantes", com 89%. Depois temos os assuntos administrativos e burocráticos com 60% das respostas, a articulação, as redes e as parcerias com 56% e por fim 3% de outros. A maioria das associações entrevistadas decidem pelo menos uma das três alternativas em assembléia, sendo que, de acordo com as porcentagens, outra parte delas decidem duas ou até mesmo as três opções de respostas na assembléia geral.

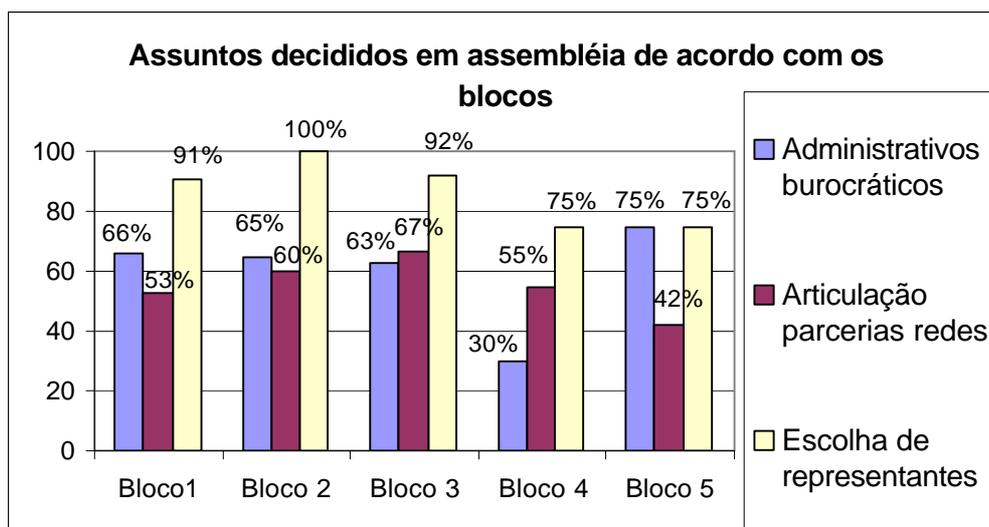
Podemos questionar até que ponto o fato da maior parte das respostas serem direcionadas para decisões tomadas em assembléia, realmente representa uma prática democrática participativa dentro das associações, pois não necessariamente porque os assuntos são decididos em assembléias, todos os membros associados participam delas.

Outro questionamento a ser levantado é que nessa questão as respostas eram de múltipla escolha e, mesmo assim, muitos responderam que a associação decide em assembléia apenas a escolha de seus representantes, deixando as outras decisões para os órgãos representativos da associação. Esse dado pode nos remeter, em última análise, para o fato de que, embora os discursos sejam majoritariamente voltados para o processo de democracia participativa, na prática o que ocorre dentro das associações são as eleições de representantes

que as dirigem e coordenam, ou seja, há uma possibilidade de predomínio das práticas de democracia representativa dentro das associações.

Quando dividimos as respostas por blocos temáticos chegamos aos seguintes resultados apresentados no gráfico abaixo:

Gráfico XXIX



Novamente, para analisarmos os dados do gráfico XXIX é preciso considerar que cada entrevistado poderia ter respondido todas as alternativas e, por isso, o total da soma das porcentagens de cada bloco temático excede 100%.

Na construção dos tipos ideais de democracia, partimos da hipótese de que quanto mais decisões forem feitas em assembléia, na tentativa de comprometer todos os integrantes das associações e de responsabilizá-los através de decisões coletivas, maior seria a participação e mais próxima a associação estaria do tipo ideal de uma prática democrática participativa. Por outro lado, as associações que possuem as menores porcentagens de decisões tomadas em assembléia, demonstraria que as instâncias de decisões são através da representação da diretoria ou do presidente e, por isso, seriam consideradas associações que se aproximam mais das práticas democráticas representativas.

Nesse sentido, os blocos temáticos que mais se aproximaram do tipo ideal de democracia representativa foram respectivamente: o 4 (acadêmico, de apoio e/ou assessoria), com 75% de respostas para escolha de representantes, 55% para articulação, parcerias e redes e 30% para assuntos administrativos e burocráticos e o 5 (cultural), com 75% das respostas referentes a escolhas de representantes, 75% referentes a assuntos administrativos e

burocráticos e 42% referentes a articulação, parcerias e redes. Por fim, o bloco 1 (comunitário), ainda pode ser considerado representante da democracia representativa, pois embora ele tenha tido uma porcentagem de 91% das respostas para a escolha de representantes, as outras decisões tiveram porcentagens menores, com 66% para assuntos administrativos e burocráticos e 53% para a articulação, parcerias e redes. Se a maior parte das decisões tomadas em assembléia referem-se apenas à escolha de representantes, novamente podemos concluir que, em última instância, as práticas democráticas são representativas.

Nesses três blocos (acadêmico, de apoio e/ou assessoria; cultural e comunitário), mesmo tendo o entrevistado a possibilidade de responder todas as alternativas, houve uma menor porcentagem das respostas em comparação com os outros blocos. Esses resultados nos permitem levantar a hipótese de que, nas associações que compõem esses blocos, nem todas as decisões são tomadas em assembléia, sendo que na maioria das associações apenas uma ou no máximo duas das três alternativas de decisão são tomadas junto à assembléia geral. Ainda em relação a esses blocos temáticos, cabe ressaltar que em todos eles a opção que maior número de respostas obteve foi a de escolha de representantes, ou seja, muitas vezes a única decisão tomada em assembléia é aquela que vai delegar aos outros o poder de representar a maioria.

Já os blocos 3 (econômico e de defesa profissional) e 2 (identitário ou novo associativismo) se aproximaram mais do tipo ideal de democracia participativa, sendo que o bloco 2 foi o que mais se aproximou, pois as respostas possuíam as maiores porcentagens, com 100% de respostas para escolha de representantes, 65% para as decisões administrativas e burocráticas e 60% para a opção articulação, parcerias e redes. Em seguida, o bloco 3 teve 92% para escolha de representantes, 67% para a opção articulação, parcerias e redes e 63% para as decisões administrativas e burocráticas.

Sobre esse dois blocos (econômico e de defesa profissional e identitário), podemos, em hipótese, propor que a maioria das associações decidem duas ou até mesmo três das opções levantadas na questão em assembléia. Isso se dá talvez pela natureza das associações contidas nesses blocos, pois o bloco 2, como já vimos anteriormente possui características do novo associativismo civil e o bloco 3 representado por sindicatos e associações profissionais, mantém práticas e discursos voltados para a questão da democracia.

Se compararmos as respostas da pergunta anterior sobre a opinião dos entrevistados em relação à instância máxima de decisão, com as respostas dessa questão que avalia as

práticas das associações, percebemos que os blocos que se aproximaram dos tipos ideais de democracia participativa e representativa foram os mesmos. Em ambas as respostas, os blocos temáticos 2 (identitário ou novo associativismo) e 3 (econômico e profissional) aproximaram-se do tipo ideal de democracia participativa e os outros três blocos temáticos, 1 (comunitário), 4 (acadêmico e de pesquisa) e 5 (cultural), se aproximaram do tipo ideal de democracia representativa. Sendo assim, as hipóteses levantadas na questão anterior mantêm-se também nessa questão, de que algumas associações possuem um discurso mais tradicional e outras possuem um discurso mais democrático, o que representa uma tentativa de romper com antigos padrões de organizações. Essas associações podem pertencer também ao novo associativismo civil, caracterizado por formas democráticas e igualitárias de atuação.

Mesmo que existam diferenças entre a forma como as associações exercem a democracia nas suas práticas internas, partimos do pressuposto teórico de que essas organizações da sociedade civil contribuem para um aprofundamento do processo democrático e, portanto, são um dos vários mecanismos utilizados pelos atores sociais na busca de formas alternativas ou não hegemônicas de democracia (Santos, 2002).

4.2. Análise do Tipo Ideal de Participação:

Outro tipo ideal construído foi o de participação. A participação está diretamente interligada ao conceito de democracia, uma vez que a possibilidade ou não de participar e o engajamento dos associados dentro das práticas associativas são pressupostos básicos dentro de um processo democrático.

Foram criados dois tipos ideais de participação: um referente à participação cidadã ampla onde os indivíduos teriam consciência de seus direitos e deveres de cidadãos e por isso se comprometeriam com o coletivo e com as causas defendidas por suas associações, e outro, referente à participação cidadã restrita onde os interesses corporativos predominariam sobre os interesses coletivos e os indivíduos buscariam benefícios próprios e lutariam por causas corporativas, ou simplesmente não se envolveriam ativamente dentro da associação.

Participação dentro da associação

Uma das perguntas feitas aos entrevistados sobre a questão da participação foi quem deve participar das associações civis.

Tabela 9: Quem deve participar das associações civis

Participação	Total de Respostas	Porcentagem
Grupos específicos / beneficiados	49	45%
Identificam-se com a causa /voluntariado militância	33	31%
Todos os interessados	26	24%
Total	108	100%

Para analisarmos essa pergunta cabe esclarecer que era uma questão aberta e que o procedimento para a obtenção dos dados estatísticos representados na tabela 9, foi equivalente aos das outras perguntas abertas anteriores, ou seja, foram construídas categorias de acordo com cada resposta e, posteriormente, foram agrupadas as respostas equivalentes para a extração das porcentagens.

Da diversidade de respostas contidas em cada questionário foram criadas três categorias diferentes, a partir dos depoimentos dos entrevistados. A primeira categoria refere-se aos grupos específicos, onde 45% das lideranças responderam que deveriam participar das associações civis apenas os grupos específicos aos quais a associação defende, isto é, somente os beneficiados com as possíveis conquistas da associação é que deveriam fazer parte dela.

Deve participar da associação os associados de classe, cada qual na sua classe. Não é possível uma associação só para todas as classes, senão os ricos saem privilegiados e os pobres não (Membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Florianópolis).

Nessa resposta percebemos um discurso em prol da união e defesa de determinados interesses de uma categoria, que no caso é representada pelos trabalhadores rurais. Depoimentos como esse foram agrupados na categoria relativa a grupos específicos. Esse perfil de resposta não apareceu somente nos sindicatos e associações profissionais, mas também em outros tipos de associações como é o caso das associações feminina e de mútua-ajuda representadas abaixo:

Deve fazer parte da associação, mulheres com disponibilidade de tempo e que não sejam muito jovens, porque certas entrevistas que são feitas aqui, podem constranger a paciente quando a atendente é muito jovem (Membro da Rede Feminina de Combate ao Câncer).

Nesse depoimento a restrição não se dá apenas no caso de serem mulheres, mas também em relação à faixa etária das participantes, que se torna um fator importante a ser considerado no processo de filiação na associação.

É preciso que participem pessoas emocionalmente equilibradas, bem resolvidas, desprendidas, dispostas a pagar o preço pelo sacrifício de fazerem parte de uma associação. Pessoas sábias e prontas para atender (Membro do Projeto Siloé).

Nesse discurso os pré-requisitos para a filiação na associação são mais subjetivos do que nos dois anteriores, pois estão caracterizados por valores que o entrevistado considera imprescindível no perfil do participante. Todavia, esses três depoimentos apresentam restrições para a filiação em algumas associações e por isso foram agrupados na categoria de grupos específicos ou beneficiados.

É preciso atentar para o fato de que, muitas vezes, a limitação à participação de algum grupo dentro de uma associação deve-se a especificidade da própria associação – como por exemplo associações profissionais ou grupos específicos, como a associação filatélica de colecionadores de selos – e não à simples tentativa de “seleção” de alguns participantes que o grupo julgue apropriado para compor a associação, como é o caso de alguns depoimentos apresentados. Mesmo assim, essas associações foram agrupadas dentro da categoria “grupos específicos e beneficiados”, pois mesmo que a restrição tenha se apresentado de maneiras distintas nas respostas dos entrevistados (algumas são “escolhas”, outras são o objetivo da associação ou o grupo que ela representa), o processo de filiação (que muitas vezes é restrito) apareceu (nas respostas dos entrevistados) separado da possibilidade de participação e contribuição dentro da associação.

Num estudo desenvolvido por Pedrini (1998), sobre algumas associações do Vale do Itajaí, a autora constatou também essa forma de envolvimento por meio da identificação com a luta e a causa da associação:

As ações voluntárias dessas associações, envolvendo àqueles que se sensibilizam pelas suas lutas, anunciam que é possível uma atitude que não seja apenas a da busca de benefícios pessoais. Estimulam uma visão de responsabilidade situacional, motivando outros a optarem por um engajamento social (Pedrini, 1998:61).

Na presente amostra, várias respostas referiam-se à possibilidade de participação de todas as pessoas que se identificassem com a proposta da associação indistintamente ou, que apenas quisessem contribuir de alguma maneira para sua causa. Por isso, a segunda categoria criada a partir das respostas foi referente aos que se identificam com a causa defendida pela associação. Nessa categoria, 31% responderam que, mais do que os grupos específicos, deveriam participar das associações àqueles que se identificam com a causa defendida, àqueles que querem contribuir voluntariamente para a associação, sem necessariamente se beneficiarem com as possíveis conquistas por ela alcançadas.

Pode participar qualquer pessoa que esteja realmente sensibilizada com a causa específica da organização e que se disponha a realmente participar das atividades propostas (Membro da Associação Cultural Orquestra Sinfônica de Santa Catarina).

Para participar é preciso que todos se identifiquem com a missão da entidade (Membro da Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social).

Devem participar das associações civis aquelas pessoas que tenham alguma identidade e sensibilidade com a causa defendida pela associação (Membro da Associação Catarinense de Proteção aos Animais).

Todas essas respostas apontam para uma única exigência de participação, que os associados se identifiquem, se sensibilizem, acreditem na causa defendida pela associação e, não necessariamente, que eles sejam os beneficiados diretamente com as conquistas alcançadas por ela, como é o caso dos grupos específicos.

Por fim, a última categoria criada a partir dos depoimentos contidos no questionário foi com relação aos que responderam que não deve haver limites para a participação dentro de uma associação, ou seja, todos os interessados devem e podem contribuir de alguma maneira com a sua participação nas organizações civis. Essa categoria se diferencia da anterior na medida que os entrevistados não colocaram em nenhuma das respostas condições à participação, como por exemplo a identificação pessoal com a causa defendida pela associação. Pelo contrário, não havia qualquer restrição para colaborar e participar dentro das associações. Essa resposta teve um total de 24%.

Deve participar da associação todas as pessoas interessadas, independentemente de raça, cor ou religião (Membro da União de Negros pela Igualdade – Santa Catarina).

Deve participar todas as pessoas interessadas, incluindo os colaboradores, os voluntários, os parceiros, a família, a universidade, etc. Enfim todos devem participar. (Membro da Irmandade do Divino Espírito Santo).

Pode participar das associações toda pessoa interessada de uma forma ou de outra e indistintamente (Membro da Federação Espírita Catarinense).

De acordo com os tipos ideais construídos, consideramos que as respostas referentes a “grupos específicos ou beneficiados” representam o tipo ideal de participação cidadã restrita, pois o ato de participar pode estar ligado tanto a interesses restritivos de setores sociais específicos, quanto a ganhos e interesses corporativos através das conquistas da

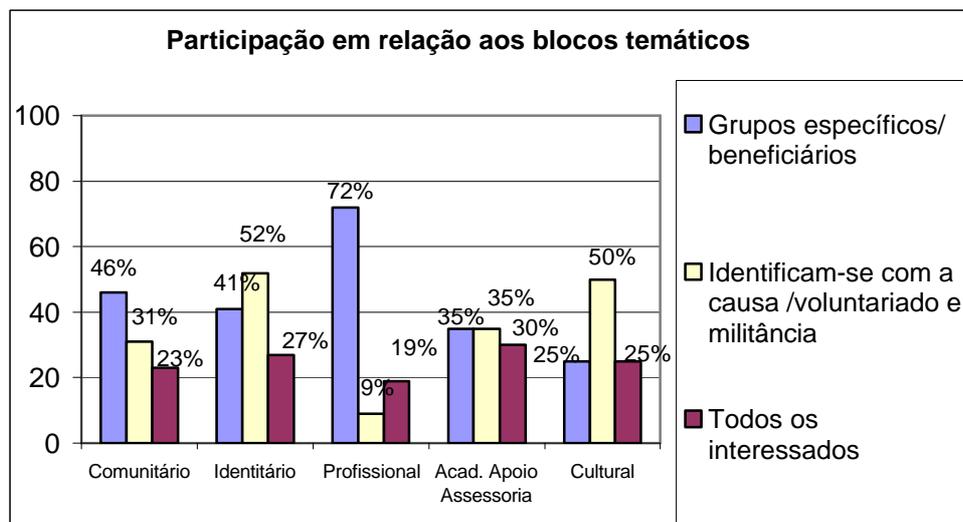
associação. Já o tipo ideal de participação cidadã está representado pelas respostas “identificam-se com a causa/voluntariado/militância” e “todos os interessados”. Nessas opções a contribuição para o bem comum, a identificação com causas coletivas ou o simples interesse em participar e contribuir com uma associação caracterizam o que chamamos de participação cidadã ampla.

A partir dos resultados representados na tabela 8, verificamos que a maioria das respostas 55% foram referentes a participação cidadã ampla, sendo que 31% refere-se à identificação com a causa, o voluntariado e a militância e 24% refere-se à participação e colaboração de todos. Em contrapartida 45% responderam que deveriam participar os grupos de interesses ou os beneficiados.

Podemos levantar a hipótese de que a maior parte das lideranças entrevistadas acreditam que devem participar das associações civis grupos que entendem a participação como um ato cidadão amplo e que deve contribuir na construção do coletivo. A partir dos discursos dessas lideranças, o associativismo civil em Florianópolis aproxima-se do tipo ideal de participação cidadã ampla, ou seja, devem participar das associações pessoas que desejam alcançar objetivos além de seus interesses pessoais e individuais, pessoas que acreditam que o ato de participar não é apenas um ato voluntário de tomar parte de algo, mas sim uma prática cidadã, onde o termo participação articula-se com o de cidadania e onde o ato de participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo (Gohn, 2001).

Analisando as respostas acima, referentes a quem deve participar das associações, em relação aos blocos temáticos temos o seguinte resultado:

Gráfico XXX



Os blocos temáticos 1 (comunitário) e 3 (profissional e ligado a causas econômicas) foram os que mais se aproximaram do tipo ideal de participação cidadã restrita, sendo que o bloco 3 se aproximou mais desse tipo do que o bloco 1.

No bloco 3, 72% responderam que apenas os grupos específicos, os beneficiados deveriam participar das associações, 19% responderam que deveriam participar todos os interessados e apenas 9% responderam que deveriam participar os que se identificam com a causa defendida pela associação. Essa alta porcentagem pode ser explicada pelo fato desse bloco conter especificamente associações ligadas à defesa profissional, econômica e sindicatos. Nessas associações, embora predomine um discurso democrático, conforme a análise em relação às questões sobre o tipo ideal de democracia, a questão da participação apresentou-se mais restrita, mais ligada aos benefícios e interesses dos participantes. Essa tendência pode-se explicar devido a própria natureza da associação, ou seja, a representação e defesa de categorias profissionais ou grupos econômicos.

Já no bloco 1 (comunitário), 46% responderam que devem participar os grupos específicos/beneficiados, 31% responderam que devem participar os que se identificam com as causas, o voluntariado e a militância e 23% responderam que todos os interessados devem participar das associações. Esse bloco contém associações cujos objetivos referem-se a melhorias de bairros como é o caso das associações de moradores, à filantropia através das associações assistencialistas religiosas, ou objetivos de ajuda mútua, saúde, comunitária e escolares. Essas características podem explicar uma maior participação cidadã restrita

presente nesse bloco temático, uma vez que esses objetivos estão voltados para o suprimento de carências e assistencialismo.

Em contrapartida, o bloco 5 (cultural), foi o que mais se aproximou do tipo ideal de participação cidadã ampla, com 50% das respostas para os grupos que se identificam com a causa da associação, 25% responderam que todos os interessados deveriam participar e 25% responderam que somente os grupos específicos. Esse bloco pode ter tido uma grande porcentagem de respostas referentes aos grupos que se identificam com a causa por se tratar de associações que buscam valorizar aspectos sócio-culturais ou associações com objetivos de promover eventos culturais como orquestra, coral, entre outros. Esses objetivos apontam para uma necessidade de adesão dos associados às causas e suas conquistas não estão voltadas diretamente para ganhos materiais, como é o caso da maioria das associações presentes no bloco 1.

O bloco 2 (identitário ou novo associativismo), também se aproximou do tipo de participação cidadã ampla, com 52% de respostas para os que se identificam com a causa, 27% para todos os interessados, dando um total de 79% de respostas contra 41% que responderam que devem ser os grupos específicos. Esse bloco temático, como já foi explicitado anteriormente, possui associações com características do novo associativismo civil. Nessa amostra os dados referentes a esse bloco têm corroborado as hipóteses de que esse novo associativismo possui práticas mais democráticas, igualitárias e cidadãs, na direção da universalização de seus valores.

Por fim, temos o bloco 4 (acadêmico de apoio e/ou assessoria), que foi o segundo a se aproximar da participação cidadã ampla, com 65% da soma das respostas entre os que se identificam com a causa e todos os interessados e somente 35% com respostas referentes à participação dos grupos específicos/beneficiados. Nesse bloco as respostas foram as mais equivalentes e, por se tratar de um bloco com associações cujos objetivos estão voltados para pesquisa, assessoria ou apoio, a possibilidade de participação nem sempre está vinculada às conquistas materiais, ou seja aos beneficiados. Talvez esse motivo possa explicar uma porcentagem equivalente entre os que se identificam com a causa e os grupos específicos.

Motivos da participação

Outra pergunta referente à participação foi sobre quais os motivos que levavam o entrevistado a participar da associação. Nesse sentido, obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 10: Motivos da participação na associação.

Motivos da Participação	Total de Respostas	Porcentagem
Trabalhar por algum tipo de mudança social	81	75%
Fortalecer a associação internamente	77	71%
Participar de um ambiente coletivo	72	66%
Alcançar o objetivo material proposto pela associação	56	52%
Outro	26	24%

Essa pergunta era estimulada e de múltipla escolha, por isso a soma das porcentagens excede 100%. Segundo os resultados representados na tabela 10, percebemos que a maior parte das respostas sobre o que motiva o entrevistado a participar da associação está além das carências, das necessidades individuais e das conquistas materiais que a associação possa adquirir. Na tabela, 75% dos resultados referem-se a motivações relacionadas a trabalhar por algum tipo de mudança social, 71% ao fortalecimento da associação internamente, 66% participar de um ambiente coletivo e 24% responderam a opção outro.

Na pesquisa realizada por Avritzer (1998), em Belo Horizonte, também verificou-se uma baixa porcentagem de respostas em comparação com as outras sobre o motivo da participação relacionado com os benefícios materiais propostos pela associação. Nessa pesquisa, 37% responderam que o motivo da participação é trabalhar por algum tipo de mudança social, 31% responderam que é para participarem de um ambiente coletivo, 30% afirmaram ser pelo fortalecimento interno da associação e por fim, 12% responderam que sua motivação é alcançar os benefícios materiais propostos pela associação.

Os resultados de ambas as pesquisas apontam uma tendência diferente de algumas literaturas sobre a ação social coletiva e suas motivações. Autores como Olson (1999), fazem parte de uma vertente da teoria política contemporânea que supõe que uma contribuição para o bem comum não explicaria o motivo pelo qual os indivíduos participam de organizações ou grupos sociais. Na teoria do autor, os indivíduos não agiriam para alcançar seus objetivos coletivos ou grupais a menos que haja uma coerção que os force a tanto ou, que haja algum incentivo à parte, como por exemplo, que eles não tenham que arcar com o ônus para a obtenção desses benefícios. Nas palavras do autor, “embora todos os membros de um grupo tenham conseqüentemente um interesse comum em alcançar algum benefício coletivo, eles não têm nenhum interesse comum no que toca a pagar o custo do provimento desse benefício

coletivo” (Olson, 1999:33). Sendo assim, a participação em grupos ou organizações que lutam por causas coletivas só poderia ser explicada através da “teoria dos grupos latentes”. Essa teoria afirma que os grupos latentes possuem o que o autor chama de “incentivos seletivos”, ou seja, só é possível que um indivíduo usufrua os ganhos coletivos se ele dividir os custos decorrentes desses processos. Isso ocorre quando os participantes acreditam que o ganho pessoal ao obter o benefício coletivo é maior do que o custo que eles teriam para provê-lo, ou quando o ganho para o grupo excede do ganho individual.

Olson (op. cit), foi um dos alicerces teóricos utilizados por diversos autores³² no desenvolvimento da teoria da Mobilização de Recursos. Essa teoria foi amplamente criticada por pesquisadores como Jean Cohen (1995) apud Gohn (1997).

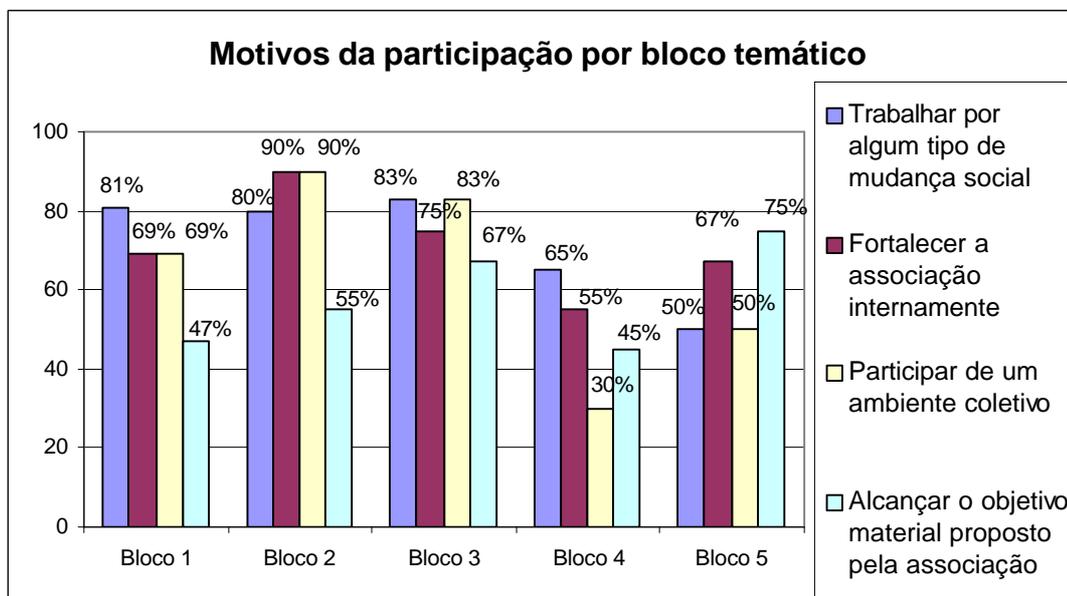
A autora (Cohen) destacou que a Mobilização de Recursos excluía valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos sociais estudados. A despeito das diferenças entre as várias versões da teoria, essa analisou as ações coletivas segundo uma lógica de interação custo-benefício, insistindo sobre a racionalidade instrumental da ação coletiva. Cohen argüiu ainda que Olson errou em caracterizar aqueles que se mobilizam nas ações coletivas como indivíduos desorganizados, porque eles se organizam em grupos de solidariedade (Gohn, 1997:56).

Se considerarmos que essa pergunta era de múltipla escolha, ou seja, cada entrevistado poderia responder mais de uma opção, percebemos o quanto a alternativa alcançar o objetivo material proposto pela associação foi menos representada em comparação com o total geral das outras respostas. Esses resultados nos mostram que, nessa amostra, os motivos da participação nas associações apontados pelos entrevistados estão além das conquistas materiais. Isso não significa que eles não buscam tais conquistas, mas que esse motivo não caracteriza-se como o único objetivo possível para a participação de um indivíduo em uma associação como afirma a teoria de Olson (op. cit). Nesse sentido, essa pergunta complementa os dados da pergunta anterior e reafirma a hipótese de que o associativismo civil de Florianópolis, num âmbito geral, privilegia formas cidadãs amplas de participação e que as motivações de seus participantes estão além das explicações referentes à necessidades e carências.

³² Ver Oberschall (1973), McCarthy e Zald (1973), Gusfield (1970) apud Gohn (1997).

Ao dividirmos a questão dos motivos da participação em relação aos blocos temáticos, obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico XXXI



Para analisarmos os dados do gráfico XXXI, é preciso considerar que a questão era de múltipla escolha e que por isso a somatória das porcentagens de cada bloco temático excede à soma de 100%, pois os entrevistados poderiam ter respondido todas as alternativas.

Se direcionarmos a análise para a resposta “alcançar o objetivo material proposto pela associação”, verificaremos que o bloco temático que mais se aproximou do tipo ideal de participação cidadã restrita foi o 5 (cultural), pois é o bloco que possui uma porcentagem maior de respostas referentes a esse objetivo. Contudo, não podemos afirmar que esse bloco apresenta nas práticas de seus integrantes a idéia de corporativismo, particularismo ou individualismo, pois os dados não nos permitem tais conclusões. O que podemos observar é que se compararmos essa resposta do bloco 5, com as respostas dos outros blocos referentes à alcançar o objetivo material proposto, observaremos que esse foi o bloco com maior percentual.

Se direcionarmos a análise dos dados para a categoria “trabalhar por algum tipo de mudança social” observaremos que o bloco temático que mais se aproximou do tipo ideal de participação cidadã ampla foi o bloco 3 (econômico e de defesa profissional), com 83% das respostas. Em seguida temos o bloco 1 (comunitário), com 81% e o bloco 2 (identitário ou novo associativismo), com 80% das respostas para essa opção.

Um fato interessante de ressaltar é que mesmo os blocos temáticos que possuem associações com os objetivos ligados à conquista de causas materiais, como é o caso do bloco 1 que possui associações de bairros, filantrópicas e de mútua-ajuda e do bloco 3 que possui associações empresariais, sindicais e patronais, as motivações levantadas pelos entrevistados para a participação nas associações não são, na maioria, relacionadas a ganhos e conquistas e sim a trabalhar por algum tipo de mudança social, participar de um ambiente coletivo e fortalecer a associação internamente.

Finalmente se compararmos as porcentagens individuais de cada bloco verificamos que os que mais se aproximam do tipo ideal de participação ampla são o 1 (comunitário) e o 4 (acadêmico de apoio e/ou assessoria), pois foram os blocos cuja opção trabalhar por algum tipo de mudança social excedeu das outras opções.

Independente dessas três possibilidades de análise dos dados, observamos que há em geral uma tendência das lideranças das associações civis presentes na amostra construírem um discurso voltado para uma participação cidadã e para a busca de uma mudança social.

Contribuição dos membros

Na questão referente à contribuição, perguntamos como os membros devem contribuir para a associação, com trabalho voluntário, com apoio financeiro ou com ambos. Obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 11: Sobre como os membros devem contribuir para a associação

Contribuição dos Membros	Total de Respostas	Porcentagem
Ambos (apoio voluntário e financeiro)	82	75%
Trabalho voluntário	19	18%
Apoio financeiro	5	5%
Outro	2	2%
Total	108	100%

Na opinião das lideranças das associações civis, 75% responderam que os associados devem contribuir para a associação com trabalho voluntário e apoio financeiro, 18% responderam que deveriam contribuir somente com trabalho voluntário, 5% respondeu somente com apoio financeiro e 2% respondeu outro.

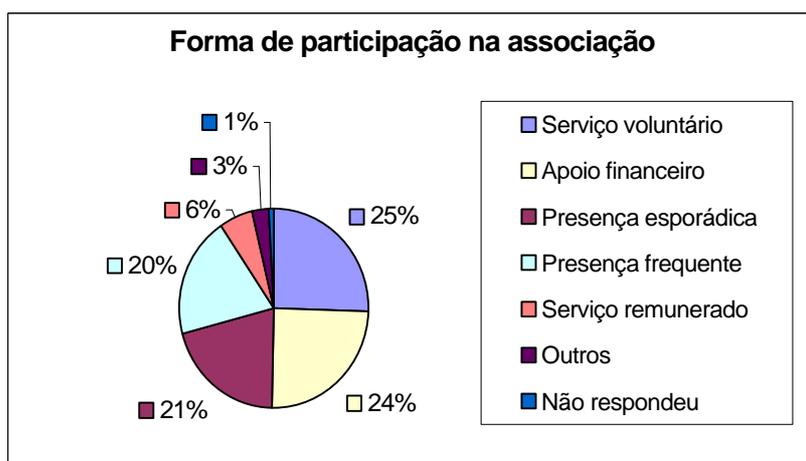
As respostas apontam para uma grande tendência entre os entrevistados de priorizarem a participação não somente através da contribuição financeira nem apenas com trabalho voluntário, mas sim com ambos. Essa tendência pode ser explicada pela necessidade das associações em conseguirem pessoas engajadas que dedicam seu tempo à elas e ao mesmo tempo pela necessidade de financiamento de seus projetos. Como veremos a seguir, no tipo ideal de autonomia, a questão da autonomia financeira das associações é muito debatida entre seus membros. Sendo assim, num plano ideal, as lideranças acreditam que os associados devem contribuir com ambos, trabalho voluntário e apoio financeiro.

Essa pergunta fortalece mais uma vez a hipótese de que as lideranças do associativismo civil de Florianópolis, mantêm em seus discursos, a idéia de que participar vai além de busca de interesses, de ganhos materiais ou, até mesmo, da simples idéia de que participar é fazer parte integrante de um grupo. Segundo os entrevistados, participar exige comprometimento através de trabalho voluntário, dedicação de tempo, identificação com a causa, contribuição financeira, necessidade de transformação e construção de identidades coletivas.

Formas de participação

Num outro momento perguntamos aos entrevistados como a maioria dos associados participa da associação. Obtivemos os seguintes dados:

Gráfico XXXII



Se na pergunta anterior foi analisada a opinião de cada entrevistado quanto à forma em que os membros das associações devem participar, nessa questão analisaremos como a maioria dos associados realmente participa das associações.

As respostas eram estimuladas e de múltipla escolha e, de acordo com o gráfico XXXII, vemos que existem quatro formas de participação na associação que se aproximam e que são mais recorrentes. A primeira, com 25% refere-se à participação através de serviço voluntário. Logo após, com 24% temos o apoio financeiro, que foi a segunda forma de participação dentro da associação mais elencada pelos associados. Esses dois primeiros resultados apontam que, assim como na opinião dos entrevistados verificada na questão anterior, quando se trata da prática efetiva a maioria dos membros das associações também participa com trabalho voluntário e com apoio financeiro.

A terceira forma de participação da maioria dos associados é com presença esporádica nos eventos e reuniões com 21% de respostas e, logo em seguida, com 20% temos a presença freqüente nos eventos e reuniões. Esses dados nos mostram que no âmbito da prática das associações civis nem sempre a maioria dos associados se fazem presentes nas reuniões ou eventos promovidos.

Nenhuma das 4 respostas acima sobre como a maioria dos associados participa da associação se mostrou com porcentagem significativa perante às demais, o que nos mostra que as formas de participação dentro das associações se dividem entre o trabalho voluntário, o apoio financeiro e a presença esporádica de uns e freqüente de outros nos eventos e reuniões. Por fim, com bem menos representação temos o serviço remunerado com 6%, a opção outros com 3% e 1% não respondeu.

Nessa questão avaliamos as práticas da maioria dos associados e não o discurso. Nesse sentido, novamente tanto o trabalho voluntário, quanto o apoio financeiro obtiveram uma porcentagem relativa. Como as questões eram de múltipla escolha, as porcentagens são calculadas automaticamente pelo número de respostas e não pelo número de pessoas que responderam. Isso significa que a participação através de trabalho voluntário e apoio financeiro pode ser dada concomitantemente. Já, as respostas referentes a presenças esporádicas e freqüentes nos eventos e reuniões são eliminatórias entre si, ou seja uma mesma pessoa não pode ter ao mesmo tempo uma presença esporádica e freqüente nos eventos e reuniões. Sendo assim, concluímos que é quase equivalente o número de pessoas que participam freqüentemente das atividades da associação com o número de pessoas que participam esporadicamente.

Mesmo assim, de acordo com os dados do gráfico XXXII podemos perceber que há um engajamento dos associados junto à associação e que as formas de participação muitas vezes se inter cruzam ou se alternam entre as alternativas acima levantadas.

4.3. Análise do Tipo Ideal de Autonomia

O terceiro tipo ideal que vamos trabalhar é o de autonomia. Esse conceito precisa estar ancorado a outros conceitos para que se compreenda em relação ao que ou a quem se busca a autonomia. Foram construídos quatro tipos ideais distintos com relação à autonomia. Os dois primeiros referem-se à idéia de autonomia financeira e os dois seguintes à idéia de autonomia nas relações externas da associação com outras organizações, tanto estatais como política partidárias, que chamamos de autonomia organizativa.

Os dois tipos de autonomia em relação à questão financeira são: autonomia financeira ampla que são as associações cujos financiamentos vêm dos próprios associados, da promoção de eventos ou de doações livres de indivíduos e a autonomia financeira restrita, que são as associações cujos financiamentos vêm por meio dos órgãos públicos, empresas privadas ou órgãos internacionais.

Os outros dois tipos de autonomia foram construídos em relação as relações das associações com os partidos políticos e com os órgãos públicos. Sendo assim, temos a autonomia organizativa ampla, que são as associações que não possuem relações formais com os órgãos públicos e com os partidos políticos e a autonomia organizativa restrita que são justamente as que possuem relações formais com o Estado e com os partidos.

4.3.1. Autonomia Financeira

Fontes de recursos

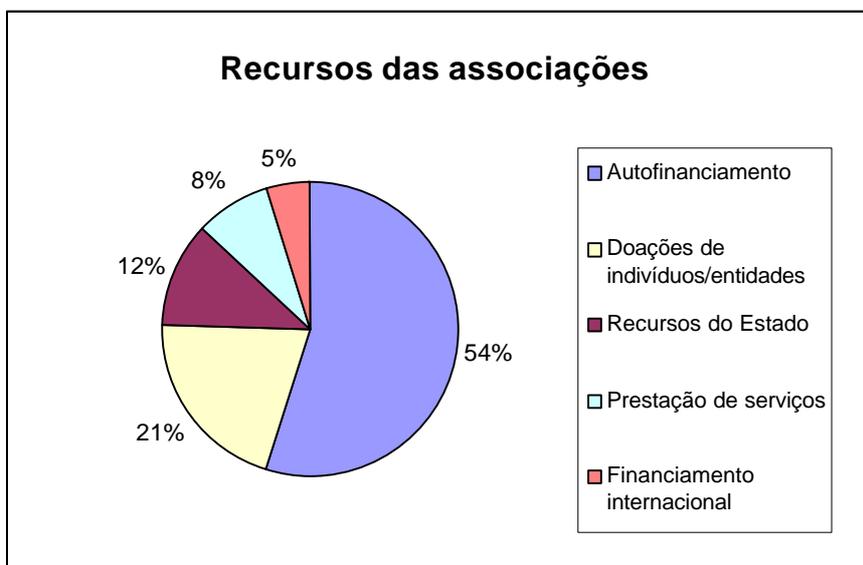
Existe um amplo debate sobre a questão da autonomia financeira das associações civis sem fins lucrativos.

De fato, as variadas estratégias de obtenção de recursos acionadas pelas organizações sem fins lucrativos não são neutras ou apenas técnicas, mas sim pressupõem, para conjuntos distintos de entidades, relações diversificadas com setores sociais e campos institucionais variados. O único tipo de financiamento que todas recebem é o indireto do Estado, através de determinadas isenções fiscais (sendo que, como se sabe, alguma parte delas pode qualificar-se a imunidades fiscais através do reconhecimento, pelo Estado, de estatuto específico, como é o caso do Certificado de Filantropia) (Landim & Beres, 1999:43).

Landim e Beres (op. cit) afirmam que existe uma relação entre as alianças ou parcerias realizadas em função dos financiamentos e as posições históricas, práticas ou ideológicas das associações e que essa relação apresenta-se de maneira diferenciada para cada tipo de entidade.

As fontes de financiamento das associações civis têm origens governamentais ou privadas, nacionais ou internacionais e se dão através de convênios, contratos, doações, parcerias ou redes. Elas podem originar-se também da geração própria de recursos através de taxas pagas pelos associados, venda de produtos, promoção de eventos, prestação de serviços, ou outros. Perguntamos então, às associações pesquisadas, quais são as fontes de recursos que elas dispõem e obtivemos os seguintes resultados representados no gráfico a seguir:

Gráfico XXXIII



De acordo com o gráfico XXXIII, 54% das respostas foram referentes ao autofinanciamento das associações, que podem ser através da contribuição dos membros ou da realização de eventos. Em seguida, temos 21% das fontes de recursos através de doações de indivíduos ou entidades privadas, 12% oriundas de recursos do Estado, 8% de prestação de serviços e 5% de financiamento internacional.

Como podemos verificar, a maior parte dos recursos das associações civis de Florianópolis vêm do seu autofinanciamento através da contribuição de seus membros ou da realização de eventos e não de recursos externos do Estado, doações, agências financiadoras ou recurso internacional, como sugere a literatura (Bailey, 2000) ou o imaginário que se tem

dessas organizações e de seus papéis na sociedade, no qual deveriam ocupar maior peso as doações voluntárias de indivíduos ou instituições (Landim & Beres, 1999).

Para Bailey (op. cit), a maioria das organizações da sociedade civil são de base, ou seja, trabalham em benefício dos pobres e excluídos, portanto, sua base social é bastante empobrecida, não permitindo uma contribuição financeira, mas sim contribuições através de apoio voluntário, em forma de doação de alimentos ou cedendo espaços físicos para reuniões.

Nas associações presentes nessa amostra, a contribuição dos membros se dá em sua maioria, através tanto do trabalho voluntário quanto do apoio financeiro³³. As hipóteses que podemos levantar na tentativa de explicarmos essa tendência é de que pode haver um envolvimento de pessoas com poder aquisitivo suficiente para este tipo de doação, como nos apontam os resultados sobre a renda dos entrevistados (gráfico IX), ou então, que o apoio institucional é tão irrelevante que elas se vêm compelidas a se autofinanciar para poderem existir.

Comparando esses resultados com a pesquisa de Avritzer (op. cit), vemos que os dados se mostram semelhantes: 61% dos recursos vêm da contribuição dos membros; 38% vêm de autofinanciamento através da realização de eventos; 22% de recursos de Estado e 8% de financiamento internacional. As porcentagens excedem ao valor de 100% por tratar-se de uma pergunta de múltipla escolha.

Em ambas as pesquisas é significativa a forma como as associações civis financiam ou autofinanciam as suas atividades através da contribuição direta dos seus filiados ou através da realização de eventos. Nesse sentido, é possível levantar a hipótese de que cada vez mais as associações buscam ou são obrigadas a buscar uma autonomia financeira ampla, principalmente em relação ao Estado que apresenta uma pequena porcentagem no auxílio de financiamentos para as associações.

Em outra pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), sobre as fontes de recursos das organizações privadas sem fins lucrativos no Brasil em 1995, constatou-se que 68,3% da receita das associações são próprias, 17,2% vêm de doações privadas, sendo 14% de indivíduos e 3,2% de empresas e 14,5% vêm do governo. Nessa pesquisa também verificou-se uma grande porcentagem de autofinanciamento por parte das associações e a hipótese levantada pelas autoras dessa pesquisa é de que “a sustentação das organizações voluntárias através da geração de recursos próprios é naturalmente mais pronunciada onde a

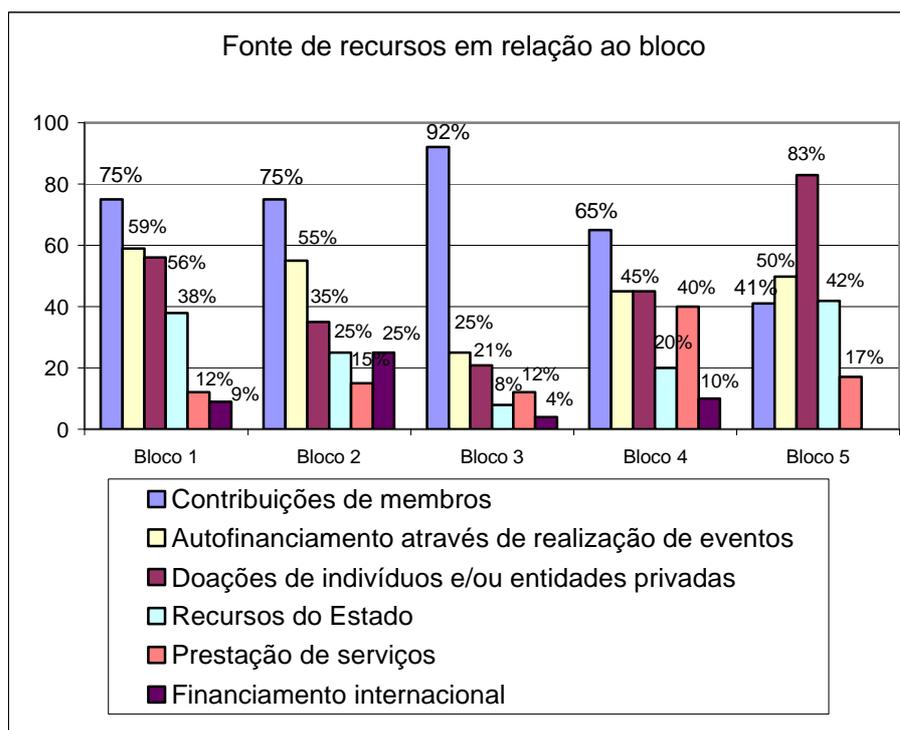
³³ Ver gráfico XXXIII sobre a forma de participação.

doação privada é limitada e onde há pouca disponibilidade de financiamento governamental por razões políticas ou outras” (Landim e Beres, 1999:49/50).

Uma outra hipótese que podemos levantar na tentativa de explicarmos o alto índice de financiamento das associações através de doações de indivíduos ou entidades privadas é uma possível falta de confiança no Estado como provedor de políticas sociais de saúde, educação, transporte, habitação e até mesmo políticas ambientais sustentáveis. Nesse sentido, os indivíduos ou as entidades preferem confiar nas organizações não governamentais como alternativas de construção de propostas ou soluções, mesmo que imediatistas ou assistenciais.

Dando continuidade a análise à respeito da autonomia financeira das associações, dividimos a resposta anterior referente às fontes de recursos de acordo com os blocos temáticos e obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico XXXIV



Para a compreensão desse gráfico é preciso considerar que as respostas eram de múltipla escolha e por isso a somatória das porcentagens de cada bloco temático excede do valor de 100%. Nesse gráfico a alternativa “autofinanciamento” foi dividida em duas formas distintas: a primeira através da contribuição dos membros e a segunda através da realização de eventos, como nos mostra as duas primeiras categorias de resposta representadas no gráfico

XXXIV. Essa divisão foi feita com o intuito de verificarmos qual a maneira mais recorrente que as associações se autofinanciam.

De acordo com o gráfico XXXIV o bloco temático que mais se aproximou do tipo ideal de autonomia financeira ampla foi o bloco 3 (econômico e de defesa profissional), com 92% do financiamento através da contribuição dos membros, 25% do financiamento vindos através da realização de eventos, 21% de doações de indivíduos ou entidades privadas, 8% de recursos do Estado, 12% de prestação de serviços e 4% de financiamento internacional. Nesse bloco pudemos verificar que o autofinanciamento se dá, em grande maioria, através da contribuição dos membros. Esse auto índice de contribuição pode ser explicado pelo fato desse bloco representar as associações de defesa profissional, sindicatos e associações empresariais ou patronais. Em muitos casos, os membros desse tipo de associativismo contribuem mensalmente com uma porcentagem do salário para a manutenção da associação. Essa contribuição pode ser feita a partir de um comprometimento ou até mesmo de uma obrigatoriedade, (o que facilita muito na obtenção de recursos), pois dependendo da categoria existem taxas para essas organizações, que já vêm descontada em folha de pagamento. Interessante perceber também que, em comparação com os outros blocos, esse bloco 3 conta com o menor percentual de apoio por parte do Estado, somente 8% de seus recursos vêm de fontes governamentais.

O segundo bloco a se aproximar do tipo ideal de autonomia financeira ampla foi o bloco temático 2 (identitário ou novo associativismo), com 75% do financiamento vindo da contribuição dos membros e 55% através da realização de eventos. Se compararmos com o bloco 3 analisado anteriormente, verificamos que no bloco 2 o autofinanciamento se dá de maneira mais equilibrada entre a contribuição dos membros e a realização de eventos, embora a contribuição ainda se apresente a forma predominante.

Uma característica que podemos perceber nos resultados do bloco 2 é que este apresentou a maior porcentagem de doações de entidades internacionais em comparação com os outros blocos com 25%. Na tentativa de explicarmos essa característica, podemos considerar os tipos de associações que compõem esse bloco como: associações ambientais, de defesa étnica e de minorias culturais e de direitos humanos. Esses tipos de associações são os que mais contam com apoio financeiro de organizações internacionais por dois grandes motivos: primeiro porque estão organizadas de maneira a receberem esse tipo de financiamento, por exemplo, é mais provável que uma ONG ambientalista possua todas as exigências burocráticas necessárias para a obtenção de recursos internacionais do que uma

associação de bairro; em segundo lugar porque os temas e objetivos defendidos por esse tipo de associativismo são mais priorizados pelas agências financiadoras internacionais devido a história desse vínculo financeiro.

Começando a se formar em pleno regime militar e na área da oposição política, as alianças com as agências financiadoras internacionais – na sua grande maioria, cristãs e inspiradas por ideais igualitários e democratizantes – foi condição de existência desse conjunto de organizações que, durante boa parte de sua história, apresentaram relações distanciadas com o Estado e com a ação filantrópica empresarial (Landim e Beres, 1999:44).

Atualmente, mesmo que tenha acontecido mudanças nesse quadro, ainda verificamos uma relação estreita entre as ONGs e as agências internacionais. Numa pesquisa realizada junto às ONGs associadas a ABONG em 1994, verificou-se que 76% de seus recursos eram oriundos de financiamento internacional (Landim e Cotrin, 1996 apud Landim e Beres, 1999).

O terceiro bloco que representa o tipo ideal de autonomia financeira ampla é o bloco 1 (comunitário), com 75% dos recursos oriundos da contribuição dos membros, 59% através da realização de eventos, 56% de doações de indivíduos ou entidades privadas, 38% de recursos do Estado, 12% de prestação de serviços e 9% de financiamento internacional. Embora o bloco 1 tenha apresentado uma grande porcentagem de respostas referentes ao seu autofinanciamento, podemos perceber que ele apresentou a maior porcentagem, em relação aos outros blocos, de doações oriundas do Estado. O fato de conterem nesse bloco as associações de moradores pode explicar esse alto índice, pois seus objetivos direcionam-se majoritariamente à obtenção de melhorias de infra-estrutura para os bairros e nesse sentido, seu maior interlocutor é o Estado.

Na pesquisa desenvolvida por Pedrini (1998), a autora verificou que as associações de moradores exercem um papel importante de cobrança e controle do Estado na implementação das políticas públicas. “Mesmo em pequena escala, conseguem por vezes, colocar pautas e indicar prioridades de ação no aparelho municipal. Os efeitos mais importantes da atuação das associações de moradores têm sido a obtenção de equipamentos coletivos e o despertar da opinião pública e governos para as necessidades sociais” (Pedrini, 1998:63).

Por fim, temos o bloco 4 (acadêmico, de apoio e/ou assessoria) que também se aproximou do tipo ideal de autonomia ampla com 65% do financiamento vindo de

contribuição dos membros, 45% através da realização de eventos, 45% de doações de indivíduos ou entidade privadas, 40% de prestação de serviços, 20% de recursos do Estado e 10% de financiamento internacional. Esse bloco foi o que apresentou maior porcentagem de recursos vindos de prestação de serviços em comparação com os outros, o que justifica-se pela maioria das associações contidas nesse bloco prestarem apoio e assessoria a outros organismos da sociedade.

Nesses quatro blocos temáticos 3, 2, 1 e 4 a maior parte do financiamento das associações se dá através do autofinanciamento tanto pela contribuição dos membros quanto pela realização de eventos. Esses resultados apontam para uma tendência na busca de uma autonomia financeira por parte das associações, que podem ser explicada pela dificuldade de obtenção de recursos externos.

O bloco temático 5 (cultural) foi o que mais se aproximou do tipo ideal de autonomia financeira restrita, com 83% do financiamento vindo de doações de indivíduos ou entidades privadas, 50% do financiamento vindo através da realização de eventos, 42% de recursos do Estado, 41% da contribuição dos membros e 17% de prestação de serviços. Esse bloco foi o único a não apresentar nenhum tipo de recursos oriundos de financiamento internacional. O alto índice de recursos vindos de doações de indivíduos ou entidades privadas (o maior em comparação com os outros blocos), pode-se explicar, em hipótese, pela lei número 10929 intitulada “Lei de Incentivo a Cultura” em vigor a partir de 23 de setembro de 1998 no estado de Santa Catarina. A partir dessa lei todas as entidades privadas que fazem algum tipo de doação a organizações culturais, podem abater o valor da doação nos impostos que são obrigadas a pagar ao governo. Contudo, não podemos verificar com os tipos de dados que obtivemos, se essas associações recebem recursos das empresas privadas em função dessa lei. O que podemos propor é que, se compararmos o período de aplicação do questionário (Julho de 1999 à Julho de 2001), com o período de aprovação da Lei de Incentivo à Cultura (1998) vemos que a lei é anterior a coleta dos dados e que por isso podemos supor que o resultado do gráfico XXXIV, pode ter sido influenciado pela lei.

As associações, no que diz respeito ao seu financiamento, vivem uma tensão muito grande entre aceitarem financiamento externo ou buscarem uma alternativa autônoma de auto-sustentação. Essa tensão se dá na medida em que as associações embora dependam, muitas vezes, de financiamentos para a manutenção de seus projetos ou da própria associação, buscam uma autonomia frente às suas orientações normativas.

Há uma predominância tanto no Brasil quanto nos outros países da América Latina da promoção própria de recursos por parte das organizações voluntárias e uma acentuada diferença com os outros países da Europa e os Estados Unidos quanto a obtenção de recursos governamentais. Estes, contam bem menos com esse tipo de financiamento do que os países desenvolvidos: se a média mundial é de 40% dos recursos vindos de fontes públicas, nos países latino-americanos essa participação cai para apenas 15% (Landim e Beres, 1999).

Essa diferença em relação ao apoio do Estado às iniciativas não governamentais e sem fins de lucro nos leva a pensar na tradição de um Estado forte e centralizador, porém com pouca eficiência no atendimento às questões sociais. Isso nos mostra que não necessariamente um Estado precário na área social geraria um terceiro setor forte, ou vice-versa.

Uma forte presença governamental no campo das políticas sociais não é incompatível com uma grande participação no setor sem fins lucrativos na prestação de serviços públicos, muito pelo contrário. Isso seria verdadeiro mesmo para os Estados Unidos, pátria do “terceiro setor”, modelo por excelência do associativismo toquevilleano e da cultura cívica que enfatiza a iniciativa individual no sentido do interesse público. Citando Salamon, existiria nos Estados Unidos um “mito do voluntariado” criado e incentivado, desde o século passado até os anos 30, por setores conservadores opositores à expansão do Estado no campo da proteção social. Essa expansão – esse o argumento conservador – não seria necessária, dada a forte tradição de organizações voluntárias e da filantropia privada, capazes de enfrentar os problemas sociais (Landim e Beres, 1999:52).

No entanto Salamon (1999), apud Landim e Beres (1999), mostrou através de uma pesquisa estatística que o período de crescimento mais acentuado e dinâmico do setor sem fins lucrativos nos Estados Unidos, correspondeu não ao aumento de doações privadas, mas sim de financiamento governamental, que nesse país é responsável por cerca de 30% dos recursos para este setor.

O contexto histórico brasileiro é marcado pelo autoritarismo e pela desigualdade, o que criou num primeiro momento uma relação de oposição e conflito entre as organizações da sociedade civil e o Estado. Sendo assim, essas entidades contam com uma quantidade reduzida de apoio financeiro por parte do Estado e com isso vivem uma relação crucial entre levantar recursos e construir apoio público para suas causas, uma vez que muitas organizações da sociedade civil aspiram influenciar políticas públicas e para isso precisam tanto de credibilidade quanto de peso político (Bailey 2000).

Cabe-nos questionar até que ponto um apoio público, político ou institucional não coloca a associação numa armadilha de dependência de decisões e demandas internas desses financiadores. Nesse sentido várias associações possuem muitas reservas quanto à origem de seus financiamentos.

Prestação de contas

Outra questão relacionada ao financiamento das associações é a prestação de contas, que se torna condição fundamental para a obtenção de doações ou recursos. Sobre a questão da prestação de contas, perguntamos para os entrevistados para quem a associação presta contas e obtivemos os seguintes resultados representados na tabela 12:

Tabela 12: Para quem a associação presta contas

Prestação de Contas	Total de Respostas	Porcentagem
Aos associados	96	89%
As entidades financiadoras	46	43%
Outros	8	7%

Na tabela 12, temos os seguintes dados: 89% das associações prestam contas aos próprios associados, 43% prestam contas as entidade financiadoras e 7% responderam que prestam contas a outros. Cabe ressaltar que as respostas foram estimuladas e eram de múltipla escolha.

Esses dados são compatíveis com os dados do gráfico anterior em relação as fontes de recursos. Evidentemente, se a maior parte dos recursos vêm do autofinanciamento através dos associados ou da realização de eventos, a prestação de contas deve ser feita, também na maioria das vezes, para os próprios associados e em menor escala ela deve ser feita às entidades financiadoras.

Perguntamos também como é feita a prestação de contas, e verificamos que ela varia entre balanços e livros-caixas, conselho fiscal, prestação de contas em assembléia, relatórios e financeiros. Obtivemos os seguintes resultados: 69% responderam balanço e livro caixa, 57% responderam relatório de atividades e financeiros, 52% conselho fiscal e 49% assembléia.

Comparando com a pesquisa realizada em Belo Horizonte por Avritzer (1998), 93% das associações pesquisadas prestam contas aos seus associados. Os meios mais utilizados para efetuar a prestação de contas são: 66% balanço e livro caixa, 8% através de conselho

fiscal e 7,5% através das assembleias. Em ambas as pesquisas há uma grande porcentagem de associações que fazem regularmente suas prestações de contas aos seus associados e, quando necessário, às entidades financiadoras e a forma mais recorrente de prestação de contas em ambas é o balanço e livro caixa.

Nos estudos desenvolvidos por Bailey (2000), sobre o levantamento de fundos das organizações da sociedade civil brasileira, percebeu-se que poucas publicam balanços anuais ou relatórios, ou têm um conselho não remunerado que zela pelo uso apropriado e eficiente dos recursos recebidos. Contudo, as que possuem financiamentos externos são obrigadas a terem auditorias externas, pois para desenvolverem uma relação de compromisso e confiança com todas as pessoas e instituições que têm interesse no seu funcionamento, as organizações também precisam de uma efetiva política de comunicação e de transparência na prestação de contas.

Tanto na amostra pesquisada em Florianópolis, quanto na de Belo Horizonte, verificou-se na resposta dos dirigentes entrevistados cujas associações recebem financiamento externo que estas associações prestam contas aos seus financiadores e a grande maioria delas prestam também contas aos seus associados. “A relação entre os dirigentes de associações civis e os seus membros é marcada pela transparência, na medida em que a quase totalidade das associações cujos dirigentes responderam ao nosso questionário acham necessário a existência de formas de prestação de contas” (Avritzer, 1998:57).

4.3.2. Autonomia Organizativa

Autonomia em relação aos partidos políticos

Outro tipo ideal construído foi o de autonomia organizativa ampla ou restrita, cujo objetivo era verificar se as associações possuem ou não alguma relação formal com os partidos políticos e com os órgãos públicos.

No caso dos partidos, há uma discussão teórica acerca da relação entre estes e os movimentos sociais e associações civis³⁴, que vêem essas organizações como formadores de uma nova cultura política, onde a autonomia é ressaltada como uma das suas principais especificidades.

³⁴ Ver Scherer-Warren (1987) in Scherer-Warren & Krische (1997), Avritzer (1998), Boschi (1987), Ferreira (1997).

Sobre a questão da autonomia organizativa perguntamos, na opinião do entrevistado, que tipo de relação sua associação deve manter com os partidos políticos e obtivemos os seguintes resultados representados na tabela 13:

Tabela 13: Relação entre as associações e os partidos políticos

Relação com os partidos políticos	Total de Respostas	Porcentagem
Nenhuma	42	39%
Autonomia	37	34%
Parceria	29	27%
Total	108	100%

As respostas foram estimuladas e de acordo com a tabela 13 a maior parte dos entrevistados 39%, afirma que as associações não deveriam manter nenhum tipo de relação com os partidos políticos. Em seguida, 34% responderam que a associação deve manter uma relação de autonomia frente aos partidos, ou seja, mesmo que as associações estabeleçam relações com os partidos, deve prevalecer a autonomia das associações. Por fim, 27% responderam que as associações devem manter uma relação de parceria com os partidos políticos.

É importante enfatizar que essa pergunta quer identificar a opinião dos entrevistados quanto à relação das associações com os partidos políticos e não as práticas e as relações efetivas destas com os partidos.

Se compararmos os dados da tabela acima, com os dados do gráfico XV no capítulo III, sobre a filiação ou não dos entrevistados em partidos políticos percebemos que há, não só um discurso sobre a desvinculação das associações aos partidos políticos, como também, uma postura pessoal dos entrevistados voltada para a não vinculação entre a filiação partidária e a participação em associações civis, pois 73% dos entrevistados não são filiados a nenhum partido político.

Em uma pesquisa realizada por Ferreira (1997) sobre um movimento de bairros de Recife, junto à várias associações de moradores que o compõem, verificou-se uma grande participação dos partidos no movimento, apesar do discurso apartidário fortemente proferido pelos seus militantes. Segundo a autora,

o discurso de autonomia presente nos movimentos sociais, colocando-os como esferas de participação totalmente desvinculados das instituições e partidos oficiais, se constitui uma necessidade das lideranças como forma de se diferenciarem dos movimentos tradicionais comprometidos com esquemas e práticas clientelistas, onde suas lideranças eram facilmente cooptáveis pelo Estado (Ferreira, 1997:25).

Como explicação da predominância de um discurso voltado para uma não relação entre as organizações civis e os partidos políticos, mesmo em detrimento de uma prática contrária, Ferreira (op. cit), propõe que seja importante para os participantes apresentarem o movimento ou a associação como entidades neutras, sem vinculações partidárias. A importância dessa neutralidade se dá tanto para obtenção de auxílios ou recursos, quanto para a filiação de membros que não se identificam com um determinado partido.

Scherer-Warren (1987), atenta para o fato de que uma possível relação entre os movimentos e os partidos políticos, não representam necessariamente a perda da autonomia desses movimentos.

A defesa da autonomia não significa que o partido não poderá ser utilizado como um canal de encaminhamento das reivindicações dos movimentos sociais. Significa, sim, que esses novos movimentos recorrem aos partidos de forma distinta da habitual aos movimentos tradicionais, nos quais havia um nítido atrelamento dos movimentos ao partido e, freqüentemente, ao Estado. Essa nova prática, contudo, não se encontra isenta de ambigüidade, na medida em que freqüentemente o líder do novo movimento social é igualmente um líder partidário (Scherer-Warren, 1987:42).

No caso das associações civis contidas nessa amostra, verificamos que o discurso das lideranças não foi contraditório à suas práticas, pelo contrário, a maioria delas não possuem vínculos partidários através da filiação pessoal. Pode-se então propor que tanto no âmbito do discurso (como apontam os dados da tabela 13), quanto na prática dos entrevistados (como mostraram os dados do gráfico XV), as lideranças das associações civis de Florianópolis buscam uma autonomia organizativa ampla, ou seja, sem vínculos formais com os partidos políticos.

Num outro momento perguntamos, que tipo de relação as associações mantêm efetivamente com os partidos políticos e obtivemos os seguintes resultados representados na tabela 14:

Tabela 14: Tipo de relação que a associação mantém com os partidos políticos

Tipo de relação	Total de Respostas	Porcentagem
Nenhuma	82	76%
Promove mobilização popular	14	13%
Participa da gestão pública	9	8%
Outra	5	5%
Promove campanha eleitoral	1	1%

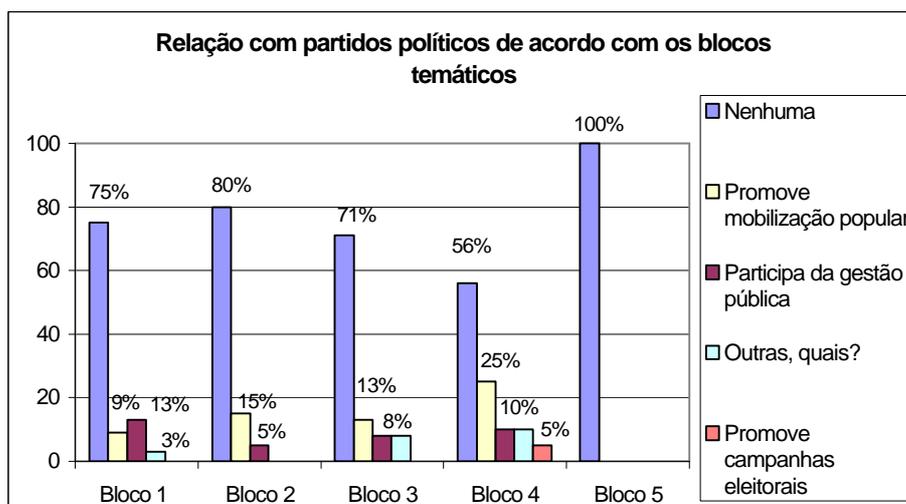
Essa pergunta era estimulada e de múltipla escolha. A maioria dos entrevistados 76% responderam que a sua associação não possui nenhuma relação formal com os partidos políticos e 27% delas possuem algum tipo de relação, sendo que 13% promove mobilização popular, 8% participa da gestão pública, 5% respondeu a opção outra e 1% respondeu que promove campanha eleitoral.

Ao compararmos os resultados da tabela 14 com os dados da pesquisa realizada por Avritzer (1998), 7% das associações pesquisadas estabelecem relações com os partidos políticos e 93% não estabelecem nenhum tipo de relação. Avritzer (op. cit), atenta para uma mudança clara na forma de organização da sociedade brasileira, onde passa a haver uma diferenciação entre associativismo e sistema político. Essa forte demarcação, segundo o autor, colocaria em dúvida alguns dos elementos da tradição corporativista e estadocrática que nos faria supor que o associativismo devesse encontrar formas imediatas de inserção no interior do Estado.

Embora os dados referentes à Belo Horizonte tenham apresentado uma variação em relação aos de Florianópolis com relação às associações que não estabelecem nenhum tipo de relação formal com os partidos, em ambas as pesquisas, prevalece o tipo ideal de autonomia organizativa ampla, ou seja, a maioria das associações pesquisadas não estabelecem relações formais com os partidos políticos.

Ao dividirmos os dados acima em relação aos blocos temáticos obtivemos os seguintes resultados representados no gráfico a seguir:

Gráfico XXXV



O bloco temático que mais se aproximou do tipo ideal de autonomia organizativa ampla foi o bloco 5 (cultural), onde 100% das associações desse bloco não mantém nenhuma relação com os partidos políticos. Numa tentativa de explicar esse resultado, podemos considerar o fato de que esse bloco temático contém apenas associações com objetivos culturais, tanto de resgate quanto de promoção da cultura. Nesse sentido, é possível supor que esses objetivos não requeiram nenhum tipo de relação formal com os partidos políticos, ou até mesmo, que os próprios partidos se interessem por outras questões que não as objetivadas por esse bloco.

O bloco 2 (identitário ou novo associativismo), foi o segundo a se aproximar do tipo ideal de autonomia organizativa ampla, com 80% das associações não mantendo nenhuma relação com os partidos políticos, 15% promovem mobilização popular e 5% participam da gestão pública. Por se tratar do bloco temático que representa as associações que possuem características do novo associativismo civil, ele apresenta uma certa autonomia em relação ao sistema político. Como aponta Avritzer (1998), o novo associativismo caracteriza-se, entre outros aspectos, pela tentativa de diferenciação entre o sistema político formal e as associações civis.

Outros dois blocos que se aproximaram do tipo ideal de autonomia organizativa ampla foram o 1 (comunitário) e o 3 (econômico e de defesa profissional), respectivamente. No bloco 1, observa-se que 75% do total das associações não possuem nenhum tipo de relação com os partidos políticos, 13% participam da gestão pública, 9% promovem mobilização popular e 3% respondeu a opção outra. Esse bloco foi o que apresentou maior

porcentagem da resposta “participa da gestão pública”. Isso pode ser explicado pelo fato desse bloco conter as associações de moradores, que buscam justamente essa participação junto à gestão pública, na tentativa de conseguirem benefícios para os bairros e que, por isso, estabelecem parcerias com os partidos políticos.

No bloco 3, temos 71% das associações que não possuem nenhuma relação com os partidos políticos, 13% promovem mobilização popular, 8% participam da gestão pública e 8% responderam a opção outro. Esse bloco, representado por associações profissionais e sindicatos, também busca uma autonomia em relação aos partidos políticos.

O bloco 4 (acadêmico e de pesquisa) foi o que mais se aproximou do tipo ideal de autonomia organizativa restrita, com 56% das respostas referentes a nenhuma relação com os partidos políticos, 25% das associações promovem mobilização popular, 10% participam da gestão pública, 10% responderam outra e 5% promovem campanhas eleitorais. Esse bloco pode ter sido o que mais mantém relações com os partidos por possuir na sua classificação, associações acadêmicas e de pesquisa. Essas associações fazem parte, em sua maioria, do movimento estudantil, que por sua vez possui laços muito estreitos com a participação política partidária³⁵.

É preciso salientar que em todas as perguntas referentes à relação entre as associações civis e os partidos políticos, há uma tendência geral do associativismo civil de Florianópolis que aponta na direção de uma mudança entre as relações das organizações civis e o sistema político. Parece estar se estabelecendo uma diferenciação entre o associativismo e o sistema político, que pode ser vista como uma tentativa de se manter a autonomia das organizações.

Autonomia em relação aos órgãos públicos

Sobre a autonomia das associações em relação aos órgãos públicos, foi perguntado se a associação mantém algum tipo de relação com os órgãos públicos e que tipo de relação ela mantém. De acordo com a tabela 15 percebemos que a maioria das associações mantém relações com os órgãos públicos:

³⁵ Sobre essa relação entre movimento estudantil e militância partidária ver Sousa (1999) e Mesquita (2001).

Tabela 15: Relação das associações com os órgãos públicos

Relação com os órgãos públicos	Total de Respostas	Porcentagem
Possui	92	85%
Não possui	16	15%
Total	108	100%

Os resultados da tabela acima nos mostram que 85% das associações civis mantêm algum tipo de relação com os órgãos públicos e somente 15% não mantêm nenhuma relação. Se compararmos com a pesquisa realizada em Belo Horizonte por Avritzer (1998), percebemos uma tendência diferente. Nela, a maioria das associações 58% não estabelece nenhum tipo de relação com os órgãos públicos e 42% estabelece alguma relação.

É importante perceber que, no caso de Florianópolis, há uma diferenciação muito grande entre as relações que se estabelecem com os órgãos públicos e as que se estabelecem com os partidos políticos por parte das associações pesquisadas. Com os partidos, 76% das associações pesquisadas não estabelecem nenhuma relação, já com os órgãos públicos o resultado se inverte, 85% das associações estabelecem algum tipo de relação.

Mesmo no caso de Belo Horizonte, onde o número de associações que mantêm relações com os órgãos públicos é menor do que o de Florianópolis, há também uma diferença entre o número de associações que estabelecem relações com os órgãos públicos 42% e o número das que estabelecem relações com os partidos 7%.

A hipótese que podemos levantar a partir desses resultados é que a tentativa de diferenciação entre o associativismo e o sistema político (observado nas questões referentes aos partidos políticos) não se mantém da mesma forma quando se trata dos órgãos públicos. Ou seja, há uma maior participação das associações civis junto aos órgãos públicos do que junto aos partidos políticos.

Essa relação estreita entre o associativismo civil e o Estado pode ser entendida através do processo de democratização do país. Nesse processo, houve um aumento de espaços públicos de participação popular através da co-gestão, dos conselhos, fóruns, agenda 21, entre outros. Esses espaços estimulam a participação conjunta da sociedade civil organizada e o poder público nos órgãos de decisões coletivas.

Frente a essa tendência, podemos levantar a hipótese de que, as lideranças das associações pesquisadas acreditariam que as relações estabelecidas com os órgãos públicos

não interfeririam diretamente na autonomia organizativa da associação, o que já não aconteceria nas relações estabelecidas com os partidos.

Verificaremos na tabela a seguir quais são as relações que as associações estabelecem com os órgãos públicos:

Tabela 16: Tipo de relação das associações com os órgãos públicos

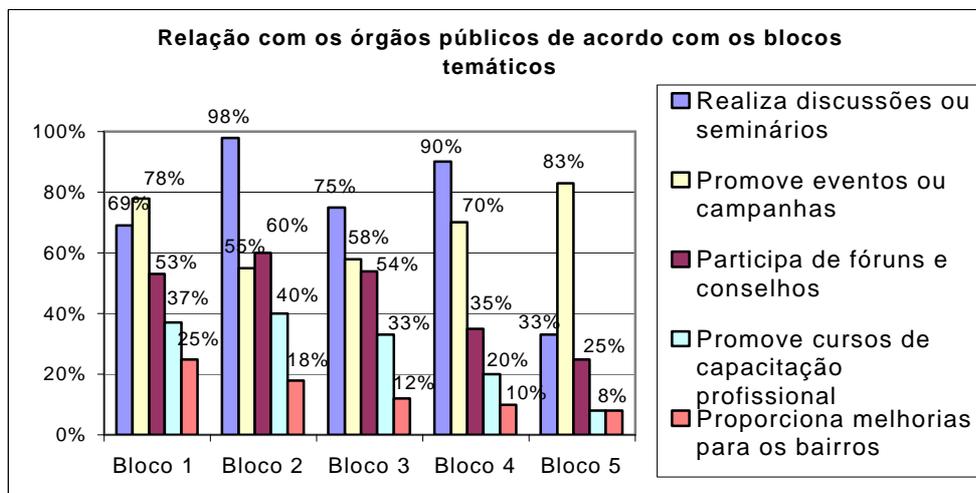
Relações com os órgãos públicos	Total de Respostas	Porcentagem
Realiza discussões/ seminários	83	77%
Promove eventos/ campanhas	74	69%
Participa de fóruns e conselhos	52	48%
Promove cursos de capacitação profissional	32	30%
Proporciona melhorias para os bairros	18	17%

Segundo os dados da tabela 16, vemos que 77% das associações realizam discussões ou seminários com os órgãos públicos, 69% promovem eventos ou campanhas, 48% participam de fóruns e conselhos, 30% promovem cursos de capacitação profissional e 17% proporcionam melhorias para os bairros.

Comparando novamente com a pesquisa feita por Avritzer (1998), observa-se que 13% realizam discussões ou seminários, 9% promovem eventos ou campanhas; 4% promovem cursos de capacitação profissional e 3% proporcionam melhorias para os bairros. Em ambas as pesquisas a forma mais freqüente de relação que as associações estabelecem com os órgãos públicos é a realização de discussões e seminários.

Quando dividimos os tipos de relações de acordo com os blocos temáticos obtivemos os seguintes resultados apresentados no gráfico XXXVI:

Gráfico XXXVI



De acordo com o gráfico XXXVI, observa-se que o bloco temático que mais se aproximou do tipo ideal de autonomia organizativa ampla foi o bloco 5 (cultural) com 33% das respostas referentes à realização de discussões e seminários, 83% à promoção de eventos e campanhas, 25% à participação em fóruns e conselhos, 8% à promoção de cursos de capacitação profissional e 8% à melhoria de bairros. A resposta “promoção de eventos ou campanhas”, possui não só nesse bloco temático, mas também em comparação com os outros blocos, a maior porcentagem referente a essa resposta, o que pode ser justificado talvez pela promoção de eventos culturais em parceria com os órgãos públicos.

Em seguida temos o bloco 3 (econômico e de defesa profissional), que também se aproximou do tipo ideal de autonomia organizativa ampla, com 75% das respostas para a realização de discussões e seminários, 58% referentes à promoção de eventos e campanhas, 54% para a participação em fóruns e conselhos, 33% para a promoção de cursos de capacitação profissional e 12% para a melhoria dos bairros. Na categoria “participação em fóruns e conselhos” esse bloco temático possui a segunda maior porcentagem, perdendo apenas para o bloco 2, com 60%. Essa participação nos fóruns ou conselhos pode ser explicada pelo fato de que esse bloco está representado por associações de defesa econômica e sindicatos. Há uma freqüente participação dessas associações nos fóruns, bem como, junto às assembléias legislativas (Silva, 1999).

O bloco que mais se aproximou do tipo ideal de autonomia organizativa restrita foi o bloco 2 (identitário ou novo associativismo), pois possuía o maior número de porcentagens referente às relações estabelecidas com os órgãos públicos. Segundo os resultados, 98% responderam que realizam discussões e seminários, 55% realizam eventos e campanhas, 60% participam de fóruns e conselhos, 40% promovem curso de capacitação profissional e 18% proporcionam melhorias para o bairro. Podemos supor que as associações contidas nesse bloco temático acreditam que as relações estabelecidas com o Estado não interfeririam na sua autonomia organizativa, o que já não aconteceria com os partidos políticos, pois se compararmos com os resultados da questão anterior, veremos que esse bloco foi o segundo a apresentar menor porcentagem de relação com os partidos.

O segundo bloco que mais se aproximou do tipo ideal de autonomia organizativa restrita foi o bloco 4 (acadêmico de apoio ou de pesquisa). Nele, 90% responderam que realizam discussões e seminários, 70% realizam eventos e campanhas, 35% participam de fóruns e conselhos, 20% promovem curso de capacitação profissional e 10% proporcionam melhorias para o bairro. Ao compararmos os resultados dessa questão com a anterior (referente à relação com os partidos), verificaremos que esse bloco foi o que apresentou a maior porcentagem em ambas. Nesse sentido, as associações que fazem parte desse bloco mantêm relações tanto com o Estado, quanto com os partidos e por isso foram as que mais se aproximaram do tipo ideal de autonomia organizativa restrita em ambos os casos.

Por fim temos o bloco 1 (comunitário) que também se aproximou mais ideal de autonomia organizativa restrita. Nele, 69% responderam que realizam discussões e seminários, 78% realizam eventos e campanhas, 53% participam de fóruns e conselhos, 37% promovem curso de capacitação profissional e 25% proporcionam melhorias para o bairro. Esse bloco foi o que apresentou maior porcentagem da opção “proporcionar melhorias para o bairro”, devido ao fato das associações de moradores e comunitárias estarem classificadas nesse bloco temático.

Em relação à autonomia organizativa do associativismo civil de Florianópolis referente aos órgãos públicos podemos levantar a hipótese, através dos dados apresentados nessa pesquisa, de que ele se aproxima mais da autonomia organizativa restrita, ou seja as associações civis locais buscam muitas vezes junto aos órgãos públicos auxílios para as suas demandas.

Esse fato não se caracteriza, contudo, numa perda da autonomia das associações perante o poder público. A questão da autonomia frente ao Estado é bastante complexa, uma vez que ele se constitui a instância legítima de execução das políticas públicas e é o interlocutor principal das demandas coletivas (Luchmann, 1991). Sendo assim, manter relações com os órgãos públicos passa a ser algo inevitável ou até mesmo necessário para as associações civis, na medida em que elas se identificam como as representantes dos interesses da sociedade civil perante o poder público.

4.4. Análise do Tipo Ideal de Redes e Parcerias

O quarto e último tipo ideal construído foi o de redes e parcerias. As redes e parcerias são algumas das várias formas de atuação das associações civis, movimentos sociais e ONGs. As organizações da sociedade civil, através dos movimentos sociais, utilizam-se mais frequentemente da forma de atuação a partir de redes, já as associações civis embora em alguns casos também possam fazer parte de algumas redes, em sua maioria, estabelecem parcerias. Como já foi explicitado no capítulo I, neste trabalho utilizaremos o conceito teórico sociológico de redes para a compreensão da realidade empírica, ou seja, como uma das estratégias de ação coletiva utilizadas pelas associações civis para alcançarem seus objetivos, que podem ser desde troca de experiências e construção de identidades coletivas, até à obtenção de recursos. As parcerias também se constituem estratégias de ação, uma vez que elas se caracterizam-se como uma “reunião de pessoas que visam interesses comuns na sociedade”. (Ferreira, 1975:1036).

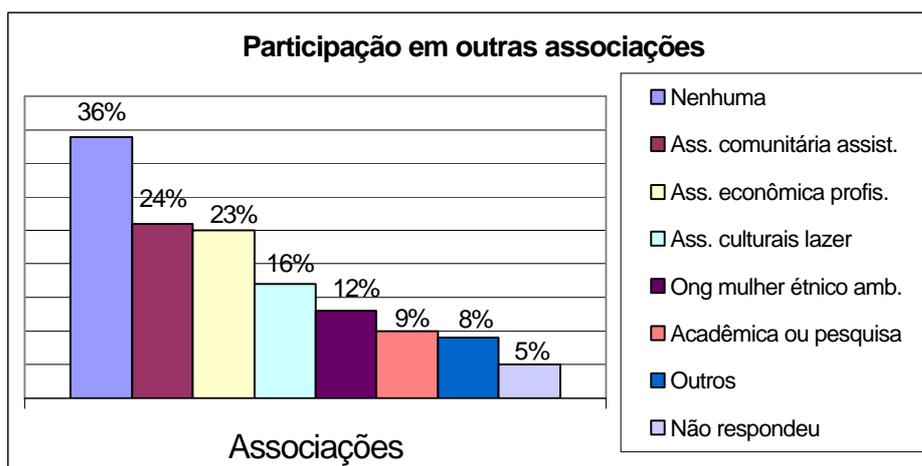
Foram construídos dois tipos ideais de redes e parcerias para a análise dos dados. O primeiro tipo é o de redes e parcerias horizontalizadas, caracterizadas por serem feitas com outras associações civis, com a finalidade de promover trocas de experiências e participação conjunta de reivindicações e projetos em comum. O segundo tipo ideal é o de redes e parcerias verticalizadas, que são estabelecidas com as empresas privadas, os órgãos públicos e o Estado, com a finalidade de conseguir benefícios, recursos humanos, financeiros e/ou materiais.

Faz-se necessário esclarecer que a criação de dois tipos ideais de redes e parcerias (horizontalizadas e verticalizadas), não significa que um tipo é superior ao outro, ou mais idôneo, nem mesmo que as redes e parcerias classificadas como verticalizadas comprometem a autonomia das associações civis. Essa classificação cumpre o papel de diferenciar os tipos de redes ou parcerias estabelecidas entre as associações e comparar seus objetivos, a fim de verificar se há uma relação entre os parceiros ou integrantes das redes ou parcerias e os objetivos destas.

Redes de participação

A primeira pergunta referente a redes foi quanto a idéia de redes de participação, isto é, se o entrevistado participa de outras associações além da que ele está representando no momento.

Gráfico XXXVII



Essa pergunta era estimulada e de múltipla escolha, por isso a somatória das porcentagens do gráfico é superior a 100% devido ao fato de uma pessoa poder participar de uma ou mais associações ao mesmo tempo.

Do total dos entrevistados, 36% não participam de nenhuma outra associação além da que ele está participando no momento em que concedeu a entrevista e 64% participam de outras associações civis. Desses 64% dos entrevistados que participam de outras associações temos: 24% que participam de associações de defesa comunitária ou assistencialista; 23% que participam de associações de defesa econômica ou profissional; 16% que participam de associações culturais, esportivas e de lazer; 12% que participam de ONGs ou associações identitárias como de mulheres, étnicas ou ambientais; 9% que participam de associações acadêmicas ou de pesquisa; 8% que participam de outros tipos de associações e 5% não respondeu.

Se compararmos esses resultados com a pesquisa de Avritzer (1998), os dados são equivalentes, pois apenas 22% dos atores entrevistados não participam de nenhuma outra associação além da que eles estão participando no momento da entrevista. Esses dados nos mostram que há uma tendência de se construir redes de participação entre as lideranças das associações civis, tanto de Florianópolis, quanto de Belo Horizonte.

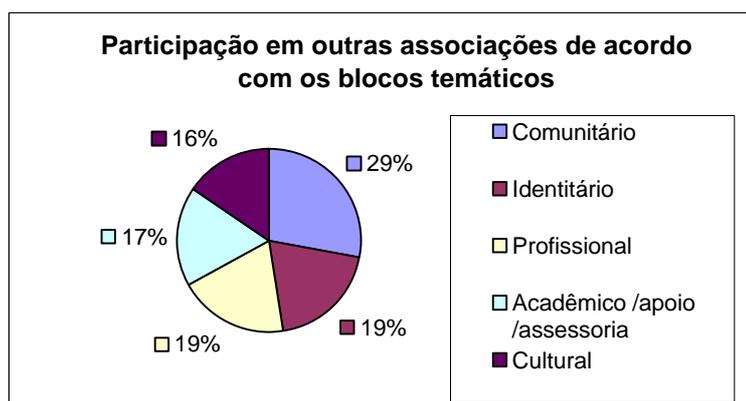
Na pesquisa feita por Scherer-Warren & Rossiaud (1999), com vários atores da sociedade civil florianopolitana verificou-se também uma múltipla militância por parte desses atores, que também fazem parte das lideranças do associativismo civil e dos movimentos sociais de Florianópolis. Na análise dos autores essa múltipla militância “além de permitir que os sujeitos ocupem várias posições, propicia uma visão comparativa da participação em cada espaço e de como estas organizações atuam na sociedade” (Scherer-Warren & Rossiaud, 1999: 83).

Na pesquisa realizada por Pedrini (1998), verificou-se também que os membros que participam de algumas associações civis do Vale do Itajaí³⁶ já haviam tido alguma participação anterior em outras associações, movimentos populares ou pastorais e que alguns membros, ainda continuam participando concomitantemente de outras organizações da sociedade civil.

A partir dos dados dessa amostra e das pesquisas citadas, podemos apontar uma tendência dos militantes em organizações da sociedade civil participarem de diversas associações, o que caracterizaria uma possível rede de participação.

Dando continuidade na análise, verificaremos quais os blocos temáticos possuem o maior número de redes de participação. Para isso, dividimos as respostas entre os diferentes blocos e obtivemos o seguintes resultados representados no gráfico XXXVIII:

Gráfico XXXVIII



³⁶ Foi feito um levantamento das organizações de cunho associativo existentes no Vale do Itajaí que possuíam as seguintes características: ter em sua composição homens e mulheres, contar com uma média de dez a quinze pessoas e ter em torno de dez anos de atuação.

Entre os entrevistados que participam de outras associações além da que ele concedeu a entrevista, o bloco temático que mais participa de outras associações é o bloco 1 (comunitário), com 29% dos seus membros participando de duas ou mais associações. Sendo assim, esse bloco foi o que apresentou a maior rede de participação entre as suas lideranças. Se compararmos com o gráfico anterior, sobre em quais associações diferentes o entrevistado participa, verificamos que as associações comunitárias ou assistencialistas também foram as que apresentaram maior porcentagem. Podemos observar que os tipos de associações que mais estabelecem redes de parcerias ou que possuem uma múltipla militância são as associações comunitárias ou assistencialistas.

Em seguida estão os blocos temáticos 2 (identitário ou novo associativismo) e o bloco 3 (econômico e de defesa profissional), com 19% cada um. Se compararmos novamente com o gráfico anterior percebemos que em relação ao bloco 2 há uma diferença entre as duas porcentagens, ou seja há maior participação entre os integrantes desse bloco em outras associações, do que os integrantes de outras associações em fazerem parte desse bloco. Em relação ao bloco 3 (econômico e de defesa profissional) essa diferença não aparece tão significativa, isto é a porcentagem de integrantes desse bloco que participa de outras associações é equivalente à porcentagem de pessoas de outras associações que participam desse bloco.

Depois temos o bloco 4 (acadêmico de apoio e/ou assessoria), com 17% e por último o bloco 5 (cultural), com 16% de suas lideranças participando de outras associações. Esses dois blocos também obtiveram porcentagens equivalentes em comparação com o gráfico XXXVII.

Redes ou parcerias desenvolvidas

A primeira pergunta contida no questionário referente à formação de redes e parcerias foi se a associação estabelece algum tipo de parceria ou se participa de alguma rede social. Obtivemos os seguintes resultados apresentados na tabela 17:

Tabela 17: Se a sua associação possui alguma rede ou parceria.

Rede ou Parceria	Total de Respostas	Porcentagem
Possui	92	85%
Não possui	16	15%
Total	108	100%

De acordo com os dados da tabela, a maioria das associações pesquisadas estabelece algum tipo de parceria ou rede, com 85% das respostas e somente 15% delas não possui nenhuma parceira ou rede. Sendo assim, podemos propor que as associações civis contidas nesta amostra privilegiam as relações externas que são estabelecidas através da construção de redes ou da formação de parcerias.

Nos estudos feitos por Ortega (1997), sobre as associações civis sem fins lucrativos da cidade de Córdoba na Argentina, o autor também constatou que a maioria das associações, por ele pesquisadas, estabelecem essas relações. De acordo com os seus resultados, 92,5% das associações mantém relações de redes e parcerias com outras entidades. Outros estudos também apontam para uma tendência crescente de relações estabelecidas pelas associações civis através de redes e parcerias³⁷.

Esse fortalecimento das relações desenvolvidas pelas organizações civis através dessas iniciativas pode ser interpretado sob diferentes aspectos. Na visão de Fernandes (1998), a atuação das ONGs e associações civis em forma de redes e parcerias é o que mantém a autonomia dessas organizações. As parcerias e redes são organismos informais, não institucionais que permitem às associações manterem relações tanto com os órgãos públicos, fundações, entidades privadas, quanto com outras organizações da sociedade civil sem comprometerem sua autonomia.

De acordo com Melucci (1999), as redes vem emergindo entre os movimentos sociais com o objetivo de atender seus problemas específicos, bem como, constituir um circuito de intercâmbios culturais entre os diferentes movimentos. O autor também concorda que elas preservam os espaços de autonomia das associações e dos movimentos perante o sistema político.

Em Scherer-Warren, (1999a) os movimentos sociais e os atores coletivos utilizam a idéia de redes como um conceito propositivo que “refere-se a uma estratégia de ação coletiva, isto é, a uma nova forma de organização e de ação (como rede). Subjacente a essa idéia encontra-se, pois, uma nova visão do processo de mudança social – que considera fundamental a participação cidadã – e da forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo” (Scherer-Warren, 1999a:24).

Para compreendermos melhor como se articulam as associações civis pesquisadas através dessas redes e parcerias perguntamos, num segundo momento, se essas relações se configuram através de uma ou de outra forma, ou seja, se são estabelecidas parcerias ou redes

³⁷ Ver Souza et. all (1996), Machado & Souza (1998), Fontes & Eichner (2001), dentre outros.

entre as organizações. Pedimos também que os entrevistados elencassem as três principais redes ou parcerias mais importantes que as associações possuem. Os resultados estão representados na tabela 18.

Tabela 18: As redes ou parcerias desenvolvidas pelas associações:

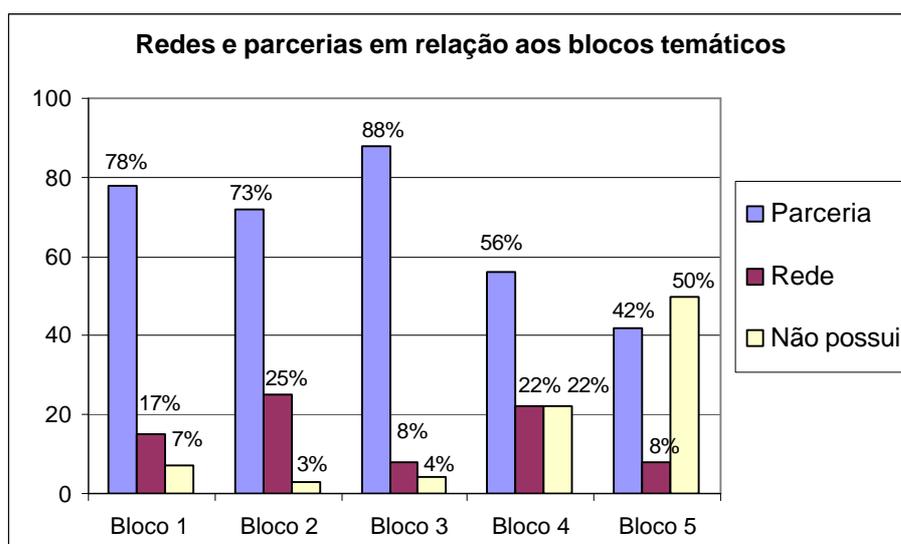
Parcerias e Redes	Total de Respostas	Porcentagem
Parceria	115	80%
Redes	28	20%
Total	143	100%

Para analisarmos a tabela 18 é preciso considerar que esta pergunta era de múltipla escolha e por isso, o número de respostas (143), excede do valor de associações pesquisadas (108). De acordo com os resultados da tabela, verificamos que 80% das associações entrevistadas estabelecem o que denominaram de parcerias e 20% participam de alguma rede.

A partir desses resultados podemos levantar a hipótese de que o associativismo civil em Florianópolis, em sua maioria, utiliza-se de maneira mais recorrente da formação de parcerias para articular seus objetivos e interesses.

Quando dividimos os dados de acordo com os blocos temáticos obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico XXXIX



Novamente, para analisarmos o gráfico XXXIX é preciso considerar que cada associação teve a possibilidade de citar até três parcerias ou redes que participam e por isso, a somatória das porcentagens de alguns blocos temáticos excede o valor de 100%.

Os blocos temáticos que mais possuem redes e parcerias são: o bloco 2 (identitário ou novo associativismo), com 73% de parcerias, 25% de redes e somente 3% não possui nenhuma dessas formas de relações; o bloco 3 (econômico e de defesa profissional), com 88% de parcerias, 8% de redes e 4% não possui e por fim o bloco 1 (comunitário) com 78% de parcerias, 17% de redes e 7% não possui. Depois temos o bloco temático 4 (acadêmico de apoio e/ou assessoria), com 58% de parcerias, 22% de redes e 22% não possui. Por último, o bloco temático que possui menos relações de redes e parcerias é o 5 (cultural), com 50% das associações que não possui nenhum tipo, 42% de parcerias e 8% de redes.

É importante perceber que os blocos temáticos que mais participam de alguma rede são o bloco 2 (identitário ou novo associativismo), com 55% e o bloco 4 (acadêmico de apoio e/ou assessoria), com 22%. Para compreendermos o porquê desses dois blocos temáticos apresentarem uma maior participação em redes, em comparação com os outros, é preciso considerar novamente o perfil das associações contidas nesses blocos. Neles, estão agrupadas as associações étnicas, femininas, ambientalistas e direitos humanos, no caso do bloco 2 e as associações acadêmicas e de pesquisa, de comunicação e de defesa do consumidor, no caso do bloco 4. Esses tipos de associações diferenciam-se das demais em diversos aspectos como por exemplo: participam de eventos mais globais, comunicam-se com organizações internacionais (foram os blocos que apresentaram maior porcentagem de financiamento internacional vide gráfico XXXIV), possuem temáticas caracterizadas dentro do novo associativismo civil, entre outros. Nesse sentido, essas associações possuem uma atuação menos territorial, menos localizada, como é o caso, por exemplo, das associações comunitárias ou escolares (bloco 1), ou sindicatos e associações profissionais (bloco 3).

A análise em termos de redes de movimentos implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros (Scherer-Warren, 1996:10).

De acordo com Scherer-Warren (op. cit) a formação de redes busca justamente articular o local e o global e, nesse aspecto, as associações contidas nos blocos 2 e 4 parecem atender mais a esse objetivo.

O bloco 1 (comunitário) também apresentou algum tipo de relação através das redes, porém com menor porcentagem do que os outros dois anteriores. Por fim, os últimos dois blocos temáticos 3 (econômico e de defesa profissional) e 5 (cultural), apresentaram uma baixa participação junto às redes e uma maior relação através de parcerias.

É preciso salientar que embora haja um uso mais corrente por parte dos entrevistados do termo parceria, esse conceito não possui uma definição comum entre eles. Dependendo do contexto, parceria pode significar desde o desenvolvimento de trabalhos em conjunto, até o simples financiamento de projetos desenvolvidos ou a disponibilização de um espaço físico para as reuniões das associações. Pode também significar assessoria, apoio, ou até mesmo prestação de serviços. Entretanto a idéia de parceria fez-se muito presente entre às práticas desenvolvidas pelas associações civis, diferentemente da idéia de redes que, muitas vezes, o próprio entrevistado não compreendia o significado desse conceito. Sendo assim, não podemos afirmar que o número de redes é muito inferior ao número de parcerias, pois pode haver casos em que o entrevistado compreende a idéia de parceria em algumas relações que se formam a partir de redes ou vice-versa. O que podemos verificar é que nessa amostra, os entrevistados responderam que entre as associações pesquisadas prevalece as relações através das parcerias.

Parceiros das associações civis

A necessidade da formação de redes e parcerias para uma melhor articulação das organizações civis é reconhecidamente uma prática importante e freqüentemente exercida pelos atores sociais. Contudo, abre-se um questionamento de como ser pragmático, buscando estratégias comuns, sem abrir mão dos princípios fundamentais defendidos pela associação (Scherer-Warren & Rossiaud, 1999).

Este pragmatismo dependerá, entre outros fatores, dos parceiros envolvidos nas parcerias ou redes que são estabelecidas. Com o objetivo de verificarmos isso, perguntamos aos entrevistados com quem as associações civis formam ou articulam suas redes e parcerias e obtivemos os seguintes resultados representados na tabela 19.

Tabela 19: Com quem as associações desenvolvem suas redes e parcerias

Parceiros das associações civis	Total de Respostas	Porcentagem
Organizações da sociedade civil/ONGs	74	69%
Estado e órgãos públicos	42	39%
Empresas privadas, bancos, fundações	41	38%
Universidades e fundações de ensino	21	19%

De acordo com os dados da tabela, a maioria das associações pesquisadas 69% estabelecem suas redes ou parcerias com as organizações da sociedade civil. Em seguida com 39% temos as parcerias estabelecidas com o Estado e com os órgãos públicos, com 38% temos as empresas privadas, bancos ou fundações e por fim, com 19% temos as parcerias feitas com as universidades.

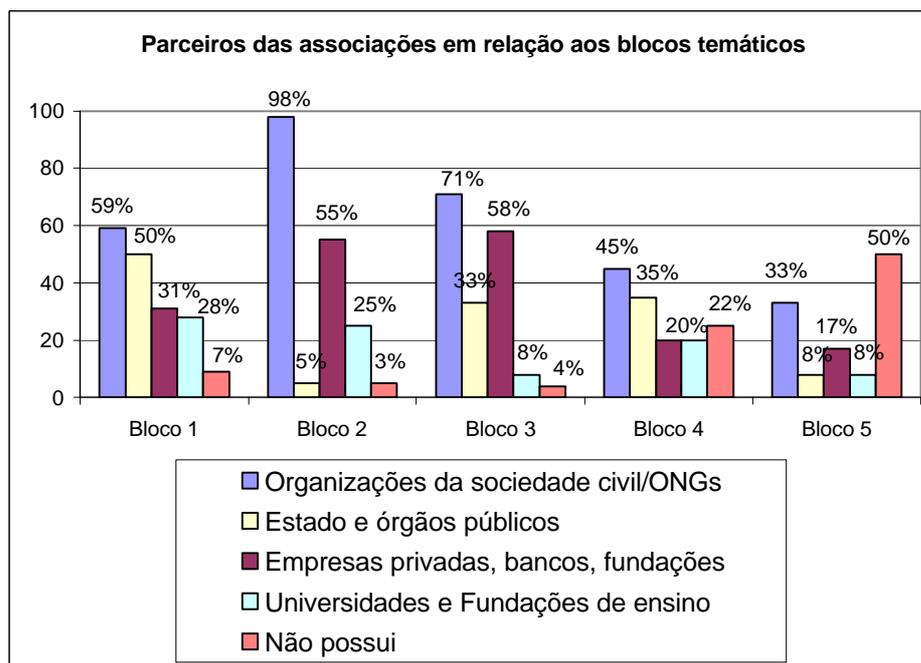
Num estudo feito pelo Demo³⁸ sobre a atuação de 100 ONGs nordestinas, verificou-se que as parcerias conquistaram um espaço definitivo nas relações estabelecidas por estas organizações. Há uma diversidade de parcerias estabelecidas por estas organizações com diferentes organismos como por exemplo: os movimentos populares, outras ONGs, os órgãos públicos, as igrejas, os sindicatos, entre outros. Contudo, a maior importância dada pelas ONGs à formação de parcerias foi com outras organizações da sociedade civil. Segundo a análise dos pesquisadores, isto é um dado importante, pois “constitui um indicador de uma nova postura no relacionamento atual dessas organizações marcada pela busca de uma maior articulação e de complementariedade nos trabalhos desenvolvidos por elas” (Souza, et. all, 1996:13).

Na amostra pesquisada essa tendência de privilegiar as parcerias ou redes junto com as organizações da sociedade civil também se fez presente.

Para verificarmos os diferentes parceiros das associações civis pesquisadas, de acordo com os blocos temáticos dividimos as respostas entre os blocos e obtivemos os seguintes resultados representados no gráfico XL:

³⁸ Essa pesquisa intitulada “As ongs e a realidade brasileira” foi realizada pelo projeto Demo – Desenvolvimento Institucional e Metodologias de Trabalho das ongs – em 1995, publicado nos Cadernos da ABONG, 1996.

Gráfico XL



As soma das porcentagens de cada bloco temático excede do valor de 100% devido ao fato das respostas serem de múltipla escolha.

O bloco temático que mais se aproximou do tipo ideal de redes e parcerias horizontalizadas foi o bloco 2 (identitário ou novo associativismo), com 98% das redes ou parcerias feitas com organizações da sociedade civil, 55% com empresas privadas, bancos ou fundações, 25% com universidades e fundações de ensino e somente 5% com o Estado ou órgãos públicos. As características das associações presentes nesse bloco temático nos apontam a tendência da resposta apresentada, pois nele estão contidas as associações caracterizadas dentro no novo associativismo civil. Esse novo associativismo busca romper as relações com o sistema político e com isso diferenciar-se dele. Esse pode ser o motivo pelo qual esse bloco foi o que apresentou menos porcentagem de parcerias estabelecidas com o Estado e com os órgãos públicos. Foi também o que apresentou maior porcentagem de parcerias com organizações da sociedade civil, em comparação com os outros blocos temáticos.

O bloco 3 (econômico e de defesa profissional), foi o segundo a se aproximar do tipo ideal de redes horizontalizadas, com 71% de parcerias ou redes feitas com organizações da sociedade civil, 58% com empresas privadas, 33% com o Estado e 8% com as universidades ou fundações de ensino. Em comparação com os outros blocos temáticos esse bloco foi o que apresentou maior porcentagem de parcerias ou redes estabelecidas com as empresas privadas.

Talvez o fato desse bloco conter as associações profissionais, sindicatos e associações empresariais e patronais explique essa alta porcentagem.

O bloco 1 (comunitário), embora tenha respondido que 59% das associações estabelecem suas parcerias com as organizações da sociedade civil, foi o bloco que apresentou a maior porcentagem, em comparação com os outros, de parcerias com o Estado e com os órgãos públicos com 50% das respostas. Também apresentou porcentagens significativas referentes às parcerias com as empresas privadas com 31% e 28% com as universidades e fundações de ensino. Nesse sentido, esse bloco temático se aproximou mais do tipo ideal de redes e parcerias verticalizadas, devido ao fato da grande relação estabelecida com o Estado. Se retomarmos novamente a história da formação das associações civis contidas nesse bloco (associações de bairro, religiosas, filantrópicas e de mútua-ajuda), perceberemos que muitas delas se formaram junto aos conselhos comunitários (Franzoni, 1993) e que, embora tenham em algum determinado momento buscado uma autonomia frente aos conselhos e ao próprio governo, ainda apresentam uma relação estreita com esses órgãos. Não podemos contudo afirmar, que essas parcerias estabelecidas comprometem a autonomia dessas associações, pois nossos resultados não nos permitem tais conclusões.

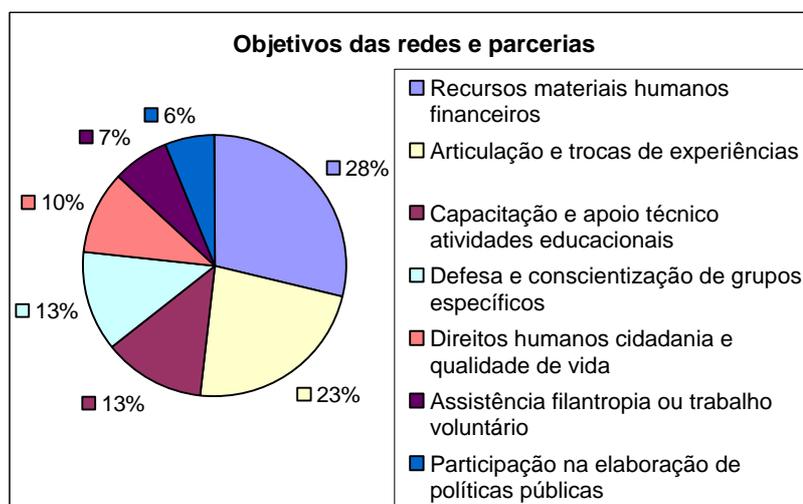
Outro bloco temático que mais se aproximou do tipo ideal de redes e parcerias verticalizadas foi o bloco 4 (acadêmico, apoio e assessoria), pois ele foi o segundo bloco que mais realizou parcerias ou redes com o Estado, com 35% do total das respostas. Também apresentou grande porcentagem de parcerias estabelecidas com as empresas privadas e com a universidade ou fundações de ensino com 20% cada. Nesse bloco somente 45% das parcerias ou redes que as associações participam são feitas junto às organizações da sociedade civil.

O bloco temático 5 (cultural), foi o que menos apresentou formações de redes e parcerias, com 50% de associações que não possuem nenhuma das duas formas de articulação, porém para as associações que formam redes ou parcerias a maioria delas se dão com organizações da sociedade civil com 33% das respostas. Por isso, ao verificarmos esse bloco de acordo com os tipos ideais de redes e parcerias percebemos que ele se aproxima mais do tipo ideal horizontalizado, pois embora a metade das associações contidas nesse bloco não estabeleça nenhum tipo de rede ou parceria, a maioria das associações que estabelecem o fazem com as organizações da sociedade civil.

Objetivos das parcerias ou redes

As associações civis sem fins lucrativos utilizam-se de articulações e parcerias inter-organizacionais com diversos objetivos como: alcançar objetivos comuns, trocar experiências ou obter recursos. Nesse sentido, a última pergunta referente às relações de redes e parcerias estabelecidas pelas associações civis foi quais são os objetivos dessas redes e parcerias. Obtivemos os seguintes resultados representados no gráfico abaixo:

Gráfico XLI



Segundo o gráfico XLI a primeira razão que motiva as associações a formarem parcerias ou redes é o auxílio de recursos materiais, humanos ou financeiros, com 28% do total de respostas. A segunda razão, refere-se à necessidade de articulação e troca de experiências entre as associações, com 23% das respostas. Em seguida temos com 13% a capacitação e apoio técnico, bem como, as atividade educacionais e ainda com 13% a defesa e conscientização de grupos específicos. Com 10% temos a defesa dos direitos humanos, da cidadania e da qualidade de vida; com 7% temos a assistência, filantropia e trabalho voluntário e por fim, com 6% temos a participação na elaboração de políticas públicas.

Comparando com a pesquisa desenvolvida por Ortega (1997), a formação de redes e parcerias se dão, na maioria das vezes, com o objetivo de trocas e intercâmbios de informações e coordenações de atividades em comum, já em Florianópolis, com pequena margem de diferença, o que prevalece são as parcerias para a obtenção de recursos.

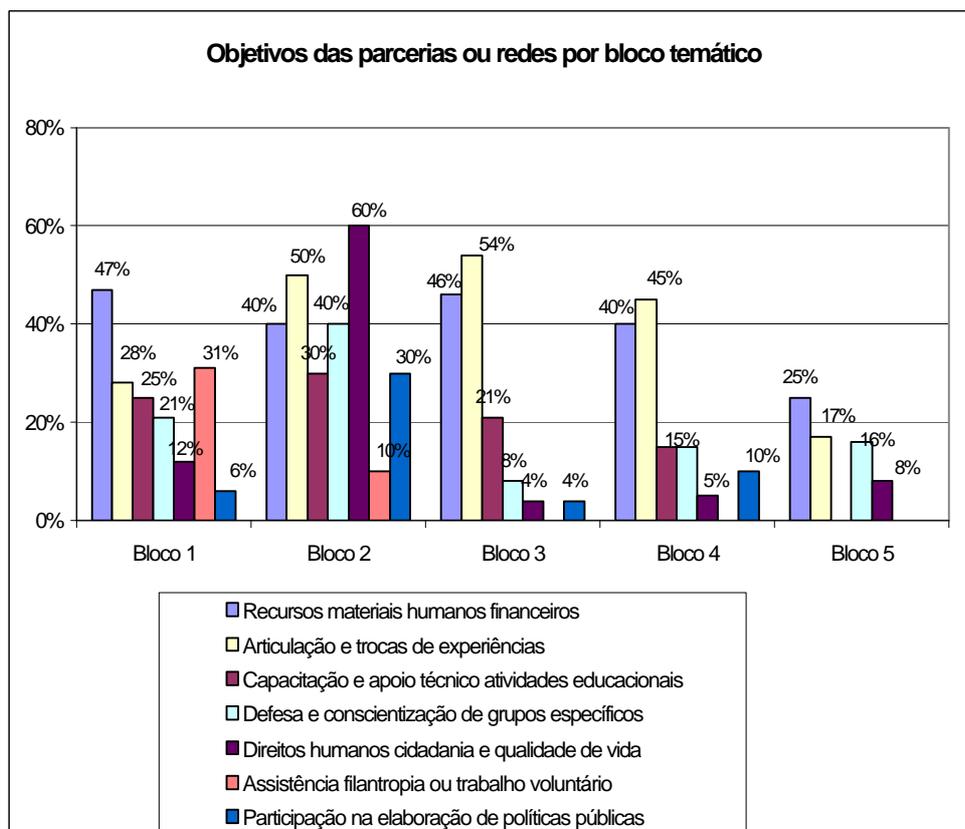
Em outra pesquisa desenvolvida por Machado & Souza, (1998)³⁹, as parcerias estabelecidas pelas organizações civis pesquisadas eram na maioria com o Estado, demonstrando um forte componente de recursos e apoios diversos oriundos do setor público que contribuem para a implementação dos trabalhos dessas organizações. Observou-se também uma significativa relação entre as organizações da sociedade civil, porém com objetivos diferentes, nesse caso, voltados a necessidade de intercâmbio e troca de experiências, bem como, de implementação de ações conjuntas com outras organizações similares.

Um ponto interessante a respeito do funcionamento das organizações locais é a rede de parcerias pela qual elas articulam e sustentam suas atividades em desenvolvimento. A combinação entre a esfera pública e privada define a tecitura de uma rede consolidada nas especificidades da dinâmica de cada setor, onde cada um dos parceiros define o seu campo de alianças, garantindo um espaço para canais de intercomunicações entre eles. (Machado & Sousa, 1998:62).

No caso de Florianópolis, podemos levantar a hipótese de que o associativismo civil possui um perfil de parcerias e redes tanto verticalizadas, cujos interesses estão voltados para recursos materiais, humanos e financeiros, quanto horizontalizadas, que buscam a articulação e trocas de experiências. Contudo, é importante verificar se há uma relação entre os parceiros das organizações e os objetivos das parceiras, como apontaram as tendências das duas pesquisas citadas anteriormente. Para isso dividimos entre os blocos temáticos os objetivos das parcerias para compararmos com o gráfico XLII referente aos parceiros das associações.

³⁹ Esse estudo foi desenvolvido pelo Núcleo de Prática Jurídica e Escritório de Direitos Humanos e Cidadania da UNB junto à comunidade de Ceilândia durante o ano de 1998, com o objetivo de identificar os movimentos sociais mais representativos e desenvolver um estudo sobre a potencialidade para a formação de uma rede de defesa dos direitos humanos naquela comunidade.

Gráfico XLII



De acordo com o gráfico XLII, o bloco temático que mais respondeu que o objetivo de suas parcerias ou redes é a obtenção de recursos materiais, humanos ou financeiros foi o bloco 1 (comunitário), com 47% das respostas. Se compararmos com o gráfico XL sobre os parceiros desse bloco temático verificaremos que esse foi o bloco que apresentou a maior porcentagem de parcerias desenvolvidas com o Estado e com os órgãos públicos. Sendo assim, podemos fazer uma relação entre os parceiros e os objetivos da parceria, pois em se tratando de parceiros vinculados ao poder público, o objetivo da parceira é na maioria das vezes a obtenção de recursos. O segundo maior objetivo das parcerias ou redes, presente nesse bloco, é a assistência, filantropia ou trabalho voluntário com 31%. Esse objetivo pode ser explicado pelos tipos de associações que compõe este bloco como associações filantrópicas, assistencialistas, de bairro, religiosas e de mútua-ajuda. Com menos representatividade temos os seguintes objetivos: articulação e troca de experiências com 28%, capacitação e apoio técnico com 25%, defesa e conscientização de grupos específicos com 21%; direitos humanos, cidadania e qualidade de vida com 12% e participação na elaboração de políticas públicas com 6%.

O bloco temático 2 (identitário ou novo associativismo), apresentou a maior porcentagem de respostas sobre os objetivos das parcerias ou redes relacionado aos direitos humanos, à cidadania e a luta pela qualidade de vida com 60%. Em segundo lugar, temos o objetivo de articulação e troca de experiências com 50%. Novamente se compararmos com os resultados do gráfico XL esse bloco temático foi o que apresentou a maior porcentagem de redes e parcerias com as organizações da sociedade civil. Podemos propor então que essas parcerias têm, na maioria das vezes, objetivos relacionados com a articulação, troca de experiências e ações cidadãs e de defesa dos direitos humanos. Cabe ressaltar que esse bloco foi o que apresentou maior porcentagem referente ao objetivo participação na elaboração de políticas públicas com 30% e referente à defesa e conscientização de grupos específicos com 40%. Essas objetivos reafirmam as características do novo associativismo na tentativa de uma construção cidadã de participação e articulação.

O bloco temático 3 (econômico e de defesa profissional) obteve os seguintes resultados: 46% das respostas referente à obtenção de recursos materiais, humanos ou financeiros, 54% das respostas referentes à articulação e troca de experiências e 21% para a capacitação e apoio técnico. Esse bloco também apresentou a maior porcentagem de parcerias com as organizações da sociedade civil (gráfico XL), e os objetivos estão relacionados com seus parceiros. Outra parceria desenvolvida por esse bloco é com as empresas privadas, talvez isso explique as porcentagens referentes à obtenção de recursos e apoio técnico.

O bloco 4 (acadêmico de apoio e/ou assessoria) apresentou os seguintes resultados: 40% das respostas referentes à obtenção de recursos materiais; 46% para articulação e troca de experiências e 15% para capacitação e apoio técnico e defesa de grupos específicos.

Finalmente o bloco 5 (cultural), teve os seguintes objetivos para suas redes e parcerias: 25% para a obtenção de recursos, 17% para a articulação e troca de experiências, 16% para a defesa e conscientização de grupos específicos e 8% para objetivos referentes à defesa de direitos humanos, cidadania e qualidade de vida.

Com relação aos tipos ideais de redes e parcerias analisados podemos concluir que os blocos temáticos que mais se aproximaram do tipo ideal horizontalizado foram os bloco 2 (identitário ou novo associativismo), 3 (econômico e de defesa profissional) e por último o bloco 5 (cultural). Esses três blocos apresentaram maior porcentagem de parcerias ou redes estabelecidas com as organizações da sociedade civil e os objetivos dessas parcerias eram, na maioria das vezes referentes à troca de experiências, articulação, defesa e conscientização de grupos específicos e participação na elaboração de políticas públicas.

Já os blocos 1 (comunitário) e 4 (acadêmico de apoio e/ou assessoria) se aproximaram mais do tipo ideal de redes e parcerias verticalizadas, pois a maioria de seus parceiros são os órgãos públicos e empresas privadas e os objetivos de suas parcerias são a obtenção de recursos materiais, humanos ou financeiros.

Desta forma, podemos concluir que existe uma relação entre os parceiros e os objetivos das parcerias, ou seja geralmente quando os parceiros são os órgãos públicos ou empresas privadas os objetivos das parcerias, na maioria das vezes refere-se à obtenção de recursos e geralmente quando os parceiros são as organizações da sociedade civil seus objetivos relacionam-se com a troca de experiências, articulação e defesas de causas comuns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou, através das pesquisas realizadas, trazer novos aportes para o estudo das práticas associativas no contexto da cidade de Florianópolis, bem como, possibilitar novos estudos que aprofundem as análises sobre o fenômeno do associativismo civil.

Nessa investigação dois aspectos particulares e complementares entre si foram privilegiados em relação a essa ampla temática: primeiramente, a construção de uma análise descritiva do perfil do associativismo civil local e das lideranças que o compõem e, em segundo, um estudo explicativo e comparativo das diversas tendências desse associativismo, buscando levantar hipóteses sobre suas atuações e características, a partir dos tipos ideais analisados.

Sobre o perfil descritivo das lideranças das associações pesquisadas foi possível verificar algumas tendências marcantes apresentadas durante a tabulação e análise dos dados, tais como: a maioria das lideranças é do sexo masculino, apresenta estado civil casado, possui ensino superior, renda mensal entre 5 e 10 e acima de 10 salários mínimos, professam a religião católica e são trabalhadores ativos. Ao compararmos os resultados da pesquisa desenvolvida em Florianópolis com os de Belo Horizonte, verificamos que as tendências se mantêm, ou seja, a maior parte dos entrevistados da capital mineira também são homens, casados, com ensino superior, renda entre 5 e 10 e acima de 10 salários mínimos, católicos e trabalhadores ativos.

Em vários momentos da análise dos dados, observamos que os atores entrevistados, representados nessa amostra pelas lideranças das associações civis, constroem seus discursos baseados em ideais de solidariedade, coletividade e bem comum. Esse discurso se fez presente em diferentes depoimentos, como por exemplo, quando eles responderam sobre os benefícios que buscam alcançar com a participação dentro da associação, sobre o tipo ideal de organização de uma associação civil e sobre suas motivações pessoais em participar da associação. Até mesmo quando eles responderam sobre os objetivos das associações, tais ideais foram incorporados nos depoimentos.

A teoria da dádiva desenvolvida por Marcel Mauss (1974), nos ajuda a compreender como as lideranças do associativismo civil de Florianópolis constroem suas identidades de atores sociais, uma vez que a maioria dos entrevistados utilizou dos valores e princípios

presentes nessa teoria para justificar sua atuação no campo associativo. Faz-se necessário esclarecer novamente que a possibilidade de analisar o associativismo civil à luz da teoria da dádiva não significa negar qualquer relação baseada em interesses corporativos ou até mesmo pessoais dentro das associações civis, nem tão pouco afirmá-las. A teoria da dádiva, como bem explica Albuquerque (2001), não deve ser confundida com dádiva cristã, ou com algo totalmente altruísta. Ela busca explicar as relações que não estão inclusas na lógica do mercado ou do Estado e não eliminar ou afirmar a possibilidade de existência de outros interesses que não os exclusivamente coletivos.

Um outro aspecto relevante que podemos constatar durante a análise dos dados foi a diferença existente entre o número de lideranças masculinas e femininas presente na amostra. As mulheres embora possam constituir a maioria dos participantes das associações, como apontam várias pesquisas⁴⁰, são minoria na ocupação de cargos de diretoria ou como representantes que respondem pela associação. Nessa amostra, 30% dos entrevistados eram do sexo feminino e 70% eram do sexo masculino. Entre as associações que as mulheres foram as representantes, verificamos que elas se concentram em organizações relacionadas a questões escolares, ao atendimento à saúde, a atividades assistenciais e filantrópicas.

Esse resultado nos aponta a mesma tendência verificada por Avelar (2001), de que tratando-se de associações civis formalmente organizadas, a situação das mulheres é a mesma encontrada nas outras estruturas formais de representação, ou seja, há uma diferença representativa entre a participação feminina em comparação à masculina nos cargos de lideranças e mesmo as associações cujas representantes são mulheres elas possuem características que são consideradas eminentemente femininas como assistencialismo e filantropia.

Sobre a abrangência da atuação das associações, foi constatado que houve um aumento, em comparação com a análise feita por Scherer-Warren (1999b), onde a maioria das associações era mais voltada para uma ação local, no âmbito municipal. Já nessa amostra a maioria das associações apresentou-se voltada para uma atuação ao nível estadual. Esse aumento pode ser explicado, em hipótese, pelas relações estabelecidas através de redes e parcerias entre as associações civis. Essas redes associativas podem permitir uma expansão da atuação das associações, uma vez que elas desterritorializam as ações coletivas visado a união do local com o global (Scherer- Warren, 1996).

⁴⁰ Ver Landim (2000), Ortega (1997), Marques (1996), Avelar (2001).

Finalmente, a última característica que se apresentou relevante na análise do perfil das associações civis foi sobre a importância dos meios de comunicação como forma de atuação das associações civis. Uma grande maioria de 95% das associações produzem material informativo sobre seus objetivos, lutas e conquistas e 76% delas utilizam-se desse material como forma de atuação.

Além das tendências verificadas sobre o perfil das lideranças e das associações civis, observamos também que a maioria das respostas que foram divididas entre os blocos temáticos, tanto do capítulo III quanto do capítulo IV, mostraram que algumas associações possuem características do novo associativismo civil e outras características relacionadas a uma forma de organização mais tradicional. Não é possível porém, cristalizar os tipos de associações dentro de uma ou outra forma de associativismo, pois todos os blocos temáticos em algum momento apresentaram características mais novas e em outros momentos características mais tradicionais. O que foi possível verificar é que alguns tipos de associativismo como àquele ligado a causas identitárias, ambientais e de direitos humanos, possuem mais frequentemente características do novo associativismo civil. Outros tipos de associativismo como os relacionados a questões religiosas, mútua-ajuda, comunitária e escolares apresentam características mais tradicionais.

Chamamos de novo associativismo as associações civis capazes de demarcar um espaço civil distinto do espaço político, na sua condição de espaço público autônomo e democrático e de ampliar suas estruturas de confiança expressa por três variáveis: a igualdade entre os membros de uma determinada associação, a transparência das formas de prestação de contas e a autonomia das formas de financiamento (Avritzer, 1998).

Sobre a questão da democracia e do associativismo civil, observamos que alguns blocos temáticos se aproximaram mais do tipo ideal de democracia representativa, devido a características mais tradicionais que eles apresentam. Um exemplo que podemos levantar é o bloco 1 (comunitário), representado por associações de bairros, religiosas, escolares, de mútua-ajuda e saúde. Esse bloco tem um perfil de atuação a partir do suprimento de carências e de ações assistenciais e se considerarmos a história de formação desses grupos em Florianópolis, percebemos que, num primeiro momento, muitas dessas associações nasceram a partir dos Conselhos Comunitários, que são organizações oriundas de iniciativas do governo com a finalidade de cooptar ou controlar a participação popular de acordo com os seus interesses. Num segundo momento, as associações buscaram uma autonomia em relação à esse conselhos comunitários e frente ao Estado (Franzoni, 1993). Sendo assim, uma das

hipóteses que levantamos na tentativa de explicar o porquê desse bloco temático ter se aproximado mais do tipo ideal de democracia representativa é que essas organizações podem trazer ainda resquícios dos modelos tradicionais oriundos de práticas sociais atreladas ao Estado e de decisões tomadas pelos órgãos representativos dentro da associação.

Outras associações se aproximaram mais do tipo ideal de democracia participativa com foi o caso das associações étnicas, femininas, ambientalistas e de direitos humanos. Propomos como explicação o fato dessas associações apresentarem características presentes na teoria do “novo associativismo”. Essa teoria afirma que há uma nova forma de organização social voltada para os ideais democráticos, para construção de identidades coletivas e capaz de demarcar um espaço civil diferenciado do espaço político (Avritzer, 1998). Concluímos contudo que, mesmo que existam diferenças entre a forma como as associações exercem a democracia nas suas práticas internas, essas organizações da sociedade civil contribuem para um aprofundamento do processo democrático e, portanto, são um dos vários mecanismos utilizados pelos atores sociais na busca de formas alternativas ou não hegemônicas de democracia (Santos, 2002).

Sobre a questão da participação, verificamos que grande parte das lideranças entrevistadas afirma que devem participar das associações civis grupos que entendem a participação como um ato cidadão que contribui na construção do coletivo. Sendo assim, no que tange aos tipos ideais de participação construídos, a tendência geral das lideranças das associações civis é de aproximar-se do tipo ideal de participação cidadã ampla, ou seja, a maioria acredita que participar em associações caracteriza-se como algo que vai além da busca de interesses pessoais e individuais e que o ato de participar não é apenas um ato voluntário de tomar parte de algo, mas sim uma prática cidadã. Nesse sentido, o termo participação articula-se com o de cidadania e o ato de participar é visto como equivalente a criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo democrático.

Ainda dentro da questão da participação, quando perguntamos porque as pessoas tomam a decisão de participar das associações civis verificamos que as respostas referem-se a motivos alheios a particularismos, ou seja, a maioria dos entrevistados respondeu que participam das associações visando contribuir para uma mudança social e não somente para alcançar o objetivo proposto pela associação. Esses resultados negam os principais elementos da teoria de Olson (1999), quando afirma que os indivíduos não agiriam para alcançar seus objetivos coletivos ou grupais a menos que haja uma coerção que os force a tanto ou que

exista algum incentivo à parte, como por exemplo, que eles não tenham que arcar com o ônus para a obtenção desses benefícios. Mesmo que consideremos que as lideranças elaboraram suas respostas de acordo com um discurso mais “socialmente aceito” como é o caso da luta por uma mudança social, outras questões do questionário nos apontam que é possível que eles estejam imbuídos desses ideais, como por exemplo o fato da maioria possuir uma renda mensal entre 5 a 10 salários mínimos, prestar serviço voluntário, dedicar muitas horas à associação e estarem participando há mais de 5 anos delas.

Sobre a questão da autonomia financeira, verificamos que a maior parte dos recursos das associações civis de Florianópolis vem do autofinanciamento através da contribuição de seus membros ou da realização de eventos e não de recursos externos do Estado, doações, agências financiadoras ou recurso internacional. Nesse sentido, é possível levantar a hipótese de que cada vez mais as associações buscam ou são obrigadas a buscar uma autonomia financeira ampla, principalmente em relação ao Estado que apresenta uma pequena porcentagem no auxílio de financiamentos para as associações.

Analisando a autonomia organizativa das associações em relação aos partidos políticos, verificamos que o discurso das lideranças não foi contraditório a suas práticas, pelo contrário, a maioria delas não possui vínculos partidários através da filiação pessoal. Pode-se então propor que tanto no âmbito do discurso, quanto na prática dos entrevistados, as lideranças das associações civis de Florianópolis buscam uma autonomia organizativa ampla, ou seja, sem vínculos formais com os partidos políticos. Nesse sentido, Avritzer (1998), atenta para uma mudança clara na forma de organização da sociedade brasileira, onde passa a haver uma diferenciação entre associativismo e sistema político. Tanto na pesquisa realizada em Belo Horizonte, como na de Florianópolis, os dados “apontam na direção de uma clara demarcação entre sistema político e associativismo, colocando em dúvida alguns dos elementos da tradição corporativista e estadocrática que nos faria supor que o associativismo devesse encontrar formas imediatas de inserção no interior do Estado” (Avritzer, 1998:52).

Há contudo, uma diferenciação muito grande entre as relações que as associações pesquisadas estabelecem com os órgãos públicos e aquelas estabelecidas com os partidos políticos. 76% das associações pesquisadas não estabelecem nenhuma relação com os partidos políticos, já com os órgãos públicos o resultado se inverte, 85% das associações estabelecem algum tipo de relação. A hipótese que podemos levantar a partir desses resultados é que a tentativa de diferenciação entre o associativismo e o sistema político (observado nas questões referentes aos partidos políticos) não se mantém da mesma forma quando se trata dos órgãos

públicos. Ou seja, há uma maior participação das associações civis junto aos órgãos públicos do que junto aos partidos políticos. Frente a essa tendência, podemos levantar a hipótese de que, as lideranças das associações acreditariam que as relações estabelecidas com os órgãos públicos não interfeririam diretamente na autonomia organizativa da associação, o que já não aconteceria nas relações estabelecidas com os partidos. Além disso, há na atual conjuntura política de democratização do Estado brasileiro, um estímulo a co-gestão da sociedade civil e o Estado dentro da esfera pública.

A questão da autonomia frente ao Estado é bastante complexa, uma vez que o Estado se constitui a instância legítima de execução das políticas públicas e é o interlocutor principal das demandas coletivas (Luchmann, 1991). Sendo assim, manter relações com os órgãos públicos passa a ser algo inevitável ou até mesmo necessário para as associações civis, na medida em que elas se identificam como as representantes dos interesses da sociedade civil perante o poder público.

Finalmente, sobre as relações de redes e parcerias, verificamos na amostra pesquisada uma tendência por parte das associações em privilegiar as parcerias ou redes junto às organizações da sociedade civil, em detrimento de outros organismos como os órgãos públicos, empresas privadas e universidades. Observamos também que há uma relação entre os parceiros e os objetivos das parcerias, ou seja geralmente quando os parceiros são os órgãos públicos ou empresas privadas os objetivos das parcerias referem-se à obtenção de recursos e, geralmente quando os parceiros são as organizações da sociedade civil seus objetivos relacionam-se com a troca de experiências, articulação e defesas de causas comuns.

Em suma, este trabalho buscou apontar algumas hipóteses, tendências e características das associações civis de Florianópolis, como espaço alternativo de participação e intervenção dentro da esfera pública.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Paulo H. Martins de. *A sociologia de Marcel Mauss e sua atualidade teórica*. XXV Encontro Anual da ANPOCS: Caxambu, 2001.

AMMANN, Safira Bezerra. *Participação Social*. São Paulo: Cortez & Moraes Ltda, 1980.

ARATO, Andrew & COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria política. In: AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova: revista de cultura e política*. n. 39, 1997.

AVRITZER, Leonardo. Cultura política, associativismo e democratização: uma análise do associativismo no Brasil. *O novo associativismo brasileiro. Relatório Substantivo Final* Estudo de Belo Horizonte, FORD/ANPOCS, 1998.

AURAS, Marli. *Poder oligárquico catarinense: da guerra aos fanáticos do Contestado à opção pelos pequenos*. Tese de doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisas de survey*. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BAILEY, Michael. Levantamento de fundos no Brasil. Principais implicações para as organizações da sociedade civil e ONGs internacionais. *Cadernos da ABONG, ONGs identidade e desafios atuais*, São Paulo, n. 27, p. 87-106, maio, 2000.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UNB, 1998.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1987.

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CECCA. *Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 1996.

CORREIA, Viviane Ribeiro, (et al). *Associativismo civil em Florianópolis: identidades e tendências*. Trabalho apresentado no II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, 2003.

COSTA, Sérgio. Autores da sociedade civil e participação política: algumas restrições. *Caderno do CEAS*, n. 55. jan./fev., 1995.

FANTIN, Maristela. *Sujeitos em mudanças: experiências populares de educação, organização e participação no Morro do Horácio – Florianópolis, entre 1982 – 1992*. Tese de Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público. O terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário de língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. *Desafios e perspectivas: partidos políticos X movimentos sociais*. Maceió: Edufal, 1997.

FONTES, Breno Augusto S. M. & EICHNER, Klaus. Sobre a estruturação de redes sociais em associações voluntárias: estudo empírico de organizações não governamentais da cidade de Recife. *Revista Sociedade e Estado*, volume XVI n.1-2 jan./dez. – UNB, 2001.

FRANK, André G. & FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. *Lua Nova*, n. 17/jun. São Paulo: CEDEC, 1989.

FRANZONI, Teresa Mara. *As “perigosas” relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal na ilha de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.

FREUND, Julien. *A sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1970.

GODBOUT, J.T. Introdução à Dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* vol. 13, n. 38, out, pp.39-51, 1998.

GOHN, Maria da Glória. O cenário da participação em práticas de gestão da coisa pública no Brasil no final do milênio: as mudanças no caráter do associativismo. *Cidadania – Textos*. n. 12 Julho, 1998.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. Coleção questões da nossa época, v.84. São Paulo: Cortez, 2001.

GROH, Vilson. *Labirintos de esperanças: o significado pedagógico das histórias de vida de lideranças populares na trajetória comunidade CEDEP, orçamento participativos na cidade de Florianópolis*. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Movimentos Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

HELLMANN, Michaela (org). *Movimentos sociais e democracia no Brasil. "Sem a gente não tem jeito"*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

HENRIQUE, Michele C. "*Ser Voluntário*": algo mais do que ocupar o tempo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

LANDIM, Leilah (org.) Sem fins lucrativos, as organizações não-governamentais no Brasil. *Cadernos do ISER*, n. 20. Rio de Janeiro, 1988.

LANDIM, Leilah, & BERES, Neide. *As organizações sem fins lucrativos no Brasil ocupações, despesas e recursos*. Colaboradora: Maria Celi Scalon. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

LANDIM, Leilah, & SCALON, Maria Celi. *Doações e trabalho voluntário no Brasil: uma pesquisa*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

LAVALLE, Adrián Gurza. *O vigoroso modelo da sociedade civil miúda*. São Paulo: CEBRAP, 2001.

LUCAS, John Randolph. *Democracia e participação*. Coleção Pensamento Político. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília – UNB, 1985.

LUCHMANN, Lígia Helena H. *Cotidiano e democracia na organização da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

MARQUES, Siomara A. *Mulheres de periferia: tecendo redes na construção da cidadania*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, na Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. Volume II. Tradução: Mauro W. B. de Almeida. São Paulo: EPU e EDUSP, 1974.

MELUCCI, Alberto. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Juventude e movimento estudantil: o "velho" e o "novo" na militância*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, na Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

MÜLLER, Kathia Terezinha. *Organização de moradores em Florianópolis numa perspectiva de necessidades radicais*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, na Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

OLIVEIRA, Francisco de, & PAOLI, Maria Célia (orgs). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. Tradução Fabio Fernandez. São Paulo: Editora da USP, 1999.

ORTEGA, Eduardo Raúl. *Asociaciones civiles sin fines de lucro da la ciudad de Córdoba: identificación y dimensión del sector*. Córdoba: Fundación Juan Minetti y Secretaría de Extensión Universitaria Universidad Nacional de Córdoba, 1997.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: Em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela (org). *Movimentos sociais e democracia no Brasil. "Sem a gente não tem jeito"*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

PEDRINI, Dalila Maria. *Entre laços e nós. Associativismo – autogestão – identidade coletiva. A empresa alternativa de produção socializada EAPS – Brusque – Santa Catarina*. Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998

PEREIRA, Karine A. & TOMIELLO, Naira. Emergência do associativismo civil em Florianópolis. In: SCHERER-WARREN, Ilse, & NPMS, *Organizações voluntárias de Florianópolis*. Florianópolis: Insular, 1996.

RIVERA, Alberto J. Oliveira. *Cambios en los patrones de acción colectiva y el nuevo asociativismo en México*. Artigo apresentado no XXI Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. São Paulo, 1997.

ROUSSEAU, Jean J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultura, 1978.

RUSCHEINSKY, Aloísio. *Atores políticos e lutas sociais: movimentos sociais e partidos políticos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

RUSCHEINSKY, Aloísio. *Metamorfoses da cidadania: sujeitos sociais, cultura política e institucionalização*. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: PAOLI, M. C. & OLIVEIRA, F. *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza, & AVRITZER, Leonardo (orgs.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. volume I: O debate contemporâneo. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Loyola/Centro João XXIII, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse, & KRISCHKE, Paulo J., (orgs). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse & NPMS. *Organizações voluntárias de Florianópolis*. Florianópolis: Insular, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999a.

SILVA, Clovis Pires da. *Participação popular e cultura política: as emendas populares na Assembléia Constituinte de 1989 em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Associativismo civil em Florianópolis: evolução e tendências*. In: Revista de Ciências Humanas, n.26, p.115-134, Florianópolis: Ed. UFSC, 1999b.

SCHERER-WARREN, Ilse & ROSSIAUD, Jean. *Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais*. Florianópolis: Diálogo e Itajaí: Univali, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, Marcos (org). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Educ e Fapesp, 2001.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

SOUZA, Clêyde (et. al) *ONGs Nordestinas: transformação e permanência*. Cadernos da ABONG n°14 Junho, 1996.

SOUZA, Marcio Vieira de. *As vozes do silêncio: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil*. Paris: Fondation pour le progress de l'homme, Florianópolis: Diálogo, 1996.

SROUR, Robert Henry. *A política dos anos 70 no Brasil – a lição de Florianópolis*. São Paulo: Economia Editorial, 1982.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1999.

TRAGTENBERG, Maurício. *Max Weber*. Coleção: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

VIANA, Thereza Cristina Bertazzo Silveira. *Associativismo civil X sistema político: uma relação de autonomia, parceria ou subordinação?* Monografia de Bacharel em Ciências Sociais. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

VIANA, Thereza Cristina Bertazzo Silveira. *Da dádiva ao estado nascente: um novo olhar sobre o associativismo civil em Florianópolis*. Artigo apresentado no Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais realizado no Rio de Janeiro em setembro de 2002.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Ed. Moraes, 1987.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 1. Tradução de Augustin Wernet. 2ª edição. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1993.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3ª edição. Brasília: UNB, 1994.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Coleção a Obra-Prima do Autor, Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ANEXO 1

DATA: ____/____/____ QUESTIONÁRIO Nº _____
HORA DE INÍCIO _____
NOME DA ENTREVISTADORA _____

I. SOBRE O ENTREVISTADO

PERFIL

Nome: _____	
1. Idade: _____ anos	1.
2. Sexo: (1)fem (2)masc	2.
3. Estado civil: (1)casado(a) (2)solteiro(a) (3)divorciado(a) (4)outro (99)NR	3. _____
4. Escolaridade: (1) 1º grau I (2) 1º grau C (3) 2º grau I (4) 2º grau C (5) 3º grau I (6) 3º grau C (99) NR	4. _____
5. Renda mensal em SM: (1) menor que 2 (2) entre 2 a 5 (3) entre 5 a 10 (4) maior que 10 (99) NR	5. _____
6. Renda familiar em SM: (1) menor que 2 (2) entre 2 a 5 (3) entre 5 a 10 (4) maior que 10 (99) NR	6. _____

<p>7. <i>Crenças religiosas: possui religião?</i> (1)sim, qual? _____ (2)não (99)NR</p>	<p>7. _____</p>
<p>8. <i>Em que tipo de atividade você trabalha?</i> (1)agropecuária (2)indústria (3)transporte (4)comércio (5)serviço público (6)setor educacional e de cultura (7)construção civil (8)profissão liberal, qual? _____ (9)outra, qual? _____ (99)NR</p>	<p>8. _____</p>

AMBIENTE INTERNO

<p>9. <i>Para você, qual a forma ideal de organização de uma associação civil?</i> (ESPONTÂNEA) _____ _____ _____</p>	
<p>10. <i>Quanto à participação, quem deve participar da associação?</i> (ESPONTÂNEA) _____ _____ _____</p>	
<p>11. <i>Quanto a decisão, a instância máxima de decisão deve ser:</i> (1)diretoria (2)assembléia (3)presidente (99)NR</p>	<p>11. _____</p>
<p>12. <i>Quanto a contribuição, como os membros devem contribuir para a associação?</i> (1)trabalho voluntário (2)apoio financeiro (3)ambos (4)outro, qual? _____ (99)NR</p>	<p>12. _____</p>

<p>13. Cargo que você ocupa:</p> <p>(1)presidente (2)diretor (3)conselheiro (4)funcionário administrativo (5)executor de projeto (6)outra, qual? _____ (99)NR.</p>	<p>13. _____</p>
<p>14. Tipo de trabalho prestado:</p> <p>(1)voluntário (2)remunerado (3)outro, qual? _____ (99)NR.</p>	<p>14. _____</p>
<p>15. Atividade que realiza:</p> <p>(a)freqüente reuniões (b)contato com outras entidades-articulação (c)contato com órgãos públicos (d)trabalho de base junto a comunidade (e)contato com parlamentares. (f)coordenação (g)outro, qual? _____ (99)NR</p>	<p>15.a _____ 15.b _____ 15.c _____ 15.d _____ 15.e _____ 15.f _____ 15.g _____</p>
<p>(99)NR</p>	<p>99</p>
<p>16. Tempo que participa desta associação (anos):</p> <p>(1)0 a 1 (2)1 a 3 (3)3 a 5 (4)5 a 10 (5)mais que 10 (99)NR.</p>	<p>16 _____</p>
<p>17. Motivos da participação:</p> <p>(a)alcançar o objetivo material proposto pela associação (b)trabalhar por algum tipo de mudança social (c)participar de um ambiente coletivo (d)fortalecer a associação internamente (e)outro, qual? _____ (99)NR.</p>	<p>17.a _____ 17.b _____ 17.c _____ 17.d _____ 17.e _____</p> <p>99</p>
<p>18. Que tipo de benefício você conseguiu com sua participação na sua associação?</p> <p>(a)melhorar a qualidade de vida (b)melhorar as condições da minha comunidade (c)melhorar as condições da minha categoria (d)melhorar a situação da causa que defendo (e)melhorar a nossa organização (f)aumentar a solidariedade entre as pessoas associadas (g)outro, qual? _____ (99)NR</p>	<p>18.a _____ 18.b _____ 18.c _____ 18.d _____ 18.e _____ 18.f _____ 18.g _____</p> <p>99.</p>

AMBIENTE EXTERNO

<p>19. <i>Você participa em outras associações:</i></p> <p>(a)nenhuma</p> <p>(b)associações culturais, esportivas e de lazer, qual _____ a _____ anos</p> <p>(c)defesa comunitária e ou assistencialista, qual _____ a _____ anos</p> <p>(d)defesa econômica e profissional, qual _____ a _____ anos</p> <p>(e)associações acadêmicas e de pesquisas, qual _____ a _____ anos</p> <p>(f)ONGs (mulheres, étnicas, etárias, ecológicas, etc.),qual _____ a _____ anos</p> <p>(g)outros, qual _____ a _____ anos</p> <p>(99)NR</p>	<p>19.a _____</p> <p>19.b _____</p> <p>19.c _____</p> <p>19.d _____</p> <p>19.e _____</p> <p>19.f _____</p> <p>19.g _____</p> <p>99. _____</p>
<p>20. <i>Há quanto tempo você participa de associações em geral (anos)?</i></p> <p>(1) 0 a 1</p> <p>(2) 1 a 3</p> <p>(3) 3 a 5</p> <p>(4) 5 a 10</p> <p>(5)mais que 10</p> <p>(99)NR</p>	<p>20. _____</p>
<p>21. <i>Quantas horas semanais você dedica às associações?</i></p> <p>(1)1-5</p> <p>(2)6-15</p> <p>(3)16-24</p> <p>(4)25 ou mais</p> <p>(99)NR</p>	<p>21. _____</p>
<p>22. <i>Na sua opinião, que tipo de relação sua associação deve manter com partidos políticos</i></p> <p>(1)nenhuma</p> <p>(2)autonomia</p> <p>(3)parceria</p> <p>(4)subordinação</p> <p>(99)NR</p>	<p>22. _____</p>
<p>23. <i>Você é filiado a algum partido político:</i></p> <p>(1)sim, qual? _____</p> <p>(2)não</p> <p>(99)NR.</p>	<p>23. _____</p>

II. SOBRE A ASSOCIAÇÃO

PERFIL

24. Nome da associação: _____ - <div style="text-align: right; margin-right: 50px;"><i>Sigla</i> _____</div>	
25. Ano de fundação: _____	25. _____
26. Atuação da associação: (1)bairro (2)município (3)estado (4)nacional (5)internacional (6)outra, qual? _____ (99)NR	26. _____
27. Endereço: _____ Bairro: _____ CEP.: _____ - _____ Cidade: <i>Florianópolis</i> Fone: (048) _____ - _____ Fax: (048) _____ - _____ E-mail: _____	
28. Possui sede própria: (1)sim (2)não. Especificar _____. (99)NR	28. _____
29. A associação dispõe de: (a)fax (b)telefone (c)internet (d)computador (e)outro, qual? _____ (99)NR	29.a _____ 29.b _____ 29.c _____ 29.d _____ 29.e _____ 99. _____

AMBIENTE INTERNO

30. Objetivos da associação (ESPONTÂNEA) _____ _____ _____ _____ _____	30. _____
31. Como a maioria dos associados participam da associação: (a)presença freqüente nos eventos e reuniões (b)presença esporádica nos eventos e reuniões (c)prestando apoio financeiro (d)prestando serviços voluntários (e)prestando serviços remunerados (f)outros, quais? _____	31.a _____ 31b _____ 31.c _____ 31.d _____ 31.e _____ 31.f _____

<p>32. <i>Qual a forma de atuação da sua associação?</i></p> <p>(a)realiza reuniões de grupo (b)presta serviços voluntários (c)faz seminários e palestras (d)realiza estudos e pesquisas (e)realiza atividades com a participação dos voluntários (f)presta serviços pagos (g)produz material informativo (h)realiza atividades recreativas (i)outro, qual? _____</p> <p>(99)NR</p>	<p>32.a _____ 32.b _____ 32.c _____ 32.d _____ 32.e _____ 32.f _____ 32.g _____ 32.h _____ 32.i _____ 99.</p>
<p>33. <i>A associação fornece algum apoio legal, de que tipo?</i></p> <p>(a)nenhum (b)jurídico ©assistencial (d)administrativo (e)informativo (f)outro, qual? _____</p> <p>(99)NR</p>	<p>33.a _____ 33.b _____ 33.c _____ 33.d _____ 33.e _____ 33.f _____ 99.</p>
<p>34. <i>Quais as fontes de recursos da associação?</i></p> <p>(a)contribuições de membros (b)autofinanciamento através de realização de eventos (c)doações de indivíduos e/ou entidades privadas (d)recursos do estado (e)financiamento internacional (f)prestação de serviços (g)outros, qual? _____</p> <p>(99)NR</p>	<p>34.a _____ 34.b _____ 34.c _____ 34.d _____ 34.e _____ 34.f _____ 34.g _____ 99.</p>
<p>35. <i>Para quem a associação presta contas?</i></p> <p>(a)aos associados (b)as entidades financiadoras (c)outros, qual? _____</p> <p>(99)NR</p>	<p>35.a _____ 35.b _____ 35.c _____ 99.</p>
<p>36. <i>Tipo de prestação de contas:</i></p> <p>(a)balanço e/ou livro-caixa (b)relatórios de atividades e financeiros (c)conselho fiscal (d)assembléia (e)outro, qual? _____</p> <p>(99)NR</p>	<p>36.a _____ 36.b _____ 36.c _____ 36.d _____ 36.e _____ 99.</p>

37. <i>Quais os benefícios alcançados pela associação:</i> (a)melhoria de condições de um grupo específico (b)melhoria da qualidade de vida em geral (c)melhoria das condições da categoria (d)aumento da solidariedade entre os membros (e)melhoria das condições das causas defendidas (e)outros, quais? _____ (99)NR.	37.a _____ 37.b _____ 37.c _____ 37.d _____ 37.e _____ 37.f _____ 99.
38. <i>Quais os assuntos decididos em assembléia:</i> (a)administrativos/burocráticos (b)gestão interna (escolha de representantes, programa de atividades, estratégias, etc.) (c)externos (articulação, parcerias, redes, intervenções) (d)outros, quais? _____ (99)NR	38.a _____ 38.b _____ 38.c _____ 38 d _____ 99.

AMBIENTE EXTERNO

39. <i>Que tipo de atividades sua associação realiza em conjunto com outras associações:</i> (a)nenhuma (b)palestras (c)seminários (d)fóruns (e)feiras e festas (f)reivindicações em geral e específicas (g)melhorias para a categoria (h)defesa de causas comuns (i)outras, quais? _____ (99)NR.	39.a _____ 39.b _____ 39.c _____ 39.d _____ 39.e _____ 39.f _____ 39.g _____ 39.h _____ 39.i _____ 99.
40. <i>Que tipo de relação a associação mantém com órgãos públicos:</i> (a)nenhuma (b)realiza discussões (c)promove eventos (d)realiza campanhas (e)realiza seminários (f)promove cursos de capacitação profissional (g)proporciona melhorias para os bairros (h)participa de fóruns e conselhos (i)outras, quais? _____ (99)NR	40.a _____ 40.b _____ 40.c _____ 40.d _____ 40.e _____ 40.f _____ 40.g _____ 40.h _____ 40.i _____ 99.
41. <i>Que tipo de relação a associação mantém com partidos políticos?</i> (a)nenhuma (b)participa da gestão pública (c)promove mobilização popular (d)promove campanhas eleitorais (e)outras, quais? _____ (99)NR	41.a _____ 41.b _____ 41.c _____ 41.d _____ 41.e _____ 99.

<p>42. <i>Que tipo de material informativo é produzido pela associação:</i></p> <p>(a)nenhum (b)boletins (c)panfletos (d)jornais (e)cartilhas (f)revistas (g)livros (h)página ou lista de discussões na Internet (i)outros, quais? _____ (99)NR</p>	<p>42.a _____ 42.b _____ 42.c _____ 42.d _____ 42.e _____ 42.f _____ 42.g _____ 42.h _____ 42.i _____ 99. _____</p>
<p>43. <i>Quais as parcerias ou redes que sua associação participa(ou) (citar até 3) (nome da parceria/rede, participantes, atividade)</i></p> <p>1a) Qual? _____ _____ _____ 1b) Com quem? _____ _____ _____ 1c) Para que? _____ _____ _____ 2a) Qual? _____ _____ _____ 2b) Com quem? _____ _____ _____ 2c) Para que? _____ _____ _____ 3a) Qual? _____ _____ _____ 3b) Com quem? _____ _____ _____ 3c) Para que? _____ _____ _____</p>	<p>43.</p>

Término da entrevista _____ horas

ANEXO 2

Lista das associações pesquisadas de acordo com a divisão dos recortes temáticos:

Recorte Temático 1: Associações Comunitárias

1. Associação Beneficente dos Moradores de Ratores
2. Associação dos Moradores da Lagoa
3. Associação de Moradores da Comunidade Novo Horizonte
4. Associação dos Moradores da Praia do Meio
5. Associação dos Moradores da Praia do Forte
6. Conselho Comunitário Monte Serrat
7. Associação dos Moradores da Agronômica
8. Associação dos Moradores da Costeira do Pirajubaé
9. Conselho Comunitário do Pantanal

Recorte Temático 2: Grupos Ligados à Religião e à Religiosidade

1. Ação Social Paróquia Santo Antônio
2. Conselho Estadual Cristão Espirita de Umbanda e Culto Afro-Brasileiro de SC
3. Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social
4. Associação Metodista de Ação Social de Florianópolis
5. Irmandade do Divino Espírito Santo e Promenor

Recorte Temático 3: Associações Ligadas a Atividades Escolares e Educativas

1. Associação Filantrópica Gente Inocente
2. Associação de Pais de Alunos do Educandário Imaculada Conceição
3. Associação Pedagógica Praia do Riso
4. Associação de Pais e Professores da Escola Modelo Dayse Werner Salles
5. Região de Santa Catarina da União dos Escoteiros do Brasil - UEB

Recorte Temático 4: Associações Ligadas à Saúde e SaúdeComunitária

1. Projeto Siloé
2. Rede Feminina de Combate ao Câncer
3. Grupo de Apoio a Prevenção da AIDS em Florianópolis
4. Associação dos Hemofílicos do Estado de SC
5. Sociedade Catarinense de Cardiologia - SBC/SC

Recorte Temático 5: Associações Ambientalistas e Ecológicas

1. Associação de Vela e Preservação da Lagoa da Ilha de Santa Catarina - AVELISC
2. Sociedade para Pesquisa e Educação Ambiental
3. Federação de Entidades Ecologistas Catarinense
4. Associação Catarinense de Proteção aos Animais
5. Movimento Campeche pela Qualidade de Vida

Recorte Temático 6: Associações Ligadas a Causas Femininas

1. Associação Feminina de Pontas das Canas
2. Associação Casa da Mulher Catarina
3. Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais da Região Metropolitana de Florianópolis
4. Grupo de Mulheres do Bairro do Campeche
5. Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica

Recorte Temático 7: Grupos de Direitos Humanos e Cidadania

1. Associação dos Aposentados e Pensionistas da UFSC
2. Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social da Grande Florianópolis
3. Centro de Educação e Evangelização Popular
4. Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos
5. Associação Catarinense para a Integração do Cego

Recorte Temático 8: Grupos Étnicos e Minorias Culturais

1. Núcleo de Estudos Negros - NEN
2. Associação Cultural e de Comunicação Academia de dança Gaúcha - MCC
3. União de Negros pela Igualdade - UNEGRO
4. Associação Cultural de Capoeira AJAGUNÃ de Palmares
5. Círculo Ítalo-Brasileiro de Santa Catarina

Recorte Temático 9: Grupos de Mútua-Ajuda, Assistencialismo e Filantropia

1. Grupo de Idosos Nossa Senhora de Fátima (Associação Jubileu de Fátima)
2. Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação e Assistência Social - AEBAS
3. Centro de Apoio ao Paciente com Câncer
4. Orionópolis Catarinense
5. Central de Serviços Alcolólicos Anônimos de SC - AA
6. Grupo Integrado Obras Sociais
7. Federação Espírita Catarinense de Recuperação, Trabalho e Educação
8. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis

Recorte Temático 10: Associações Culturais

1. Grupo "Teatro Sim... Por Que Não?!!" Associação dos alunos e ex-alunos do curso de arte dramática do SESI
2. Associação Educação do Talento - Centro Suzuki de Florianópolis
3. Associação Cultural Orquestra Sinfônica de SC
4. Grêmio Recreativo e Escola de Samba Consulado
5. Associação Coral de Florianópolis
6. Pró-Música de Florianópolis
7. Museu do Índio
8. Sociedade Recreativa Cultural e Samba Embaixada da Copa Lord
9. Câmara Catarinense do Livro
10. Bloco Carnavalesco União da Ilha de Santa Catarina
11. Associação Boi Esperança
12. Associação Filatélica de Santa Catarina

Recorte Temático 11: Associações Acadêmicas, Estudantis e de Pesquisa

1. Instituto Tancredo Neves/SC
2. Instituto de Pesquisa e Estudos de Governo
3. União Catarinense dos Estudantes
4. Ação Junior
5. Academia Catarinense de Odontologia
6. Diretório Central dos Estudantes - Luiz Travassos da UFSC
7. Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária
8. Instituto de Parapsicologia e Potencial Psíquico
9. Fundação do Ensino de Engenharia em Santa Catarina
10. União Catarinense de Estudantes Secundaristas

Recorte Temático 12: Sindicatos de Trabalhadores

1. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Florianópolis
2. Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Indústrias da Alimentação e Afins de Santa Catarina
3. Sindicato dos Condomínios de Edifícios da Grande Florianópolis (mudou para Sindicato dos Empregados em Edifícios de Florianópolis)
4. Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino no Estado de SC
5. Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário no Estado de Santa Catarina
6. Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional - Florianópolis
7. Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Florianópolis
8. Sindicato dos Trabalhadores em Turismo, Hospitalidade e de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares da Grande Florianópolis

Recorte Temático 13: Associações Profissionais

1. Associação dos Gerentes de Unidades da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina
2. Associação dos Professores de Educação Física de Santa Catarina
3. Associação das Lavadeiras do Itacorubi
4. Associação dos Servidores da Fundação Hospitalar de SC
5. Associação Criminalística de Santa Catarina
6. Associação Catarinense de Psiquiatria
7. Associação dos Artistas Plásticos de Florianópolis
8. Associação dos Orientadores Educacionais de Santa Catarina
9. Associação Catarinense de Medicina
10. Associação dos Servidores do Colégio Aderbal Ramos da Silva

Recorte Temático 14: Associações empresariais e patronais

1. Sindicato dos Supermercados e do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios da Grande Florianópolis
2. Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Consultoria, Perícias, Informações e Pesquisa da Grande Florianópolis
3. Associação dos Comerciantes e Varejistas do Mercado Público de Florianópolis
4. Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de SC
5. Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina
6. Associação Catarinense de Criadores de Bovinos

Recorte Temático 15: Associações de consumidores e usuários

1. Associação dos Servidores da Prefeitura Municipal de Florianópolis
2. Associação dos Usuários do Transporte Coletivo do Estado de Santa Catarina
3. Associação Catarinense de Proteção aos Condôminos e Inquilinos em Prédios e Apartamentos de SC
4. Comitê Interassociativo e Intersindical de Defesa do Consumidor Organizado
5. Associação Nacional de Defesa dos Mutuários

Recorte Temático 16: Associações de comunicação

1. Associação Catarinense de Imprensa
2. Liga Brasileira de Rádio Amadores
3. Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e TV
4. Associação Diálogo Cultura e Comunicação
5. Associação das Entidades Usuárias do Canal Comunitário de Florianópolis - TV Floripa